



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TATIANA VIEIRA CAVALCANTE LIMA**

**POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS  
INDÍGENAS DO CEARÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS JOGOS INDÍGENAS**

**FORTALEZA**

**2026**

TATIANA VIEIRA CAVALCANTE LIMA

POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS INDÍGENAS  
DO CEARÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS JOGOS INDÍGENAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales.

Coorientadora: Profa. Dra. Kelly Maria Gomes Menezes.

FORTALEZA

2026

TATIANA VIEIRA CAVALCANTE LIMA

POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS INDÍGENAS  
DO CEARÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS JOGOS INDÍGENAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 17/03/2026

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Kelly Maria Gomes Menezes (Coorientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Bráulio Nogueira de Oliveira  
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

---

Profa. Dra. Rute Morais Souza  
Universidade de Brasília (UNB)

Aos Povos Indígenas do Ceará.

## AGRADECIMENTOS

“Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós” (Valter Hugo Mãe). Aos que estão comigo nesse sonho e nessa história, meus sinceros agradecimentos.

À minha mainha, Julia, agradeço por me ajudar a conciliar trabalho, estudo e realização de sonhos pessoais. Sem seu suporte diário e suas orações, tudo teria sido ainda mais difícil. A senhora me fez chegar até aqui e querer ir além. Seus sonhos são os meus e vice-versa; realizaremos todos, juntas.

Aos meus irmãos, Leandro e Juliana, fonte de inspiração e apoio incondicional, obrigada por construírem comigo os rumos dessa pesquisa. Sem vocês pegando na minha mão e mostrando o caminho, eu não teria dado um passo sequer. Léo, obrigada por me fazer amar o campo e as coisas simples da vida. Juba, obrigada por me ajudar a dar sentido à vida e me fazer ter fé no amanhã.

Aos amigos e à família, a quem eu dei tantos “não” nos últimos dois anos, obrigada por compreenderem minha ausência e por torcerem por mim. Às amigas e amigos do mestrado, obrigada por terem feito da minha vida acadêmica um momento de muito afeto, risadas e boas descobertas, e por terem atravessado os limites da universidade.

À Gislana Felício, minha querida terapeuta, obrigada por acreditar em mim e me fazer acreditar também. Sou extremamente grata a Deus pela sua profissão e por Ele ter cruzado nossos caminhos. Seu acolhimento e seu cuidado foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À Deus, pelo seu cuidado manifestado também através do amor dos animais para com as pessoas. Gratidão pela companhia dos meus animais, Bidu e Aruan, nas longas madrugadas de estudos.

Aos meus alunos, obrigada pela compreensão diante das ausências e, sobretudo, pelo carinho diário, que me faz amar ainda mais minha profissão e seguir com ânimo.

À minha orientadora, Celecina, agradeço por sua sensibilidade e doçura na condução desse processo.

À minha coorientadora, Kelly, obrigada por confiar em mim e na minha pesquisa. Foi um grande prazer e privilégio caminhar ao seu lado e aprender tanto.

À banca examinadora, agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições desde a qualificação. Todos vocês são grandes referências profissionais e pessoais para mim.

Aos povos indígenas do Ceará, especialmente àqueles que, com carinho, chamo de amigos, obrigada por terem me acolhido e me ajudado em todas as fases desta pesquisa. Nyela Jenipapo, Raquel Jenipapo, Rudá Jenipapo, Gorosham Pitaguary, Janaína Jenipapo, Iago Jenipapo, Iuri Jenipapo, Thaís Anacé, Iara Jenipapo, Climério Anacé, Gleidson Karão, Naiara Jenipapo, Babim Tremembé e tantos outros, obrigada por tudo.

Ao colegiado do Programa de Pós Graduação em Avaliação de Política Pública (PPGAPP), pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas ao longo do percurso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de mestrado.

Por fim, à universidade pública, por me formar uma cidadã crítica, politizada e atenta às causas sensíveis da sociedade.

“E o amor posto aqui não é o amor devoção ou o amor compaixão, é o amor decisão. Amor escolha. Amor responsabilidade para com o outro. Estando com o outro, voltado para ele” (Maria Juliana Vieira Lima, 2019, p. 25).

“Acreditamos que não é possível fazer uma Ciência séria sem construir laços com os sujeitos, sem sentir o território, sem caminhar junto daqueles que lutam” (Leandro Vieira Cavalcante, 2020, p. 59).

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo central avaliar a política de esporte e lazer do Ceará voltada para os povos indígenas a partir da análise dos Jogos Indígenas do Ceará. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza uma abordagem avaliativa em profundidade, estruturada em quatro eixos: Análise de Conteúdo, Análise de Contexto, Trajetória e Espectro Territorial e Temporal. Para tanto, foi feita uma análise documental de editais, regulamentos e relatórios de execução dos Jogos, realizados dois trabalhos de campo com observação participante nas edições de 2024 e 2025 do evento e 19 entrevistas semiestruturadas com atletas, lideranças e organizadores. A escolha dos entrevistados deu-se a partir de indicações no método bola de neve e as falas dos sujeitos foram analisadas de acordo com o método de análise de conteúdo. A avaliação em profundidade do conteúdo da política revelou a ausência de outros programas, ações ou políticas de esporte e lazer específicas para os povos indígenas do Ceará, além dos Jogos Indígenas. O conteúdo da política mostrou não conseguir abarcar questões subjetivas e incluir, de forma expressiva, os povos indígenas na construção dos textos, na elaboração dos significados e na gerência dos Jogos. Na análise de contexto e trajetória da política dos Jogos Indígenas do Ceará foi possível identificar forças políticas em disputa e interesse pessoal de alguns sujeitos na sua realização. O apoio das prefeituras se mostrou fundamental para a execução dos Jogos Indígenas do Ceará. O desenho da trajetória da política é marcado por racismo institucional e por influências não indígenas na condução dos Jogos. Na análise do espectro temporal e territorial dos Jogos Indígenas do Ceará, ficou evidente que a política de esporte e lazer depende da garantia do direito ao território. Não há esporte e lazer, tampouco Jogos Indígenas nas aldeias, sem os territórios nas mãos dos povos indígenas, física e simbolicamente. Os Jogos Indígenas do Ceará favorecem a manutenção dos territórios indígenas e contribuem com o acesso ao esporte e lazer, no entanto não estão assegurados sem a prévia garantia do acesso ao território. É necessário superar modelos tecnicistas e tutelares de gestão para garantir o protagonismo indígena na formulação e execução das políticas, combatendo as heranças coloniais que ainda regem a administração pública. Considera-se que os Jogos Indígenas são fundamentais para o fortalecimento da identidade e cultura dos povos originários do Ceará, sendo uma importante forma de resistência.

**Palavras-chave:** povos indígenas; esporte e lazer; avaliação de políticas públicas; jogos indígenas do Ceará.

## ABSTRACT

This study aims to evaluate the sport and leisure policy of the state of Ceará directed toward Indigenous peoples through the analysis of the Indigenous Games of Ceará. It is a qualitative research study that adopts an in-depth evaluative approach, structured around four analytical axes: Content Analysis, Context Analysis, Trajectory, and Territorial and Temporal Spectrum. To this end, a documentary analysis was conducted using public notices, regulations, and implementation reports of the Games. In addition, two field studies with participant observation were carried out during the 2024 and 2025 editions of the event, as well as 19 semi-structured interviews with athletes, leaders, and organizers. The interviewees were selected through the snowball sampling method, and their statements were analyzed using content analysis techniques. The in-depth evaluation of the policy content revealed the absence of other sport and leisure programs, actions, or policies specifically directed toward Indigenous peoples in Ceará, beyond the Indigenous Games themselves. The policy content proved insufficient to encompass subjective issues and to significantly include Indigenous peoples in the construction of the texts, the elaboration of meanings, and the management of the Games. The analysis of the context and trajectory of the Indigenous Games policy in Ceará made it possible to identify competing political forces and the personal interests of some actors involved in its implementation. The support of municipal governments proved fundamental for the execution of the Indigenous Games of Ceará. The policy trajectory is marked by institutional racism and non-Indigenous influences in the management of the Games. The analysis of the temporal and territorial spectrum of the Indigenous Games of Ceará highlighted that sport and leisure policies depend on the guarantee of territorial rights. There is no sport and leisure, nor Indigenous Games in the villages, without Indigenous peoples having physical and symbolic control over their territories. The Indigenous Games of Ceará contribute to the maintenance of Indigenous territories and promote access to sport and leisure; however, they are not guaranteed without prior access to territory. It is necessary to overcome technicist and tutelary management models to ensure Indigenous protagonism in the formulation and implementation of policies, confronting the colonial legacies that still shape public administration. The study considers that the Indigenous Games are fundamental for strengthening the identity and culture of the Indigenous peoples of Ceará and constitute an important form of resistance.

**Keywords:** indigenous people; sport and leisure; public policy evaluation; indigenous games of Ceará.

## RESUMEN

El objetivo central de este trabajo es evaluar la política deportiva y de ocio de Ceará dirigida a los pueblos indígenas, a partir del análisis de los Juegos Indígenas de Ceará. Se trata de una investigación cualitativa que utiliza un enfoque evaluativo en profundidad, estructurado en torno a cuatro ejes: Análisis de Contenido, Análisis de Contexto, Trayectoria y Espectro Territorial y Temporal. Para ello, se realizó un análisis documental de convocatorias, reglamentos e informes de ejecución de los Juegos, dos estudios de campo de observación participante en las ediciones 2024 y 2025 del evento y 19 entrevistas semiestructuradas a atletas, dirigentes y organizadores. Los entrevistados fueron seleccionados con base en indicaciones mediante el método de muestreo de bola de nieve y sus declaraciones fueron analizadas según el método de análisis de contenido. Una evaluación en profundidad del contenido de la política reveló la ausencia de otros programas, acciones o políticas específicas de deporte y ocio para los pueblos indígenas de Ceará, además de los Juegos Indígenas. El contenido de la política resultó incapaz de abarcar cuestiones subjetivas y de incluir significativamente a los pueblos indígenas en la creación de textos, la elaboración de significados y la gestión de los Juegos. Al analizar el contexto y la trayectoria del panorama político de los Juegos Indígenas de Ceará, fue posible identificar fuerzas políticas en pugna y los intereses personales de algunos individuos en la realización de los Juegos. El apoyo de los municipios resultó fundamental para la realización de los Juegos Indígenas de Ceará. La trayectoria de la política está marcada por el racismo institucional y las influencias no indígenas en la realización de los Juegos. Al analizar el alcance temporal y territorial de los Juegos Indígenas de Ceará, se hizo evidente que la política deportiva y de ocio depende de la garantía del derecho al territorio. No hay deporte ni ocio, ni Juegos Indígenas en los pueblos, sin que los territorios estén en manos de los pueblos indígenas, tanto física como simbólicamente. Los Juegos Indígenas de Ceará promueven la preservación de los territorios indígenas y contribuyen al acceso al deporte y al ocio; sin embargo, esto no se garantiza sin la garantía previa de acceso al territorio. Es necesario superar modelos de gestión tecnocráticos y paternalistas para garantizar el liderazgo indígena en la formulación y ejecución de políticas, combatiendo los legados coloniales que aún rigen la gestión pública. Los Juegos Indígenas son considerados fundamentales para el fortalecimiento de la identidad y la cultura de los pueblos originarios de Ceará, representando una importante forma de resistencia.

**Palabras clave:** pueblos indígenas; deporte y ocio; evaluación de políticas públicas; juegos indígenas de Ceará.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Preparação para os Jogos Indígenas do Ceará nas aldeias.....	59
Figura 2 -	Preparação para os Jogos Indígenas do Ceará nas aldeias.....	59
Figura 3 -	Preparação para os Jogos Indígenas do Ceará nas aldeias.....	59
Figura 4 -	Áreas de acomodação e alojamento.....	60
Figura 5 -	Áreas de acomodação e alojamento.....	60
Figura 6 -	Kit dos atletas e premiação.....	60
Figura 7 -	Kit dos atletas e premiação.....	60
Figura 8 -	Tenda de artesanato.....	61
Figura 9 -	Tenda de artesanato.....	61
Figura 10 -	Áreas de prova.....	61
Figura 11 -	Áreas de prova.....	61
Figura 12 -	Aldeia Gameleira.....	62
Figura 13 -	Aldeia Gameleira.....	62
Figura 14 -	Cacique Andréia Tapuia-Kariri na cerimônia de abertura dos jogos.....	62
Figura 15 -	Cacique Jorge Tabajara na cerimônia de abertura dos jogos.....	62
Figura 16 -	Cerimônia de abertura dos jogos.....	63
Figura 17 -	Cerimônia de abertura dos jogos.....	63
Figura 18 -	Cerimônia de abertura dos jogos.....	63
Figura 19 -	Arremesso de lança.....	64
Figura 20 -	Arremesso de lança.....	64
Figura 21 -	Cabo de guerra.....	64
Figura 22 -	Cabo de guerra.....	64
Figura 23 -	Futebol.....	65
Figura 24 -	Futebol.....	65
Figura 25 -	Baladeira.....	65
Figura 26 -	Baladeira.....	65
Figura 27 -	Corrida de 100 metros.....	66
Figura 28 -	Corrida de 100 metros.....	66

Figura 29 -	Queda de braço.....	66
Figura 30 -	Queda de braço.....	66
Figura 31 -	Corrida revezada com a maraca.....	67
Figura 32 -	Corrida revezada com a maraca.....	67
Figura 33 -	Arco e flecha.....	67
Figura 34 -	Arco e flecha.....	67
Figura 35 -	Fluxograma da análise de conteúdo dos Jogos Indígenas do Ceará.....	71
Figura 36 -	Fluxograma da Análise de Contexto/ Trajetória/ Espectro Temporal/ Espectro Temporal dos Jogos Indígenas do Ceará.....	87
Figura 37 -	Localização das cidades-sedes dos Jogos Indígenas do Ceará.....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese das lutas dos Povos Indígenas do Ceará (2024).....	24
Quadro 2 -	Organizações e instituições indígenas do Ceará, em 2025.....	26
Quadro 3 -	Bem-viver, esporte e lazer como pauta do movimento indígena do Brasil.....	28
Quadro 4 -	Fundamentação legal sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer para povos indígenas.....	31
Quadro 5 -	Ações federais de esporte e lazer para os povos indígenas (2003-2026).....	33
Quadro 6 -	Ações de esporte e lazer no estado do Ceará 2025).....	36
Quadro 7 -	Areninhas em territórios indígenas executadas pelo Governo do Estado do Ceará (Gestão Elmano de Freitas - até fevereiro de 2026).....	37
Quadro 8 -	Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	42
Quadro 9 -	Grupo de entrevistados e quantidade de entrevistas semiestruturada do Trabalho de Campo 1.....	48
Quadro 10 -	Grupo de entrevistados e questões norteadoras da entrevista semiestruturada do Trabalho de Campo 2.....	49
Quadro 11 -	Modalidades dos Jogos Indígenas do Ceará.....	58
Quadro 12 -	Perfil dos entrevistados.....	68
Quadro 13 -	Documentos de análise do conteúdo.....	70
Quadro 14 -	Relatório de execução dos Jogos Indígenas 2025.....	84
Quadro 15 -	Jogos Indígenas do Ceará.....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADELCO	Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido
AMICE	Articulação Mulheres Indígenas do Ceará
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COJICE	Coordenação da Juventude Indígena do Ceará
FEPOINCE	Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPRINCE	Organização dos Professores Indígenas do Ceará
SEPINCE	Secretaria Estadual dos Povos Indígenas do Ceará
SESPORTE	Secretaria Estadual do Esporte do Ceará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
MAPP	Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários do Estado do Ceará
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

## SUMÁRIO

1	“PISA DEVAGARINHO NA FOLHA DO JUREMÁ” - COMPONENTES INTRODUTÓRIOS.....	16
2	“QUEM DEU ESSE NÓ NÃO SOUBE DAR” - O QUE A LITERATURA NOS DIZ.....	22
2.1	Os povos indígenas do Ceará.....	22
2.2	Esporte, lazer e bem-viver na perspectiva indígena.....	27
2.3	Políticas públicas de esporte e lazer para povos indígenas.....	30
3	“TIREI A CHINELA DO PÉ, EU CORRI ATÉ CHEGAR” - A PESQUISA E O PESQUISAR.....	39
3.1	Abordagem avaliativa.....	39
3.2	Procedimentos metodológicos.....	42
3.3	Descrição dos trabalhos de campo.....	47
4	“SOU TAPEBA, SOU PITAGUARY, JENIPAPO, TREMEMBÉ, QUEM QUISE CONHECER NOSSA FORÇA VENHA DANÇAR O TORÉ” - OS ACHADOS DA PESQUISA.....	51
4.1	Aproximação etnográfica dos Jogos Indígenas do Ceará.....	51
4.2	As modalidades dos Jogos Indígenas do Ceará.....	57
4.3	Sujeitos da pesquisa.....	67
4.4	Análise do conteúdo dos Jogos Indígenas do Ceará.....	69
4.4.1	<i>Objetivo dos Jogos Indígenas do Ceará à luz da percepção sobre esporte e lazer.....</i>	72
4.4.2	<i>Acesso ao direito de esporte e lazer.....</i>	77
4.4.3	<i>Organização e avaliação dos Jogos Indígenas do Ceará.....</i>	79
4.5	Análise do contexto e trajetória/espectro temporal e territorial dos Jogos Indígenas do Ceará.....	86
4.5.1	<i>Criação, articulações e transformações dos Jogos Indígenas do Ceará.....</i>	87
4.5.2	<i>Influência ocidental nos Jogos Indígenas do Ceará.....</i>	96
4.5.3	<i>Relação com o território.....</i>	101
5	“QUEM NÃO PODE COM A FORMIGA, NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO” - APONTAMENTOS CONCLUSIVOS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	114
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	116
	ANEXO A – DISCURSO DE ABERTURA DO JOGOS INDÍGENAS 2025.....	117

## 1 “PISA DEVAGARINHO NA FOLHA DO JUREMÁ”<sup>1</sup> - COMPONENTES INTRODUTÓRIOS

Os povos originários ou povos indígenas, após reivindicações pelo reconhecimento e respeito às suas culturas, suas terras e seus modos de vida, conquistaram um capítulo da Constituição Federal de 1988 destinado aos direitos da população indígena que admite suas organizações sociais, seus costumes, línguas, tradições e a demarcação de suas terras (Brasil, 1988). O texto da Constituição, denominado *Dos Índios*, propõe uma ruptura com a perspectiva tutelar e integracionista das ações do Estado brasileiro e estabelece um novo paradigma sobre os direitos dos povos originários do Brasil (Fernandes e Domingos, 2020).

O esporte e lazer, por sua vez, foram mencionados de forma significativa desde a Constituição Federal de 1934, que inseriu o desporto como matéria educacional e determinou que ao trabalhador fosse resguardado o repouso e férias remuneradas, possibilitando tempo livre para o esporte e o lazer, mencionados também na Constituição Federal de 1937, que previa a regulamentação desportiva (Bastos, 2022). As demais constituições não apresentaram avanços expressivos nos temas de esporte e lazer até a Constituição Federal de 1988, que os reconheceu como direito fundamental.

A Constituição de 1988 responsabilizou ao Estado o fomento de práticas desportivas formais e não formais, reconhecendo esporte e lazer como direitos sociais. Além disso, é declarado que o poder público incentivará o lazer como forma de promoção social e determina ainda a “proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional” (Brasil, 1988), garantindo, portanto, que o Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, promova ações de reconhecimento, proteção e incentivo à vivência das práticas corporais indígenas, como manifestações que contribuam para a reafirmação de sua identidade étnica e nacional (Grando, Pinho e Campos, 2016).

Paula e Viana (2011), sob a perspectiva indigenista, conceituam política pública como uma articulação do Estado baseado nas necessidades, nos interesses ou em direitos coletivos, embasada em leis e normas jurídicas, que desencadeiam um conjunto de ações, passando por etapas de formulação, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controles sociais. Segundo os autores, a efetividade dessas políticas públicas para povos

---

<sup>1</sup> Os títulos das seções fazem menções a cantigas e músicas de toré e torém, rituais sagrados dos povos indígenas do Ceará, comumente utilizados para iniciar encontros, reuniões, festejos, retomadas, entre outros. Os rituais fazem parte da cultura corporal de movimento dos povos indígenas e possuem sua importância na dinâmica social e política dos povos (Pereira, 2019; Pataxó *et. al.*, 2025).

indígenas é dependente do diálogo entre setores governamentais e implementadores de políticas, com as lideranças e representantes das etnias.

Aprofundando a discussão para o esporte e lazer, Baniwa<sup>2</sup> (2016) nos alerta que programas, projetos e políticas de esporte e lazer nas comunidades indígenas devem fortalecer suas culturas e identificar, em suas práticas corporais, um espaço de identidade indígena e afirmação étnica, considerando os princípios sócio-políticos das culturas indígenas. Para isso, é importante compreender a percepção dos povos indígenas sobre esporte e lazer e avaliar de que forma as ações de esporte e lazer são formuladas e implementadas, dada a importância delas no contexto contemporâneo de afirmação étnica e luta pela garantia desses direitos sociais.

As discussões e estudos na área de políticas públicas de esporte e lazer são embasadas principalmente na Política Indigenista, definida por Fernandes e Domingos (2020) como um conjunto de ações de diferentes esferas do Estado brasileiro sobre as populações indígenas e na Política Nacional de Esporte do Brasil aprovada em 2005. Os direitos indígenas reconhecidos na Constituição Federal são reiterados por leis nacionais e internacionais, fomentando a política indigenista do Brasil. A Política Nacional de Esporte do Brasil, por sua vez, que trata de esporte e lazer, tem o objetivo de assegurar o direito constitucional de acesso ao esporte e lazer de forma democrática para todas as pessoas. Essa política é executada através de alianças entre governos e secretarias que visam ações intersetoriais tanto no âmbito de produção de conhecimento, quanto na implementação de programas de esporte e lazer (Pintos *et al.*, 2016).

Com a implantação de políticas públicas de esporte e lazer nos territórios indígenas, em particular, o Estado reconhece as manifestações tradicionais indígenas, garantindo cidadania a esses povos. Como exemplo, cita-se os jogos tradicionais indígenas, que têm se mostrado importante ação para a construção de políticas públicas de esporte e lazer. Grandó, Pinho e Campos (2016) observaram que a realização de jogos indígenas, em nível nacional, regional, estadual e local, facilita a garantia não somente do direito ao esporte e lazer, mas também garante visibilidade às pautas indígenas, como garantia à terra, alimentação e outras demandas específicas dos povos indígenas.

Os Jogos dos Povos Indígenas no âmbito nacional, idealizados por indígenas da etnia Terena do estado do Mato Grosso do Sul, tiveram início em 1999 e se configuram como uma ação governamental e intersetorial, com participação de várias instituições. Os jogos

---

<sup>2</sup> Como escolha metodológica e política, nas citações e nas referências, serão utilizados os sobrenomes indígenas ou a etnia dos autores indígenas.

nacionais representam um espaço de construção étnica, de visibilidade, de reconhecimento da diversidade cultural, do fortalecimento do parentesco, da unidade na diversidade (Ferreira, 2010). O evento tem um sentido de aproximação do conhecimento ancestral milenar e contemporâneo.

Já no Ceará, os jogos indígenas são realizados desde os anos 2004 com as etnias reconhecidas do estado. Trata-se de um evento que:

[...] busca a integração dos povos indígenas, como forma de criar um intercâmbio cultural esportivo e de lazer que ajude no resgate das modalidades tradicionais, possibilitando a troca de experiências, o fortalecimento da cidadania, da identidade étnica, contribuindo para o reconhecimento de suas etnias por toda a sociedade em geral (Edital de Chamamento Público Nº 005/2024, SESPORTE, 2024).

Na XII edição dos Jogos Indígenas do Ceará, realizada em janeiro de 2025, houve a participação de aproximadamente 1.000 indígenas, que corresponde a 1,78% da população indígena do Ceará, alcançando 15 das 16 etnias reconhecidas no estado. As modalidades praticadas foram futebol, lançamento de lança, arco e flecha, tiro de baladeira, corrida com tora, cabo de guerra, queda de braço, revezamento de maraca e corrida de 100m, segundo o Relatório de Execução Final da instituição executora.

Os Jogos Indígenas do Ceará são, hoje, a principal política pública de esporte e lazer do estado que, além de retomar modalidades tradicionais da cultura indígena, envolve a comunidade tanto enquanto organização do evento, quanto usuário da política, incentivando a apropriação ao direito do esporte e lazer. Nesse sentido, emerge a necessidade e a importância de avaliar os Jogos Indígenas enquanto ação de promoção de esporte e lazer para os povos indígenas do Ceará.

Para isso, a avaliação de políticas públicas de esporte e lazer deve possuir, segundo Almeida e Paula (2015), um direcionamento metodológico suficientemente capaz de verificar a profundidade de suas ações e os resultados que foram obtidos ao longo de sua efetivação. Além disso, é necessária uma abordagem avaliativa que abarque as especificidades de uma política para povos indígenas, onde o sujeito da política seja o ator principal na formulação e na implementação da política em questão.

A avaliação em profundidade, sugerida por Rodrigues (2008), permitirá um mergulho profundo na política a ser estudada. É pretendido com ela, ampliar o campo de investigação, abarcando a totalidade da política e ainda justificar as múltiplas interações e interseccionalidades<sup>3</sup> encontradas durante a investigação da política em questão. A avaliação

---

<sup>3</sup> Collins (2022) define interseccionalidade como ideias provenientes de diferentes lugares, tempos e perspectivas que possibilitam o compartilhamento de distintos pontos de vista como estratégia de mudança social.

em profundidade utiliza de métodos dialógicos, participativos e etnográficos capazes de dar conta de temas intersubjetivos como o que esta pesquisa exige.

Essa pesquisa também exige um rompimento com o pensamento eurocêntrico e um desprendimento daquilo que perpetua a lógica da colonialidade. Sob a perspectiva de Mignolo (2008), colonialidade que se refere a poder: sobre a terra, sobre o trabalho e sobre o conhecimento. Portanto, considerar outras fontes de ciência que não sejam eurocêntricas é uma forma de quebrar a lógica da colonialidade, ou, como Mignolo (2008) propõe, trata-se de um movimento de descolonização<sup>4</sup>, desaprendendo o que foi ensinado pela teoria política moderna racista e patriarcal e produzindo conhecimento fundamentado na ciência latino-americana indígena e negra.

Nesse sentido, fazer pesquisa no campo de públicas considerando os pensamentos, os desígnios, as contribuições teóricas e os saberes tradicionais dos povos indígenas, como proposto nesse estudo, aponta para uma desobediência política e epistêmica necessária para construção da identidade na política, longe das identidades pré-determinadas e próximo da interculturalidade e da cosmologia não ocidental (Smith, 2018; Mignolo, 2008).

Fazer pesquisa sobre os povos indígenas requer um certo cuidado enquanto pesquisadora. Nas tomadas de decisão, nas discussões, em entrevistas, nas observações, o pesquisador e/ou apoiador não-indígena precisa assumir uma postura de manter-se “dois passos atrás”, como descrevem Milanez *et al.* (2019), garantindo que o indígena seja o protagonista e que seja ouvido de forma integral. Essa postura também deve ser considerada por formuladores, implementadores e avaliadores de política indigenista, para que as ações tenham a participação integral dos povos indígenas, sem a histórica relação de tutela sobre os povos originários.

De forma geral, fazer pesquisa com os sujeitos sociais demanda comprometimento com uma determinada via de transformação. Carvalho (2004) explica que dar sentido e significado a determinada coisa, exige do pesquisador competência e responsabilidade para assumir essa função. Mais que isso, ser pesquisadora de temas relacionados aos povos indígenas demanda, sobretudo, sede de justiça. Longe de qualquer neutralidade ou distância dos sujeitos da pesquisa, fazer pesquisa deve servir, de alguma forma, como denúncia das desigualdades e como busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta pesquisa, portanto, nasce do desejo de que todas as pessoas tenham acesso ao

---

<sup>4</sup> O termo descolonização é uma resposta de enfrentamento à globalização e ao pensamento linear global, segundo Mignolo (2008). O termo se difere de decolonial, que faz menção ao colonialismo como um processo contínuo de dominação e exploração.

esporte e ao lazer à maneira de cada sujeito, respeitando seus corpos, suas culturas, suas tradições, suas vontades próprias, mas que, principalmente, tenham esse acesso garantido. Porém as motivações para a escrita desse trabalho vão além. Conhecer a cultura indígena, sua relação com o movimento, com o corpo, com o tempo e com todas as formas de vida, me fez repensar a minha relação com todas essas dimensões, revendo meu papel enquanto professora de Educação Física - e mestranda em Avaliação de Políticas Públicas - e me redescobrimo uma pessoa atenta a causas que antes eram tão distantes de mim.

A minha aproximação com a cultura indígena se deu através de buscas sobre a prática de trilhas ecológicas em territórios indígenas em meados de 2022. Após o primeiro contato como praticante de trilha, enquanto professora de Educação Física pude promover e facilitar ações de esporte e lazer para a comunidade escolar do povo Jenipapo-Kanindé, na Região Metropolitana de Fortaleza. A partir daí fui convidada pela juventude do povo Jenipapo-Kanindé a contribuir com as demandas que os alcançavam. Depois de ter me aproximado da cultura indígena, feito amigos nas aldeias de todo o Ceará, ter sido chamada de filha, neta e irmã por pessoas que confiaram em mim, percebo que a luta pelo direito ao esporte e ao lazer se somam à luta por demarcação dos territórios e por reconhecimento da existência daqueles que me abraçaram e me devolveram à vida.

Na tentativa de retribuir todo conhecimento e afeto conquistados em relações de muito respeito e honestidade, esta pesquisa é, portanto, resultado de muita gratidão e esperança. Nesse contexto, os Jogos Indígenas do Ceará é o evento onde os sentimentos de gratidão e esperança se juntam a tantos outros sentimentos de celebração da vida e da luta, culminando em uma grande festa, tal qual a construção desta pesquisa.

Destaca-se a importância de avaliar a política de esporte e lazer voltada para os povos indígenas, pois além de fortalecer a cultura e a identidade dos povos originários, o esporte e o lazer podem ser entendidos como estratégia de aproximação para o bem-viver, através de práticas de autocuidado, como estratégia de reivindicação de direitos e manutenção dos territórios, e também como meio de enfrentamento de doenças biopsicossociais, como depressão, obesidade, hipertensão e outras doenças, como explica Camões (2025).

Estudos do Ministério da Saúde (Brasil, 2019; Brasil, 2020) apontam o crescente aumento do índice de risco de morte por suicídio entre a população indígena (17,5 óbitos por 100 mil habitantes), se comparado com a população negra (5,7 óbitos por 100 mil habitantes) e branca (6,0 óbitos por 100 mil habitantes) do país. Os fatores explicativos sob a ótica indígena encontrados por Baniwa e Calegare (2024) foram a perda do bem viver, sobretudo na população jovem, o alto consumo de bebidas alcoólicas, o abandono das tradições indígenas, questões do

universo simbólico e mítico, feitiços, estragos e suicídios coletivos.

O aumento de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas ao sedentarismo entre os povos originários (Benedito *et al.*, 2025) também é expressivo. Obesidade, hipertensão, dislipidemia e diabetes mellitus foram as doenças mais citadas no estudo. Os autores consideram determinante para esse aumento o acesso limitado aos serviços de saúde, as desigualdades socioeconômicas, as especificidades culturais, a transição nutricional, o consumo de álcool e as mudanças no estilo de vida dos povos.

Suicídio, sedentarismo e outros fatores, têm a prática esportiva e de lazer como parte importante em um processo de busca pela melhora da qualidade de vida em comunidades indígenas. Sendo assim, essa pesquisa possui expressiva relevância e pertinência, pois com ela, é possível fortalecer a luta pelo acesso democrático ao esporte e lazer.

Os Jogos Indígenas do Ceará se apresentam como uma grande comemoração pela retomada dos povos do Ceará a partir da força do Movimento Indígena do estado, simbolizando vitória pela resistência e afirmação da existência. Essa celebração, através da prática de esporte e lazer, faz despertar questões que pretendem ser discutidas nesse trabalho. Essa pesquisa, portanto, parte da questão norteadora: Quais as contribuições dos Jogos Indígenas do Ceará na promoção da política de esporte e lazer indígena no estado?

Nesse sentido, esse estudo possui o objetivo de avaliar a política de esporte e lazer do Ceará voltada para os povos indígenas a partir dos Jogos Indígenas do Ceará. Dialogando com os eixos analíticos da perspectiva avaliativa em profundidade (Rodrigues, 2008), os objetivos específicos são: 1) Avaliar o conteúdo da Política de Esporte e Lazer do Ceará para povos indígenas, a partir das edições realizadas dos Jogos Indígenas do Ceará, investigando a coerência dos objetivos com o planejamento, a execução e a avaliação dos Jogos; 2) Analisar criticamente o contexto e a trajetória dos Jogos Indígenas do Ceará na Política de Esporte e Lazer, evidenciando as forças políticas e as relações existentes que orientam a política em questão; 3) Compreender o espectro temporal e territorial dos Jogos Indígenas do Ceará na Política de Esporte e Lazer, desde sua criação até sua 12ª edição, destacando a dimensão cultural e social dos Jogos.

Esse trabalho será dividido em 4 seções, além desta Introdução: Aporte Teórico, com contribuições gerais sobre os temas inerentes ao objeto da pesquisa; Metodologia, descrevendo as escolhas elencadas para melhor organização da pesquisa; Resultados e Discussão, com entrevistas dos sujeitos da pesquisa, aproximação etnográfica do objeto, análise crítica e embasamento teórico para melhor avaliação da política; e por último Considerações Finais à luz dos objetivos gerais e específicos.

## **2 “QUEM DEU ESSE NÓ NÃO SOUBE DAR” - O QUE A LITERATURA NOS DIZ**

Neste capítulo, como sugere a música do título da seção, desataremos os nós iniciais da pesquisa. Serão apresentadas as categorias teóricas do trabalho, os povos indígenas do Ceará com suas organizações e principais lutas, o esporte e lazer sob a ótica dos povos e as ações de política pública de esporte e lazer para os povos indígenas do Ceará.

### **2.1 Os povos indígenas do Ceará**

O modelo de ocupação colono-capitalista que aconteceu com a chegada dos europeus ao Brasil, caracterizado pela exploração dos bens da terra e da mão-de-obra, e a negação da existência de indígenas na região que corresponde ao estado do Ceará durante muitos anos, faz com que a história dos povos originários do Ceará seja marcada por muita luta e resistência (ADELCO, 2018). A história dos povos originários do Ceará não se inicia com a publicação da Lei Nº 17.165/2020 que reconhece sua existência, tampouco com a chegada dos europeus em território brasileiro.

A importância de compreender como se deu a trajetória de luta dos povos indígenas do Ceará deve-se ao fato de que, “ao tempo que difunde o conhecimento sobre tudo aquilo que não se tem, também aponta o caminho a ser perseguido, para se chegar a tudo que se pode ter, nos limites do marco constitucional” (ADELCO, 2018, p. 8), sobretudo ao que se refere a direitos fundamentais dos indivíduos.

Durante o período colonial, a soberania de determinada nação sobre um território se baseava unicamente na existência de povoações de caráter fixo, para isso, houve um processo intenso de colonização que fez surgir as Capitânicas Hereditárias que, segundo Prado Junior (1942), tinham o objetivo de povoar e proteger os territórios de outros invasores, organizando uma produção lucrativa. Tratam-se, portanto, de grandes faixas de terra concedidas a um donatário que possuía total autonomia sobre o território.

Em 1850 foi aprovada a Lei Imperial nº. 601, conhecida como Lei de Terras, que impedia o acesso à terra pelos mais pobres, já que o governo pretendia controlar e regularizar a questão fundiária no Brasil centralizando o poder e o domínio das terras para poucos. Uma das consequências da Lei de Terras foi tornar a terra um bem capital, só adquirindo-a por meio contratual, como analisa Antunes (2012). Influenciado pela Lei de Terras, 12 anos após a sua aprovação, no ano de 1862 é apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará um Relatório Provincial elaborado pelo então presidente da província do Ceará, José Bento da

Cunha Figueiredo Júnior, que afirmava não existir mais indígenas aldeados e desaldeados<sup>5</sup> no estado.

Esse Relatório Provincial, como explica Antunes (2012), tinha o real objetivo de omitir ao Império a presença significativa da população indígena, para assim conseguir autorização para o povoamento das regiões do Ceará. Há registros de pelo menos 42 diferentes etnias indígenas no Ceará pré-colonial, segundo Studart Filho (1963). Atualmente a população indígena do Ceará, de acordo com o último Censo Demográfico, é de 56.353 pessoas (IBGE, 2022), com 16 etnias organizadas junto ao movimento indígena, presentes em, pelo menos, 20 municípios.

O movimento indígena do Ceará é formado por lideranças que classificam e organizam os grupos declarados como indígenas, reconhecendo caciques, pajés, conselhos, articulações e absorvendo as demandas e lutas de cada povo (ADELCO, 2018). A organização do movimento indígena, iniciado no final da década de 1970, favoreceu o processo de aparecimento político dos povos indígenas do Ceará, sobretudo para a afirmação da existência desses povos (ADELCO, 2019). Conquistas como educação indígena diferenciada, concurso público para professores indígenas, demarcação de terras, certidão de nascimento com o nome da etnia, entre outras conquistas, são atribuídas ao movimento indígena.

Para Smith (2018), a força do movimento indígena encontra-se nas mobilizações locais, nas organizações de base, resistindo sua cultura ao longo das gerações com iniciativas sociais, educacionais, no campo da saúde, desenvolvidas pelas próprias comunidades. A história dos povos indígenas do Ceará vem sendo recontada por eles mesmos, em um constante movimento de retomada dos espaços e dos territórios, ocupando lugares de liderança e de visibilidade.

Além da busca pela garantia de políticas públicas, o movimento indígena atua contra o histórico desrespeito às terras, culturas e identidades, se apresentando como frente de resistência diante de projetos e empreendimentos que ameaçam os povos indígenas, e ainda atuam na conscientização dos povos sobre a necessidade de proteger seus territórios (FEPOINCE, 2024). As principais lutas dos povos indígenas do Ceará são descritas no Quadro 1, as quais foram coletadas pela Federação dos Povos Indígenas do Ceará (FEPOINCE), que dividiu os povos entre Povos do Litoral, Povos da Região Metropolitana, Povos do Sertão e

---

<sup>5</sup> O termo desaldeado se refere aos indígenas que não vivem no território que corresponde à aldeia. Os que vivem na aldeia são chamados de aldeados. Mura e Silva (2025) consideram os termos aldeados e desaldeado uma classificação colonial empregada pelo Estado para dificultar o reconhecimento dos povos indígenas e a garantia dos seus direitos.

Povos da Serra.

Quadro 1 – Síntese das lutas dos Povos Indígenas do Ceará (2024)

<b>REGIÃO</b>	<b>POVOS</b>	<b>PRINCIPAIS LUTAS E VIOLÊNCIAS</b>
Litoral	Tremembé, Jenipapo-Kanindé, Anacé.	Turismo predatório <sup>6</sup> ; Hotelaria; Rodovias; Parque aquático; Carcinicultura; Complexo eólico.
Região Metropolitana	Tapéba, Anacé, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé.	Empresas multinacionais; Posseiros; Grupos criminosos; Empreendimentos; Avanço da metrópole sobre os territórios.
Sertão	Potyguara, Tapuya-Kariri, Tabajara, Kalabaça, Gavião, Tupinambá, Karão Jaguaribara, Tubiba-Tapuya, Kariri.	Mineração; Complexo Eólico; Posseiros; Falta de acesso a políticas públicas.
Serra	Pitaguary, Kanindé, Tapuya-Kariri.	Posseiros.

Fonte: FEPOINCE (2024). Adaptado e elaborado pela autora.

A demarcação dos territórios é a principal luta de todos os povos do Ceará, com exceção dos territórios já demarcados, mas que ainda assim exige uma luta contínua de fiscalização. Outra luta quase unânime a todos os povos é a presença de empresas no setor de energia eólica e de posseiros que afetam a vida das comunidades e reivindicam a posse dos territórios, respectivamente. Uma das estratégias encontrada pelo movimento indígena é ocupar espaços dentro da política e da universidade:

Se em outros tempos a luta foi com arco e flecha, hoje, a resistência é na política, e é por meio da ocupação dos espaços. O desafio é empoderar-se de conhecimento, ir para academia para lutar em pé de igualdade e que a arma mais poderosa que está sendo utilizada contra os povos indígenas hoje é a caneta, através das decisões políticas (FEPOINCE, 2024, p. 21).

A Federação dos Povos Indígenas do Ceará (FEPOINCE, 2024) avalia que a presença contínua desses povos em áreas remanescentes de floresta mostra-se essencial para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. No entanto, a degradação do meio ambiente, a violência e a escassez de bens da terra, resultado do avanço do capitalismo e do

<sup>6</sup> Korossy (2008) caracteriza turismo predatório como intensa atividade turística que gera efeitos negativos para a comunidade local como ocupação desordenada do espaço, conflitos de valores e práticas incompatíveis com as tradicionais, desequilíbrio dos ecossistemas, entre outros.

neoliberalismo nos territórios que, desde o período colonial foram introduzidos a partir do mercantilismo europeu, poderão apontar, em longo prazo, o genocídio dos povos indígenas.

A exploração do território brasileiro serviu para ascensão do capitalismo europeu, que por sua vez evoluiu e se fortaleceu ocupando, ainda nos dias de hoje, os territórios indígenas de modo perverso, colocando os povos em condições de miséria e adoecimento. Houve uma notória mudança do perfil econômico das aldeias indígenas de produção artesanal local para monetarização, por exemplo, além da migração dos indígenas para as cidades e o avanço da urbanização, que impactam diretamente na economia local (FEPOINCE, 2024). Nota-se, por parte das organizações indígenas, uma tentativa de equilíbrio entre o uso tradicional dos bens da terra e as novas formas de fonte de recursos dentro dos seus territórios.

Ainda segundo a FEPOINCE (2024) as principais atividades econômicas dos povos indígenas do Ceará são: turismo comunitário, pesca artesanal, produção de frutas e legumes, produção de derivados do caju e artesanato, comércio. Além dessas atividades, a movimentação de dinheiro nas aldeias se dá, sobretudo, a partir de empregos em serviços públicos dentro das próprias aldeias (Escola, Unidade Básica de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social) e de beneficiários de programas de renda mínima, como o Programa Bolsa Família, além das aposentadorias.

No entanto, outras atividades econômicas têm adentrado os territórios indígenas do Ceará, são elas: turismo predatório, empreendimentos de hotelaria, parques aquáticos, loteamentos, restaurantes, rodovias, fazendas de carcinicultura, complexos eólicos, mineração de urânio e fosfato e uso indiscriminado de bens da natureza como água e madeira. Tratam-se de atividades econômicas incompatíveis com o modo de vida tradicional dos povos indígenas os colocam em constante posição de resistência tanto para manter a lógica da coletividade à frente dos interesses individuais, quanto para assegurar sua existência, uma vez que fonte de renda diferente do modo tradicional acarreta consumo diferente, fomentando ciclos de desigualdade e conflitos internos (Paulino, 2019).

Paralelamente a isso, a presença do neoliberalismo, definido por Harvey (2008) como um projeto político-econômico de atualização do liberalismo que limita o papel do Estado, sobretudo na economia, é notada nos territórios indígenas através do sucateamento dos serviços públicos, ou até mesmo da ausência desses serviços, na forte presença de igrejas de origem protestante, no avanço da zona urbana, nas várias e diferentes formas de violência e preconceito contra os povos indígenas, nos empregos subalternos e na negação de direitos sociais.

O neoliberalismo, nesse contexto, se opõe a toda forma de coletivismo e cria uma

ideologia de liberdade e de democracia com base na propriedade privada e no livre empreendedorismo, pondo de lado os ideais de igualdade e justiça social (Harvey, 2008). Essas nuances do neoliberalismo dentro das aldeias indígenas evidenciam, sobretudo, a ausência do Estado enquanto agente protetor dos povos indígenas, atuando na manutenção desse sistema neoliberal.

Além dos pontos importantes mencionados no quadro anterior, para compreender como se organizam e se apresentam os povos indígenas do Ceará, é necessário assumir a influência da colonialidade e do racismo nas relações e nos papéis da sociedade, uma vez que esses fenômenos constituem o padrão mundial de poder. Segundo Quijano (2000), a colonialidade é fundamentada na imposição de uma classificação racial que legitima as práticas de relações de superioridade e inferioridade entre dominante e dominado. Nesse sentido, ser “índio” carrega uma ideia de hierarquia social que os confina ao lugar de servidão e subalternidade.

Na contramão da colonialidade (Mignolo, 2008; Quijano, 2000), os lugares de lideranças que dizem respeito a pautas indígenas que foram, por muito tempo, segregados dos povos indígenas e ocupados por não indígenas, atualmente vivem um movimento de retomada, sendo ocupados por indígenas comprometidos com o coletivo. O Quadro 2 apresenta as principais organizações indígenas cearenses e seus respectivos representantes no ano de 2025.

Quadro 2 - Organizações e instituições indígenas do Ceará, em 2025

<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>REPRESENTANTE</b>
Secretaria Estadual dos Povos Indígenas do Ceará - SEPINCE	Juliana Jenipapo-Kanindé
Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará - FEPOINCE	Andrea Tapuya Kariri e Naara Tapeba
Organização dos Professores Indígenas do Ceará - OPRINCE	Fábio Jenipapo-Kanindé e Evânia Pitaguary
Coordenação da Juventude Indígena do Ceará - COJICE	Madson Pitaguary e Ageu Tapeba
Articulação Mulheres Indígenas do Ceará - AMICE	Kilvia Tapeba e Ana Anacé
Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI CE	Thiago Anacé

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Retomar significa ocupar territórios tradicionais que não estejam sob posse do povo indígena (ADELCO, 2019), essas retomadas fortalecem a luta e a organização interna

dos povos e aldeias, ao mesmo tempo em que geram desgaste entre os povos. Para os autores Pataxó *et. al* (2025), retomada não é apenas uma abordagem territorial, é também uma busca pela recuperação da memória e dos espaços simbólicos.

A partir de uma compreensão para além de território, os povos indígenas do Ceará estão em processo de retomada desde que foi decretada sua extinção. Nesse sentido, ocupar os espaços de decisão, reafirmar suas culturas, potencializar suas lideranças, resistir frente ao avanço do capitalismo, do neoliberalismo e de outras formas de violência, os colocam em constante movimento de retomada, mesmo que gere certo desgaste nos povos e entre os povos.

## **2.2 Esporte, lazer e bem-viver na perspectiva indígena**

Esporte e lazer, incorporados a temas como bem-viver, saúde e educação, são pautas de reivindicações presentes na agenda dos povos indígenas, mesmo que de forma tímida, há pelo menos cinco anos, segundo cronogramas de debates em eventos promovidos pelas principais organizações indígenas do país. As reivindicações que, durante os últimos 500 anos eram, prioritariamente, sobreviver, hoje formulam uma plataforma mais ampla de preocupações, como explica Smith (2018). As demandas dos povos indígenas passaram por transformações ao longo dos anos e uma dessas preocupações é sobre o bem-estar dos povos indígenas, incluído o lazer e o esporte.

O Quadro 3, na sequência, é um compilado de achados construído através do uso das palavras-chave “bem viver”, “esporte” e “lazer” em canais virtuais de conteúdos com temáticas indígenas, para identificar a frequência com que esses termos são citados em eventos e publicações associados às principais organizações indígenas do país. Os achados podem não corresponder à real importância dada ao tema, uma vez que esse assunto pode aparecer de diferentes formas nos textos e discursos de diversas áreas relacionadas às pautas indígenas, como saúde, educação, demarcação e enfrentamento ao racismo.

Quadro 3 - Bem-viver, esporte e lazer como pauta do movimento indígena do Brasil

ANO	PUBLICAÇÃO/EVENTO	CITAÇÃO
2020	Relatório de Impacto da Covid-19 nos povos indígenas do Brasil (APIB. Nossa Luta é pela vida, 2020).	“Garantir o bem viver para as nossas atuais e futuras gerações contribui (...) com o bem estar do planeta e da humanidade”. Pág. 25
2022	Revista Acampamento Terra Livre (APIB, 2022).	“Nosso intuito é promover o bem viver, reflorestar mentes e aldear a política. Uma forma conjunta e democrática de decidir e conduzir futuros”. Pág. 05
2022	Revista Cumplicidade da Destruição IV (APIB, 2022).	“Não podemos mais utilizar as águas do Rio Paraopeba para banho, lazer e cultivos, (...) causando efeitos irreversíveis para reprodução de nossas práticas na dimensão cosmológica e de bem-viver.” Pág. 29
2022	Carta Compromisso ao Presidente Lula durante o Acampamento Terra Livre (2022).	“firmamos aqui este compromisso mútuo de retomar a direção da nossa democracia e demarcar a trilha que nos levará à nação pluriétnica do bem viver”.
2023	Cartilha Não ao Marco Temporal (APIB, 2023).	“As terras indígenas são aquelas (...) necessárias ao bem-estar de seus ocupantes e necessárias à sua reprodução física e cultural”. Pág. 13
2024	Revista Acampamento Terra Livre (APIB, 2024).	“Políticas pelo bem-viver indígena”. Pág. 55
2025	Carta pela vida e pelos corpos-territórios. I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas (ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, 2025).	“propostas de programas culturais, esportivos e de lazer com foco no bem-viver das mulheres e meninas indígenas”. Pág. 03

Fonte: APIB (2025), ANMIGA (2025). Elaborado pela autora.

A ausência das palavras-chave “esporte” e “lazer” nas publicações inseridas no quadro acima, pode ser reflexo da percepção dos povos indígenas sobre elas, que difere da percepção não-indígena. É importante destacar que temas como esporte e lazer raramente são discutidos de forma individual, uma vez que essa discussão é normalmente vinculada a outros temas.

Cada povo indígena teve seu processo de colonização próprio, portanto as categorias de esporte e lazer estão situadas numa relação com o capitalismo e com a colonialidade de forma única para cada povo. Essa relação, segundo Matos e Bahia (2019), é

afetada também por elementos interculturais que, de alguma forma, trouxeram uma aplicação do tempo diferente, como o calendário escolar, o uso das mídias sociais, o enfraquecimento das práticas ancestrais, a inserção de outras formas de trabalho nas aldeias, o valor agregado a essas novas ocupações, além dos ataques à territorialidade.

Para os povos indígenas, os conceitos de lazer, esporte e saúde se diferem da percepção ocidental capitalista. Baniwa (2016) conceitua o termo saúde a partir da cosmologia indígena, na qual depende da saúde da natureza e da relação harmônica com todos os seres. O esporte, por sua vez, possui uma relação peculiar com a celebração do encontro entre povos e com a troca de experiências. Já a definição de lazer se enlaça com o cotidiano, com os rituais sagrados, com as cerimônias, as músicas, os cantos, as danças, com a coletividade em festas, com a cultura e com as manifestações corporais de luta e resistência (Grando, Pinho e Campos, 2016).

As dimensões de diversão e de prática corporal sempre estiveram presentes na cultura dos povos indígenas (Matos e Bahia, 2019), no entanto, o contato com o lazer enquanto fenômeno industrial de tempo livre cronometrado causa profundas reflexões. Para Matos e Bahia (2019, p. 28), as “práticas corporais são construídas num tempo-espço que compõem os alicerces dos saberes e da tradição de cada povo, cujas manifestações estão nos domínios corpo - natureza - cultura”. Não há, portanto, separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer, uma vez que o cuidado com a terra, o cuidado com o outro, o banho de lagoa/rio e os rituais sagrados estão intrinsecamente ligados e fazem parte do cotidiano.

Essa compreensão nos permite confrontar os conceitos clássicos da área da Educação Física que aproximam lazer, esporte e saúde de produtividade, competição e rendimento, respectivamente. Castellani Filho (2013) propõe uma reflexão sobre a hegemonia desses conceitos que, durante muito tempo, tiveram a lógica da aptidão física empregada ao esporte e lazer, norteadando a formação profissional e a produção de conhecimento dentro da Educação Física. Essa lógica impedia de pensar a Educação Física de forma contextualizada, passível de ser vista não somente como atividade física ou exercício físico, mas também como prática corporal de movimento sem nenhuma obrigação com a aptidão física.

A desvinculação da prática corporal de regras rígidas, de objetivos puramente biológicos, de sentido quantificado do movimento, nos permite uma aproximação da prática corporal ao chamado bem-viver, justificando a fusão desses termos dentro da perspectiva indígena. Essa fusão traz um novo sentido para a prática corporal. Prática corporal sob a ótica do bem-viver se preocupa com o direito ao território, compreendendo território, segundo Baniwa (2018), enquanto espaço de brincar, espaço de cuidados com o corpo e com a natureza

e espaço de manutenção dos conhecimentos tradicionais.

No entanto, a abrangência do conceito de bem-viver nos permite amadurecer esse novo sentido dado à prática corporal, também conhecido como cultura corporal de movimento. Werá (2024) define bem-viver como a busca pela harmonia com a natureza, com a comunidade de seres e com si próprio através da reconexão com suas origens e com a sabedoria dos povos originários. O autor acredita que bem-viver é uma “semente que germina em justiça ambiental, em reconhecimento dos direitos indígenas e em consciência ecológica” (p. 14).

Segundo Acosta (2016), bem-viver é um conceito que surgiu a partir de mobilizações populares na América Latina, sobretudo de povos indígenas, que contrapõe a lógica capitalista de acumulação a partir da retomada da sabedoria ancestral, fundamentada nas relações de equilíbrio e harmonia entre todos os seres da Terra. O autor resume bem-viver como resultado da união dos direitos humanos com os direitos da natureza, aliados à democracia na busca pela boa convivência através do fortalecimento das relações comunitárias e solidárias.

Diante do exposto, é possível afirmar que esporte e lazer sob a perspectiva indígena do bem-viver são todas as práticas corporais ligadas ao território, à comunidade e à sabedoria ancestral. Nesse sentido, ao conseguir enxergar o esporte e lazer dessa forma, estamos fazendo o que Castellani Filho (2013) considerou que um dia a sociedade conseguiria fazer, confrontar a hegemonia dos conceitos coloniais postos de forma incisiva para todos os diferentes povos. Considerar o conceito contra-hegemônico formulado neste trabalho para a elaboração de ações de políticas de esporte e lazer para povos indígenas, pode ser um caminho para alcançar a efetividade e a continuidade dessas ações.

### **2.3 Políticas públicas de esporte e lazer para povos indígenas**

A literatura apresenta diferentes definições de política pública, no entanto Souza (2006) resume integrando conceitos clássicos e contemporâneos em: conjunto de ações do governo resultantes de ideias, interesses, conflitos, limites e cooperações que repercutem na economia e nas sociedades. A autora considera o campo de públicas como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações” (p. 26).

Política pública, a partir do conceito elaborado por Paula e Vianna (2011) sob a perspectiva indigenista, trata-se de uma articulação do Estado baseado nas necessidades, nos

interesses ou em direitos coletivos, embasada em leis e normas jurídicas, que desencadeiam um conjunto de ações, passando por etapas de formulação, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controles sociais. Leis e normas jurídicas, além de embasar as ações da política, garantem a execução dessas ações. O respaldo legal estabelece-se como ponto fundamental para determinar recursos públicos e viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas (Pintos *et al.*, 2016).

Sobre direitos dos povos indígenas e direito ao esporte e lazer, o compilado apresentado no Quadro 4 traz os principais documentos oficiais existentes sobre a temática.

Quadro 4 - Fundamentação legal sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer para povos indígenas

<b>DOCUMENTO</b>	<b>DISPOSITIVO LEGAL</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DATA</b>
Constituição Federal	Artigo 231	“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (...)”.	1988
Constituição Federal	Artigo 217	“Proteção e incentivo às manifestações de criação nacional”.	1988
Declaração da ONU	Resolução da ONU – Artigo 31	“Os povos indígenas têm o direito de manter, proteger (...) os esportes e jogos tradicionais (...)”.	2007
Convenção 169 da OIT	Decreto 10.088	“Os governos terão a responsabilidade de desenvolver (...) ação para proteger seus direitos (...)”.	2009

Fonte: Elaborado pela própria autora

O texto da Constituição de 1988 denominado *Dos índios* é destinado aos direitos da população indígena admitindo suas organizações sociais, seus costumes, línguas, tradições e a demarcação de suas terras. Esse texto propõe que as ações do Estado brasileiro sigam uma perspectiva de autonomia dos indígenas, considerando as particularidades dos diferentes povos. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas (OIT, 2009) reitera o que está posto na Constituição Federal afirmando a necessidade de garantir o respeito às diferenças, às escolhas, aos modos de vida, além da consulta aos povos sempre que houver medidas suscetíveis de afetá-los.

O direito ao esporte e ao lazer são reconhecidos como direitos sociais na Constituição Federal de 1988, responsabilizando ao Estado o fomento de práticas desportivas formais e não formais e o incentivo ao lazer como forma de promoção social. Nessa mesma constituição há a determinação da “proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação

nacional” (Brasil, 1988), garantindo, portanto, que o Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, promova ações de reconhecimento, proteção e incentivo à vivência das práticas corporais indígenas, como manifestações que contribuam para a reafirmação da identidade étnica e nacional (Grando, Pinho e Campos, 2016).

Com o objetivo de endossar a discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas, foi elaborado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos Povos Indígenas. O texto da Declaração discute sobre a garantia do direito dos povos indígenas em manter e assegurar suas tradições (ONU, 2007), fomentando a implantação de políticas de esporte e lazer no Brasil. Além de discriminar ao poder público o fomento e implantação, a Declaração ainda reforça a necessidade de incluir os povos indígenas nas tomadas de decisão.

Políticas públicas para povos indígenas, segundo Baniwa (2016), devem levar em consideração a especificidade e a diversidade de costumes, crenças, línguas de cada povo, além de considerar a participação efetiva e colaborativa dos indígenas na elaboração, execução e avaliação das políticas destinadas a eles. Baniwa (2016) argumenta que os povos indígenas, na condição simbólica de dupla cidadania, brasileira e indígena, possuem expertise necessária para garantir a efetivação dos direitos da cidadania nacional (enquanto cidadão brasileiro), associado aos direitos específicos para indígenas (enquanto cidadão indígena).

A efetividade de políticas públicas para povos indígenas é dependente do diálogo entre setores governamentais e implementadores de políticas, com as lideranças e representantes das etnias. É necessário identificar as necessidades de cada contexto social, considerar as particularidades da população, respeitar a relação com o meio ambiente, com o território e com a cultura (Ferreira e Bento, 2023). Grando, Pinho e Campos (2016) ressaltam a importância de trazer o protagonismo indígena para o centro das discussões sobre políticas que os envolvem, respeitando os diferentes códigos linguísticos, as cosmologias, a religiosidade e o tempo de cada povo. E para que haja continuidade das políticas, de ações, projetos e programas de esporte e lazer nas comunidades indígenas, é necessário fortalecer as culturas e identificar nas práticas corporais espaço de identidade indígena e afirmação étnica e ainda levar em consideração os princípios sócio-políticos das culturas indígenas, como nos alerta Baniwa (2016).

As políticas indigenistas, de forma generalizada, costumam se apresentar de duas maneiras. De forma negligenciada, quando o Estado erroneamente compreende que o modo de vida de preservação da cultura não necessita da aproximação do Estado através de políticas públicas, ou de forma colonizadora, quando há aproximação do Estado, mas de forma que

homogeneíza e integra os povos, não acolhendo suas reais demandas. Ferreira e Bento (2023) explicam que, de maneira organizada, os povos indígenas buscam meios de reverter esse processo de dominação que perdura há séculos, que é reafirmado com políticas que não os incluem na elaboração e implantação da política, ocupando espaços de decisão e de formulação de ações de políticas públicas.

Baniwa (2016) explica que as políticas pensadas e operadas a partir de conceitos e estereótipos coloniais preconceituosos ou de desinformação, dificultam ainda mais o acesso dos povos indígenas ao esporte e lazer. Parte daí a necessidade de aproximar os povos indígenas da elaboração e implementação das políticas. Além disso, Baniwa (2016) nos orienta a pensar políticas de esporte e lazer para comunidades indígenas considerando as atividades que já existem nos territórios, que podem ser diferentes das atividades esportivas ocidentais, mas são equivalentes em termos de valor, conhecimento e sentido.

É possível fazermos um levantamento das ações de esporte e lazer a nível nacional voltadas para os povos indígenas desde a criação do Ministério do Esporte até 2026, que compreende o intervalo de 2003-2026, como observado no Quadro 5.

Quadro 5 - Ações federais de esporte e lazer para os povos indígenas (2003-2026)

<b>Governo e período</b>	<b>Ações de esporte e lazer para os povos indígenas</b>
<b>Governo Lula (2003-2010)</b>	Programa Esporte e Lazer na Cidade (2003); Programa Segundo Tempo (2003); Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (2003); Continuidade dos Jogos Indígenas (6ª edição a 10ª edição).
<b>Governo Dilma (2011-2016)</b>	I Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas (2015); Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015); Continuidade dos Jogos Indígenas (11ª edição a 13ª edição).
<b>Governo Temer (2016-2018)</b>	Projeto Piloto - Aldeia Viva (2018).
<b>Governo Bolsonaro (2019-2022)</b>	Não foram encontrados registros.

<b>Governo Lula (2023-2026)</b>	Programa Esporte e Lazer na Cidade (2023); Programa Esporte nas Aldeias (2024).
---------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

A criação do Ministério do Esporte em 2003 se mostrou essencial na efetivação de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, com iniciativas para democratizar o acesso a esses direitos (Pintos *et al.* 2016; Baniwa, 2016). Por sua vez, a extinção do Ministério do Esporte em 2019, durante o Governo Bolsonaro, reduzindo-o em secretaria do Ministério da Cidadania, provocou uma diminuição orçamentária significativa desmontando as políticas de esporte e lazer no país, afetando principalmente as comunidades tradicionais, parcela da população beneficiária das ações (Gurkewicz, Grandó e Almeida, 2023).

O último programa de esporte e lazer apresentado pelo governo federal aos povos indígenas marca a existência vanguardista do Ministério dos Povos Indígenas, criado em 2023 e comandado por Sônia Guajajara<sup>7</sup>, que possui uma coordenação específica para as manifestações culturais que abarcam o esporte e o lazer. O Edital de Chamamento Público Nº 15/2024 Programa Esporte nas Aldeias, convocou as organizações indígenas para participar da elaboração e execução de propostas relacionadas ao esporte e lazer de forma inclusiva e inovadora. Coletivos indígenas sem registro puderam participar, e ainda encaminhar suas propostas em formato oral na língua originária, indicando uma possível mudança na condução das políticas públicas, diferente das perspectivas negligenciada e colonizadora, mencionadas anteriormente.

A adoção de novas estratégias para que mais povos participem das decisões e ajudem a fazer a política de esporte e lazer de acordo com as especificidades de cada povo, é uma iniciativa que atende os encaminhamentos que a literatura nos dá referente à efetivação e continuidade da política nos territórios (Baniwa, 2016; Grandó, Pinho e Campos, 2016; Ferreira e Bento, 2023).

A literatura mostra certa dificuldade na manutenção de ações de esporte e lazer. Foi observado por Bonalume (2011) que políticas públicas de esporte e lazer no Brasil caracterizam-se por serem pontuais, onde o poder público atua somente como tutor de ações. Isso se dá, em partes, à política de editais que transfere a responsabilidade da execução da política pública para outras instituições, dificultando a manutenção das ações de esporte e lazer.

---

<sup>7</sup> Mulher indígena da etnia Guajajara, natural do Maranhão, militante de causas indígenas e ambientais. Foi candidata a vice-presidência da república em 2018, em 2022 se tornou a primeira deputada federal indígena eleita pelo estado de São Paulo e nesse mesmo ano foi convidada pelo Presidente Lula para comandar o Ministério dos Povos Indígenas (Da Silva e Neto, 2025).

Além disso, poucas políticas parecem ter sido iniciativas no sentido de desenvolver, em sua totalidade, programas, projetos e ações com objetivo de garantir o acesso de forma sistemática ao esporte e lazer.

Há um movimento, impulsionado pela política neoliberal, que defende a descentralização e a transferência de responsabilidade da execução e custeio de políticas do Estado para as organizações da sociedade civil, como explica Teixeira (2002). O Estado, através de lançamento de editais, passa a ser apenas o tutor das ações e não mais o agente implementador; a política pública nesse contexto passa a lidar com disputas de interesse entre o setor público e privado. A política de editais, como é chamada, é a utilização do chamamento público de instituições e organizações para serem executoras de determinada política, como explica Dumont (2024).

É possível elencar pontos positivos na política de editais quando a instituição executora, por exemplo, é da própria comunidade indígena, podendo gerar certa autonomia e se aproximar da compreensão dos povos indígenas sobre a política em questão. Em contrapartida, quando a instituição executora não é uma organização indígena, o sentimento de tutela, abolido na Constituição Federal de 1988, que considerava que os povos indígenas eram incapazes de tomar decisões, pode acompanhar todo o processo da política.

De forma geral, o trato com o esporte e lazer se dá em um contexto de precarização. Isso se deve, além da transferência de responsabilidade da execução da política pública para outras instituições, ao fato de não haver na Constituição Federal a discriminação da competência de cada esfera do governo frente à execução das políticas, acarretando a sobreposição das ações ou a não realização dessas (Gurkewicz, Grando e Almeida, 2023; Athayde *et al.*, 2022).

A capilarização das ações nas esferas federais e estaduais são pouco percebidas nos territórios indígenas do Ceará. No entanto, é notada a inclusão dos povos indígenas nas ações municipais de esporte e lazer. Estudo realizado por Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021) justifica apontando para uma maior destinação de recursos em ações de esporte e lazer por parte dos municípios, mesmo com a menor arrecadação. No estado do Ceará, o apoio municipal em ações de esporte e lazer é constatado em festividades tradicionais dos povos, em eventos de alusão ao dia dos povos indígenas e em jogos indígenas realizados ou apoiados pelos municípios.

As ações de esporte e lazer no Estado do Ceará, segundo Fachine (2020), seguem a tendência política das ações federais que demandam maior investimento no esporte de rendimento e infraestrutura e menor investimento no esporte de participação e no esporte

educacional. Matias e Mascarenhas (2017) explicam que essa maior atenção para o esporte de rendimento e para a infraestrutura é reflexo do neoliberalismo no esporte que prioriza ações de caráter focal, ações com acesso restrito, com baixa participação popular e com gestão centralizada. O Quadro 6 mostra as ações de esporte e lazer do estado do Ceará em 2025, com todos seus projetos, programas e eventos.

Quadro 6 - Ações de esporte e lazer no estado do Ceará (2025)

<b>PROGRAMAS</b>	<b>PROJETOS</b>	<b>EVENTOS</b>	<b>LEI</b>
Ceará Atleta	Areninha Tipo 2	Campeonato Intermunicipal de Futebol	Lei de Incentivo ao Esporte
CSAC	Bolsa-Atleta de Rendimento	Clínica de Surf Adaptado – CSA	
Esporte em 3 tempos	Campos do Ceará	Copa das Areninhas	
	Capacitação e Incentivo ao Desporto	Copa da Reforma Agrária	
	Futpaz	Copa Quilombola	
	Parceria com entidades esportivas	Esporte, Lazer e Cidadania	
	Projeto FelizIdade	Festival Paralímpico	
	Projeto Sesporte + Medicina Esportiva	Jogos Abertos do Ceará	
	Rede Estadual de Esporte Comunitário	Jogos Escolares do Ceará	
	Rede de Esporte Comunitário		
			Jogos da Diversidade do Ceará
		Jogos da Integração do Servidor Público Estadual	
		Jogos Indígenas do Ceará	
		Virada Esportiva	

Fonte: SESPORTE (2024). Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/programas-projetos-eventos/>.  
Elaborado pela autora.

No âmbito estadual, o evento Jogos Indígenas é a principal ação de esporte e lazer voltada para os povos indígenas apresentada pelo Governo do Estado do Ceará. Outras ações alcançam diretamente alguns povos indígenas como o projeto Areninha, no entanto não contempla todos os 16 povos indígenas reconhecidos do Ceará. Fechine (2020) considera o Projeto Areninha o “carro chefe” das políticas de esporte do estado, pois é o que recebe maior investimento financeiro, aproximadamente 50% de todo orçamento.

O projeto da Areninha foi idealizado em 2014 pela Prefeitura Municipal de Fortaleza com objetivo de criar espaços de geração de renda e promoção de esporte e lazer em locais de vulnerabilidade social da cidade. Somente em 2017, através de parceria com o governo do estado do Ceará, foi ampliado com objetivo de estimular a prática esportiva em todo o estado. Trata-se de um equipamento multifuncional, que segundo a Secretaria de Esporte do Ceará, há a previsão de construção em 152 municípios até 2026 (SESPORTE, 2024).

Apesar de possuir expressiva atenção dos gestores, segundo Oliveira (2024) não há uma política pública legalmente formalizada destinada ao projeto Areninha. No entanto, o projeto é fortalecido com outros programas e ações integrados ao projeto Areninha, através de parcerias plurissetoriais e multirregionais. Oliveira (2024) ressalta que, através da construção de um equipamento, outros programas e projetos acessam a comunidade a partir da Areninha.

Em territórios indígenas do Ceará, há 10 Areninhas já construídas e em processo de construção pelo Governo do Estado, descritas no Quadro 7. Além dessas, há territórios com equipamentos similares, executados pelas prefeituras municipais ou através de consórcios.

Quadro 7 - Areninhas em territórios indígenas executadas pelo Governo do Estado do Ceará (Gestão Elmano de Freitas - até fevereiro de 2026)

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ALDEIA</b>	<b>POVO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Caucaia	Reserva Taba dos Anacé	Anacé	Iniciada
Caucaia	Jardim do Amor	Tapeba	Iniciada
Aquiraz	Lagoa Encantada	Jenipapo-Kanindé	Inaugurada
Pacatuba	Munguba	Pitaguary	Aguardando início
Canindé	Gameleira	Kanindé	Iniciada

Itapipoca	Buriti	Tremembé	Inaugurada
Poranga	Cajueiro	Tabajara	Finalizada
Monsenhor Tabosa	Olho D'água dos Canudos	Tabajara	Finalizada
Quiterianópolis	Fidelis	Tabajara	Aguardando início
Itarema	Córrego João Pereira	Tremembé	Inaugurada

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas e reportagens. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/aquiraz/2025/07/30/jenipapo-kaninde-ceara-tem-a-primeira-areninha-em-territorio-indigena.html>

Já o evento Jogos Indígenas é amparado pela Lei 16.624/18 (Ceará, 2018) que determina a inclusão dos Jogos Indígenas no calendário oficial de eventos do estado do Ceará. Segundo a Secretaria de Esporte do Ceará (SESPORTE, 2024), refere-se a um evento no formato de intercâmbio cultural esportivo e de lazer, que busca a integração dos povos indígenas, a troca de experiências, o fortalecimento da cidadania e da identidade étnica.

Os Jogos Indígenas são, portanto, a única ação específica voltada ao esporte e lazer dos povos indígenas do Ceará. Sendo assim, esse evento será nosso objeto de investigação, no qual será apresentado com mais profundidade na sessão de análise da política.

### **3 “TIREI A CHINELA DO PÉ, EU CORRI ATÉ CHEGAR” - A PESQUISA E O PESQUISAR**

Neste capítulo conheceremos o caminho percorrido, o que tivemos que correr para chegar, como sugere a música de toré do título. Será apresentado como o campo da avaliação se revelou até chegar ao paradigma avaliativo em profundidade, escolhido para este trabalho. Os procedimentos metodológicos dialogam com os eixos analíticos da abordagem avaliativa, que serão descritos a partir do trabalho de campo.

#### **3.1 Abordagem avaliativa**

O modelo econômico neoliberal direcionou os caminhos das políticas públicas a certo paradoxo onde a mesma economia que cria os excluídos, confia à sociedade a tarefa de incluí-los (Gonçalves, 2008). Nesse contexto, a avaliação de políticas públicas nasce, primeiramente, da necessidade de construção de indicadores para apreender o controle da aplicação de recursos. Posteriormente, as abordagens tecnicistas foram sendo superadas pelas abordagens contra-hegemônicas e cada vez mais indicadores são construídos baseados em pessoas e não em números.

Para isso, como explica Boullosa (2020), a construção do conhecimento avaliativo, seja através de respostas em torno de questões funcionais ou através da preocupação com os significados do que é avaliação, significa lidar com um conjunto de saberes, de possibilidades e de perspectivas diferentes. O campo da avaliação se revela um espaço estruturado por disputas simbólicas e por posições de poder com suas próprias verdades, gramáticas e possibilidades (Boullosa, 2020).

Em breve histórico, destacarei a trajetória dos paradigmas avaliativos desde a escola positivista de caráter gerencialista e cunho técnico-formal, até a pós-construtivista de caráter contextualizado e cunho participativo, que de forma acumulativa fomentam as avaliações de políticas públicas. Januzzi (2016) nos lembra que não há método ou técnica com maior cientificidade que outras no desenvolvimento das atividades de monitoramento e avaliação de programas, o que há são revelações que derivam de escolhas.

A avaliação de impacto, definida por Arcoverde e Albuquerque (2016) como avaliação que pretende conhecer, analisar e avaliar as mudanças efetivas na vida das pessoas em decorrência de determinada intervenção, se aproxima com a classificação de avaliações somativas positivistas que buscam responder questões sobre continuidade, encerramento e ampliação de uma intervenção ou política, através de métodos objetivos, quantitativos e com

certa neutralidade, onde o avaliador tem a função de medir, descrever e julgar (Scriven, 1967 *apud* Boullosa, 2020).

À medida que um paradigma não dá conta de responder todas as questões avaliativas sobre determinada política, outros modelos surgem na intenção de complementar o paradigma anterior. A abordagem crítica-dialética se ocupa da contradição, da história, da transformação social coletiva e do sujeito da política (Silva, 2008). O avaliador se apresenta com a função de suspeitar e descobrir através de uma avaliação participativa e transformadora.

A escola construtivista é representada por Guba e Lincoln (2011), que definem a avaliação de quarta geração como uma abordagem emergente e madura, que vai além da ciência e não se restringe à obtenção de fatos, numa constante busca através da negociação. A quarta geração de avaliação transpõe as gerações anteriores que são centradas na mensuração, na descrição e no juízo de valor e formula um tipo de avaliação construtivista responsivo, que substitui a “arrogância do descobrimento da realidade” pela humildade do “nunca é possível descobrir como as coisas realmente são” (Guba e Lincoln, 2011, pág 58).

A abordagem construtivista se apresenta à sociedade e se torna um divisor de águas, havendo uma avaliação de políticas públicas antes da avaliação de quarta geração, centrada em resultados únicos, e uma avaliação de políticas públicas depois da avaliação de quarta geração, que entrega diversos cenários e consensos como resposta avaliativa. O avaliador possui função de compreensão, que avalia de forma subjetiva e qualitativa.

Dialogando com a avaliação de quarta geração, Lejano (2012) propõe referenciais teórico-metodológicos que alcancem um nível mais profundo de compreensão de questões não resolvidas pelos métodos tradicionais. O autor contesta os modelos positivistas por serem limitados em seu poder explicativo. Dito isso, a escola pós-construtivista se baseia na experiência política, com métodos mistos e etnográficos, com o avaliador dialógico e participativo, valorizando a subjetividade. Rodrigues (2008) sugere uma avaliação profunda, ampla e multidimensional, capaz de aproximar as ciências sociais da etnografia<sup>8</sup>.

Considerando que há várias e distintas formas de avaliação, os modelos contra-hegemônicos buscam perspectivas fundadas na hermenêutica em contraposição ao positivismo, com utilização de técnicas quantitativas e qualitativas e, ainda, com a participação de diferentes atores envolvidos nas políticas avaliadas (Guba e Lincoln, 2011). Com os modelos contra-hegemônicos é possível superar limites positivistas, incluir o contexto e construir um novo *ethos* epistemológico, completa Rodrigues (2008).

---

<sup>8</sup> Para Ingold (2018), etnografia é uma descrição da vida como ela é de fato vivida e experienciada pelas pessoas em dado lugar e em dado período.

Nesse contexto, a avaliação de políticas públicas de esporte e lazer deve contemplar, segundo Almeida e Paula (2015), um direcionamento metodológico suficientemente capaz de verificar a profundidade de suas ações e os resultados que foram obtidos ao longo de sua efetivação. Além disso, é necessária uma abordagem avaliativa que abarque as especificidades de uma política para povos indígenas, na qual o sujeito da política é o ator principal na formulação e na implementação da política em questão.

Sobre avaliação de políticas públicas em territórios indígenas, Gonçalves (2008) sugere um debate centrado na noção de etnodesenvolvimento, quando há desenvolvimento desvinculado da percepção economicista e vinculado à capacidade de decisão do grupo étnico. Além de preocupar-se em responder questões de natureza epistemológica para além de indicadores quantitativos.

A experiência empírica, a articulação entre texto e contexto, a construção de trajetórias e a utilização de indicadores sociais e territoriais para avaliação de políticas, nos colocam diante do paradigma pós-construtivista capaz de realizar uma avaliação profunda suficiente a ponto de alinhar teoria, metodologia e epistemologia, e alinhar perspectivas diversas de uma política. Para tanto, usaremos a abordagem avaliativa em profundidade para desvendar nosso objeto de pesquisa.

A avaliação em profundidade é uma proposta de avaliação formulada por Rodrigues (2008) de caráter contra-hegemônico, que possui quatro eixos analíticos como caminhos para avaliação, sendo eles: Análise de Conteúdo, Análise de Contexto e Trajetória Institucional e Espectro Territorial e Temporal.

Seguindo os fundamentos para uma avaliação em profundidade sugerida por Rodrigues (2008), analisaremos:

- i. O conteúdo da política. Com essa análise será possível abordar a formulação, os conceitos, a justificativa e os objetivos dos Jogos Indígenas do Ceará, a fundamentação teórica e os aparatos legais sobre o tema;
- ii. O contexto e a trajetória da política. Pretende-se com essa análise compreender a conjuntura política durante a formulação da política e durante a implementação, o momento social, econômico e cultural do estado do Ceará, a participação de cada esfera da sociedade e coerência de cada instituição envolvida;
- iii. O espectro temporal e territorial. Analisaremos as mudanças ocorridas durante as edições dos Jogos a partir dos ciclos de tempo percorrido, elencando os espaços de destaque.

Lejano (2012) afirma que a análise política dentro de um processo de busca, de avaliação, comparação e de escolhas, têm sido escrita e reescrita na tentativa de aproximação

máxima da política estudada. Nesse sentido, esse estudo não se limitou a processos lineares de investigação, a mudança de percursos e de rumos e a apreensão de diferentes linguagens para a avaliação dos Jogos Indígenas foram legitimadas e acolhidas. Para Lejano (2012), antes de julgar, classificar e categorizar uma política, é preciso “senti-la pelo que ela é”, isso só é possível quando nos aproximamos e a enxergamos sob lentes imunes de preconceitos, hipóteses, heranças coloniais e ocidentais.

### 3.2 Procedimentos metodológicos

A Abordagem Avaliativa em Profundidade atribui uma matriz teórico-metodológica com foco nas articulações entre a política e os sentidos e significados dados pelos sujeitos da política. Para tanto, essa pesquisa de natureza qualitativa, teve inspiração etnográfica. A inspiração etnográfica nos permite, segundo Gussi (2008), capturar as diferentes representações, visões e perspectivas dos atores envolvidos na política.

Para melhor compreensão do percurso metodológico dessa pesquisa, o Quadro 8 elucidada a metodologia elencada como a que melhor deu conta de responder às questões que o objeto de pesquisa trouxe.

Quadro 8 - Procedimentos metodológicos da pesquisa

<b>Eixo Analítico</b>	<b>Coleta de Dados</b>	<b>Instrumentos de coleta</b>	<b>Análise de Dados</b>
Conteúdo	- Pesquisa documental	Marcos legais, editais, regulamentos, relatórios.	Análise crítica de conteúdo
Contexto e Trajetória	- Pesquisa documental - Entrevista semi-estruturada	Editais, relatórios. Gravador de áudio. Diário de Campo.	
Espectro Temporal e Territorial	- Pesquisa documental - Entrevista semi-estruturada - Observação direta	Gravador de áudio. Diário de Campo	

Fonte: Elaborado pela autora.

A coleta de dados partiu de uma pesquisa documental para compreender a formulação da política. Foram coletados marcos legais sobre esporte e lazer do estado, editais e regulamentos de jogos, relatórios de avaliação e outros documentos que se apresentaram relevantes para a pesquisa. A pesquisa documental serviu para compreender as intenções formais e identificar as principais diretrizes da política (Gil, 2022), a qual foi utilizada em

articulação com outros procedimentos para garantir visão completa do objeto, como sugerem Minayo, Deslandes e Gomes (2011).

Os documentos são registros escritos que oferecem informações essenciais para compreender fatos e relações, permitindo a reconstrução de eventos e seus antecedentes ao refletirem aspectos sociais de um grupo em um contexto histórico específico (Souza, Kantorski e Luis, 2011). De acordo com Fávero e Centenaro (2019), a pesquisa documental envolve a identificação, verificação e avaliação de documentos com um objetivo definido, sendo recomendável o uso de fontes complementares para contextualizar as informações. Esse método busca extrair dados de maneira objetiva, organizando e contextualizando os fatos de acordo com momentos específicos. Além disso, a pesquisa documental pode ser entendida como um conjunto de operações intelectuais que descrevem e representam os documentos de forma padronizada e sistemática, facilitando sua recuperação e uso.

Para os autores supracitados, os documentos podem ser oficiais e não oficiais, registrados por escrito e que comprovem algo, bem como podem ser vestígios do passado que servem como testemunho de uma época. Ou seja, a noção de documento é ampla e abarca desde fontes oficiais até relatos do cotidiano. Completa-se ainda que documentos podem ser textos, pinturas, fotos, vídeos, objetos do cotidiano, elementos da cultura, músicas, dialetos, relatório de entrevistas e até mesmo anotações de uma observação.

Assim, os documentos podem ser classificados em públicos e privados. Os documentos públicos podem ser arquivos governamentais (federais, regionais, escolares ou municipais), os do estado civil, assim como alguns arquivos jurídicos, além de revistas, jornais, periódicos, anúncios, circulares, boletins, dentre outros. Já os documentos privados podem ser aqueles que passam por um processo de arquivamento, como os documentos de organizações políticas, de sindicatos, igrejas, comunidades religiosas, instituições, empresas e outros; e aqueles pessoais, tais como autobiografias, os diários, as cartas, as histórias de vida e os documentos familiares.

Para Lima Junior *et al.* (2021), o tratamento documental transforma o conteúdo original para permitir a disseminação e o intercâmbio da informação. Essa técnica reestrutura o conteúdo para facilitar sua consulta, organizando-o de forma mais acessível e prática. Desta forma, o processo de análise segue etapas específicas, como apuração e organização do material, leitura com base em critérios de análise de conteúdo, e análise crítica, que incluem atividades como fichamento, codificação, interpretação, levantamento de temas recorrentes e construção de inferências (Souza, Kantorski e Luis, 2011).

Além da pesquisa documental, foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas

com sujeitos importantes para a construção e o entendimento dos jogos indígenas no Ceará, a exemplo da Secretaria de Esporte do Ceará (1 entrevistado), Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará (1 entrevistado), Instituição Executora dos Jogos (1 entrevistado), comissão organizadora (5 entrevistados), atletas indígenas (7 entrevistados) e lideranças indígenas (3 entrevistados). As entrevistas serviram para construir significados junto aos sujeitos considerando as percepções e interpretações da pesquisadora (Minayo; Deslandes; Gomes, 2011).

A entrevista semiestruturada é uma ferramenta qualitativa de coleta de dados que permite aos participantes expressarem-se com autonomia e espontaneidade, enriquecendo o estudo ao registrar discursos que refletem suas vivências e percepções. Esse método possibilita um diálogo aberto, onde o pesquisador conduz a conversa com base em questões norteadoras, mas mantém flexibilidade para explorar novos temas que surgirem durante o processo. Assim, o entrevistado pode seguir livremente sua linha de pensamento, proporcionando respostas autênticas e contextualizadas (Rezende, 2019).

Para Nunes, Nascimento e Alencar (2016), por meio da interação propiciada pela entrevista, o pesquisador busca compreender os valores, opiniões e repertórios culturais dos participantes, considerando as influências históricas, sociais e individuais que moldam suas falas. Nesse sentido, a análise das entrevistas deve ir além das palavras ditas, explorando os significados e sentidos construídos pelos participantes em suas experiências de vida. Assim, a entrevista semiestruturada combina flexibilidade e estrutura, utilizando um roteiro base que orienta as perguntas, mas permite a inclusão de questões adicionais para esclarecer ou aprofundar temas relevantes. Essa abordagem incentiva respostas genuínas, permitindo uma compreensão mais profunda dos significados atribuídos pelos participantes às suas realidades e experiências.

A aplicação desse tipo de entrevista exige cuidados éticos e metodológicos. O pesquisador deve adotar uma postura acolhedora e respeitosa, garantindo que o participante se sinta confortável para compartilhar suas experiências, respeitando silêncios e adequando a linguagem científica ao contexto cotidiano. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) desempenha um papel crucial nesse processo, assegurando que os objetivos e direitos do participante sejam compreensíveis (Moré, 2015). Desta forma, a pesquisa seguiu as normativas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que estabelece as normas e diretrizes para pesquisas que envolvam seres humanos.

Por fim, em todo percurso da pesquisa, foi realizada observação direta, compreendendo a organização pré-evento, os dias de evento e o pós-evento, registradas em diário de campo. No âmbito da pesquisa qualitativa, a combinação da entrevista com a

observação são os principais instrumentos de coleta de dados, pois possibilitam a obtenção de informações sob diferentes perspectivas, tanto do contexto quanto do fenômeno estudado. Essa combinação favorece uma compreensão mais ampla e integrada dos dados durante o processo de análise (Moré, 2015).

Esta é, segundo Campos, Silva e Albuquerque (2021), uma técnica de investigação qualitativa que permite ao pesquisador compreender fenômenos e contextos a partir de sua escuta atenta, sem necessariamente estar inserido no grupo investigado. A inserção no campo é fundamental para captar não apenas as ações observáveis, mas também os aspectos simbólicos que permeiam o contexto, promovendo uma visão detalhada da realidade investigada.

A observação direta possibilita o conhecimento aprofundado das dinâmicas do grupo, especialmente por ocorrer durante a vivência espontânea dos fenômenos, o que fortalece a proximidade entre pesquisador e contexto, enriquecendo a análise com dados obtidos no local e momento do acontecimento (Valladares, 2007). Para Souza, Kantorski e Luis (2011), esse método exige uma sistematização prévia, como a elaboração de um roteiro de observação alinhado aos objetivos da pesquisa, a fim de fundamentar o planejamento e desenvolver estratégias para melhor explorar o fenômeno em estudo.

De acordo com os autores, o processo de observação inicia-se com uma abordagem ampla e descritiva, na qual o pesquisador busca compreender as interações sociais e as dinâmicas gerais. Em seguida, a observação torna-se mais focada, direcionando-se a aspectos específicos, até alcançar uma fase seletiva, que refina categorias previamente identificadas. Esse ciclo exige disciplina e flexibilidade, sendo necessário desenvolver uma relação de confiança com o grupo e registrar sistematicamente as observações por meio de notas e diários de campo.

Dentre as vantagens da observação, destacam-se a obtenção de dados durante a ocorrência espontânea do fenômeno, a vivência pessoal do evento no contexto em que ocorre e uma maior proximidade entre o pesquisador e o grupo investigado, fatores que contribuem para um entendimento mais profundo e contextualizado do objeto de estudo. Assim, a interação entre pesquisador e meio constitui o cerne dessa técnica, que combina rigor científico com sensibilidade às dinâmicas humanas e sociais (Valladares, 2007).

No intento de sistematizar as observações feitas em campo, foi utilizado o diário de campo como forma de registro. Para Medrado, Spink e Mélo (2014), o diário de campo é uma ferramenta essencial nas pesquisas qualitativas, especialmente naquelas que envolvem a interação direta entre o pesquisador e o campo de estudo. Por meio do diário de campo, o pesquisador pode registrar detalhadamente o desenvolvimento das atividades, alterações

realizadas no percurso da pesquisa e os aspectos simbólicos e subjetivos que permeiam o campo.

Para Kroef, Gavillon e Ramm (2020), o diário não se limita ao registro de dados coletados, mas constitui uma prática reflexiva e discursiva, documentando as percepções, impressões e emoções do pesquisador durante a imersão no ambiente investigado. Essa escrita permite não apenas registrar o que foi observado, mas construir os dados em interação com os sujeitos pesquisados, promovendo uma compreensão mais profunda do contexto social, pois o diário também funciona como espaço para refletir sobre dilemas éticos, dificuldades, avanços e recuos, além de ser um recurso para afinar perguntas, gerar hipóteses e aprimorar análises e métodos de investigação.

Vieira (2001/2002) reforça que essa ferramenta auxilia na captação de impressões em tempo real, documentando como o pesquisador é afetado pelo contexto e promovendo um olhar mais sensível e aguçado sobre a realidade. Embora possa causar desconforto inicial ao exigir o registro de emoções e reações, o treino constante torna o uso do diário mais assertivo. Ele também serve para relatar aspectos que o pesquisador considera instigantes, interessantes ou inquietantes, ajudando a construir um panorama rico e detalhado sobre o fenômeno investigado.

Além de apoiar a coleta e análise de dados, o diário de campo contribui para a organização e planejamento da pesquisa, facilitando o desenvolvimento de estratégias e ações alinhadas aos objetivos da investigação. Por ser um registro contínuo e sistemático, é uma peça fundamental na compreensão das dinâmicas sociais, promovendo reflexões que enriquecem o processo científico e fortalecem a validade dos resultados obtidos (Vieira, 2001/2002).

O trato com os relatos dos sujeitos da pesquisa fruto das entrevistas e com o material coletado na pesquisa documental deu-se a partir da proposta qualitativa da análise de conteúdo em Bardin (2016). A análise de conteúdo é uma técnica de grande relevância e prestígio na pesquisa social, permitindo o estudo das comunicações humanas com foco no conteúdo das mensagens.

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas que descrevem e interpretam mensagens, gerando inferências de conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das comunicações. Esse método não segue um modelo único, mas exige adaptações de acordo com o objetivo e o tipo de conteúdo analisado, especialmente quando busca características latentes presentes no material coletado.

Conforme Rezende (2019), essa etapa é crucial no método de pesquisa documental e da análise das entrevistas, pois envolve o estudo detalhado e a análise aprofundada dos

documentos e das falas. O pesquisador interpreta o conteúdo para responder à questão central da pesquisa, contribuindo para a construção de conhecimento teórico relevante. Após a seleção da amostra documental e da transcrição das entrevistas, realiza-se a definição das unidades de análise, a escolha das categorias e a organização dos dados de forma sistemática.

O processo de análise de conteúdo é organizado em etapas que orientam a pesquisa:

1. Pré-análise – Envolve a leitura inicial e flutuante do material para obter uma visão geral das mensagens, identificando temas recorrentes, conteúdos latentes e divergências.
2. Exploração do material – Etapa de codificação, onde as unidades de análise são organizadas em categorias e os dados são agrupados em quadros temáticos.
3. Tratamento dos resultados – Consiste na apresentação dos resultados obtidos, incluindo discussões e interpretações que ampliam a compreensão dos dados analisados.
4. Inferência e interpretação – Fase final, onde os significados subjacentes às comunicações são decodificados, permitindo o aprofundamento teórico.

A análise qualitativa de conteúdo, baseada nos princípios de Bardin (2016), é particularmente útil para interpretar significados implícitos nas mensagens, valorizando a singularidade das experiências humanas refletidas nas falas analisadas. Por meio desse método, a pesquisadora decifra as múltiplas camadas de significado presentes no material, produzindo inferências que enriquecem o conhecimento científico.

### **3.3 Descrição dos trabalhos de campo**

As pesquisas de campo foram realizadas durante as duas últimas edições dos Jogos Indígenas do Ceará, que aconteceram nos municípios de Aquiraz e São Benedito, em 2024 e 2025 respectivamente. As atividades executadas em cada campo se diferenciam de acordo com a relação com os sujeitos da pesquisa, com os territórios e com o objeto de investigação. O campo realizado em 2024, durante a XI edição dos Jogos, assumiu uma abordagem ampla e descritiva, com objetivo de compreender a dinâmica geral do evento. Já durante o campo realizado em 2025, na XII edição dos Jogos, foi possível focar a observação em pontos específicos previamente identificados como possíveis aspectos de análise dentro da avaliação em profundidade.

É importante frisar a existência de uma ligação antes mesmo do início da pesquisa junto aos povos indígenas do Ceará enquanto parceira e apoiadora do movimento indígena. A participação em eventos como a Festa do Mocororó do Povo Jenipapo-Kanindé em 2022, a Festa do Marco Vivo de Yburana do Povo Jenipapo-Kanindé em 2023, a VII Assembleia dos Professores Indígenas em 2023 como parte da equipe de comunicação e os II Jogos Indígenas

do Povo Jenipapo-Kanindé em 2023 como parte da equipe organizadora, facilitaram a criação de uma relação de confiança entre os sujeitos da pesquisa, necessários para a execução dos trabalhos de campo.

Kaingang (2015) destaca a mudança na postura do pesquisador de temas ligados aos povos indígenas que, durante muito tempo possuiu uma visão unilateral, que objetificava o indígena, para uma postura de aliado político das causas indígenas. Essa relação de confiança conquistada entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa é fruto da tomada de decisão dos povos indígenas sobre quem pesquisa e o que pesquisam. Tal relação permite que, aqueles que antes eram considerados “objetos de pesquisa”, hoje sejam “sujeitos na elaboração de conhecimento sobre si mesmos”, afirma a autora.

Sabendo disso, a pesquisa de campo realizada em 2024 foi uma compreensão inicial dos Jogos Indígenas do Ceará, reconhecendo os sujeitos que participam, como os povos enxergam os Jogos e como eles se prepararam para o evento. Enquanto pesquisadora pude assistir a todas as modalidades e, além disso, tive livre acesso aos locais de alojamento, alimentação e convivência dos participantes, facilitando a criação de vínculos. Para melhor compreensão, o trabalho de campo de 2024 denominado “Trabalho de Campo 1” é estruturado no Quadro 9, abaixo.

Quadro 9 - Grupo de entrevistados e quantidade de entrevistas semiestruturada do Trabalho de Campo 1

<b>Grupos de entrevistados</b>	<b>Quantidade de entrevistas</b>
Representante de instituição indígena	1
Atleta	5
Organização	1
Autoridade política	2
Total	9

Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistas foram realizadas individualmente, com duração de aproximadamente 50 minutos cada, utilizando gravador de celular e armazenadas no aparelho celular na função de gravação. Todos os entrevistados participaram da pesquisa de forma voluntária após explicação sobre os objetivos do trabalho e após a assinatura do TCLE. As

perguntas serviram como apoio e ponto norteador da entrevista, no entanto, para alguns grupos de entrevistados, precisaram ser adaptadas para atender os objetivos da pesquisa.

Já o trabalho de campo realizado durante a XII edição dos Jogos Indígenas em 2025 foi focado em tentar responder aos questionamentos encontrados durante a edição anterior, sobretudo referente a trajetória dos Jogos e os caminhos futuros do evento. De uma edição para a outra, a relação próxima com os sujeitos da pesquisa favoreceu a minha inserção junto aos participantes dos Jogos. Pude compor a delegação de uma etnia, observando quase todas as experiências que os atletas vivenciaram, permitindo uma aproximação maior com o território e com o objeto de investigação. Esse trabalho de campo foi denominado “Trabalho de Campo 2”, conforme indicado no Quadro 10, abaixo.

Quadro 10 - Grupo de entrevistados e questões norteadoras da entrevista semiestruturada do Trabalho de Campo 2

<b>Grupos de entrevistados</b>	<b>Quantidade de entrevistas</b>
Representante de instituição indígena	2
Atleta	2
Organização	5
Autoridade política	0
Total	9

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a realização das entrevistas durante o Trabalho de Campo 2, foi utilizado o método de amostragem do tipo Bola de Neve, que utiliza cadeias de indicações, onde um entrevistado indica o próximo a ser entrevistado e assim por diante, como explica Vinuto (2014). O Trabalho de Campo 1 serviu para localizar a primeira indicação que foi realizada posteriormente no Trabalho de Campo 2. Somando as entrevistas realizadas durante as duas últimas edições dos Jogos Indígenas, com algumas entrevistas realizadas após a última edição, totalizam 18 entrevistas que foram utilizadas para embasar a argumentação e fundamentar a análise da investigação, considerando-as como principal fonte de informação e principal recurso de aproximação da realidade dos Jogos Indígenas do Ceará.

Não houve uma definição prévia do número de sujeitos a serem entrevistados, sendo realizada a inclusão progressiva de interlocutores, conforme mencionado, a partir do

método bola de neve, mantendo a preocupação de abarcar todos os envolvidos na política, e por critérios de saturação, quando as respostas começam a ter uma certa regularidade, como sugerem Minayo, Deslandes e Gomes (2011), as entrevistas foram encerradas. Na tentativa de representar a realidade, no decorrer do trabalho também foi utilizado o acervo fotográfico resultante do processo de observação, assim como os grifos dos diários de campo.

## **4 “SOU TAPEBA, SOU PITAGUARY, JENIPAPO, TREMEMBÉ, QUEM QUISER CONHECER NOSSA FORÇA VENHA DANÇAR O TORÉ” - OS ACHADOS DA PESQUISA**

Neste capítulo conheceremos a força dos povos, como sugere a música de toré do título. Será feita uma aproximação de como acontecem os Jogos Indígenas, na tentativa de transportar o leitor para o evento, vivenciando suas emoções e seus sentimentos presentes. Serão apresentadas as modalidades realizadas para melhor compreensão dos Jogos, assim como os sujeitos da pesquisa e a partir das falas desses sujeitos, serão discutidas as categorias de análise em profundidade da política de acordo com o material bibliográfico coletado e com as entrevistas realizadas.

### **4.1 Aproximação etnográfica dos Jogos Indígenas do Ceará**

Na tentativa de aproximar o leitor dos sentimentos e sensações vividas durante os dias de Jogos Indígenas, faremos uma retomada, que chamaremos de aproximação etnográfica, dos Jogos Indígenas com base no diário de campo 2, que ocorreu entre os dias 23 a 26 de janeiro de 2025, no município de São Benedito, Ceará. As falas dos sujeitos presentes nesse tópico foram ouvidas durante o diário de campo, esses sujeitos não são os mesmos que aparecerão nas entrevistas (apresentados no tópico 4.3).

[...] se junta todo mundo na frente da casa da vó pra treinar as modalidades dos jogos, até quem não vai participar chega só pra achar graça. Eu ficava muito feliz quando eu via meu pai brincando de correr, o tio Preá, o Pajé João, a Cacique Pequena rindo, a tia Hosana, todo mundo se divertindo, é como se a gente disputasse entre si e se organizasse pra isso (Diário de Campo, fala de um atleta, 23/01/25).

Os Jogos Indígenas são vividos de forma muito peculiar e própria por cada sujeito e por cada etnia. A fala acima representa a organização e preparação de um povo para os Jogos que se apronta com muita alegria e que celebra esse momento.

Os Jogos Indígenas começam nas aldeias a partir da divulgação da data do evento. As redes sociais das etnias mostram os povos preparando seus materiais, o arco, a flecha, a baladeira, improvisando uma tora de madeira, montando time e confirmando suas participações. Alguns povos se preparam para os jogos durante o ano todo tendo contato com as modalidades durante as aulas de Educação Física, durante seus festejos tradicionais, ou durante o cotidiano. Outros não se preparam por não terem proximidade nenhuma com as modalidades e participam dos jogos para viver a experiência.

Até chegar o dia de viajar para a cidade que sediará os Jogos, cada povo organiza suas delegações de forma muito particular, alguns povos articulam a participação junto às lideranças locais e as pessoas interessadas sinalizam sua disponibilidade. Outros povos deixam a cargo da escola ou do professor de educação física a responsabilidade de realizar inscrições, escolher os atletas e preparar a delegação. De forma geral, a escolha da delegação leva em consideração principalmente o interesse e a disponibilidade de cada integrante e, em alguns povos, a aptidão para as modalidades também é um pré-requisito.

Poucos dias antes do início dos jogos, duas etnias anunciaram nas redes sociais que não iriam participar do evento por questões internas, tais questões levantaram diferentes discussões entre as demais etnias. A não participação de uma etnia tradicional e antiga junto ao movimento indígena pareceu indicar que essa etnia estaria perdendo o protagonismo nas decisões dos jogos, gerando certa desconfiança sobre os rumos do evento. Ao mesmo tempo, tal anúncio animou algumas delegações por terem mais chances de ganhar em determinadas modalidades.

O sentimento de competição é desenvolvido desde a inscrição, o povo agora é chamado de delegação, os sujeitos que vão participar são chamados de atletas e as atividades que nos territórios são chamadas de brincadeiras, agora são chamadas de modalidades esportivas. Tem congresso técnico explicando as regras gerais das modalidades, sendo obrigatório portar um documento com foto para confirmar as inscrições e também o uso de chuteira ou tênis nas modalidades de corrida e de futebol.

A delegação do povo Jenipapo-Kanindé foi composta por atletas jovens, lideranças, comunicadores, artesãs e eu como pesquisadora, totalizando 25 pessoas. Às sete horas da manhã o ônibus se organizava para sair da Aldeia Lagoa Encantada em Aquiraz, rumo à Aldeia Gameleira em São Benedito. Muitas risadas, músicas, adornos indígenas pendurados nas janelas, divisão de lanches durante a viagem, contação de histórias pessoais e compartilhamento de expectativas sobre os jogos, notícias sobre as delegações que já chegaram, divulgação da programação. As falas animadas e a inquietação dentro do ônibus anunciavam os dias movimentados que estavam por vir.

As acomodações eram em escolas, casas de apoio, galpões e prédios públicos. Na frente de cada local havia o nome dos povos que iriam se acomodar. A chegada aos locais de acomodação talvez seja um dos pontos principais do Jogos Indígenas, o encontro com os parentes<sup>9</sup>. Esse momento é preenchido de abraços, risadas, perguntas sobre os parentes que não

---

<sup>9</sup> O termo parente é utilizado pelos povos indígenas quando se reconhecem semelhantes.

foram, perguntas sobre as modalidades, alguns já avaliando a organização do evento, as acomodações, a comida e os espaços destinados ao evento.

Na escola que a delegação do povo Jenipapo-Kanindé ficou, estavam acomodados mais outros 3 povos, essa escola também servia como ponto de apoio para a organização do evento e como ponto principal de alimentação das delegações. Enquanto algumas delegações se acomodavam nas salas, outras já formavam uma grande fila para almoçar, alguns atletas faziam pintura corporal com tinta de jenipapo, pessoas da organização entregavam pulseiras de identificação e um kit composto por blusa, boné, bolsa e garrafinha para água.

Logo nas primeiras horas de evento foi possível perceber o descontentamento de algumas delegações em relação às acomodações, lugares pequenos, sujos, com acesso difícil, “em péssimas condições”. Uma pessoa da organização explicou que a escolha das escolas e espaços para dormir foi feita através de sorteio, sem levar em consideração a quantidade de pessoas em cada delegação. A instituição organizadora deixou a demanda de organização das acomodações com as lideranças locais e aparentemente foram resolvidas ainda no primeiro dia.

“O primeiro dia é pra sentir o evento”, conhecer os espaços, as pessoas, entender a dinâmica da organização, receber os uniformes (dados pela organização, cada delegação com uma cor diferente). Todas as delegações, organização, representantes das instituições indígenas e autoridades políticas se encontram na Areninha, que fica dentro da aldeia, para a abertura dos jogos. “É importante fazer dentro da aldeia por isso, concentra todo mundo num canto só, se fosse na cidade já teriam se dispersado logo na abertura”, essa fala, feita por uma atleta, fez sentido durante todo o evento, mas durante a abertura ela se mostrou verdadeiramente importante.

A cerimônia de abertura dos jogos indígenas foi o momento que elenco como mais emocionante do evento. Marcada por muitos cânticos, danças e rituais tradicionais, cada povo chamado entrava no centro da Areninha mostrando sua força e sua vontade de estar ali, ocupando um espaço legitimamente deles, celebrando suas vidas e suas conquistas com muita festa. O movimento indígena do Ceará estava em festa, o chão da Aldeia Gameleira balançou no ritmo do toré e do torém em uma sincronia de energias e pensamentos. Cacique Jorge Tabajara, secretário executivo da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará, declarou aberto os XII Jogos Indígenas do Ceará em um discurso emocionante e significativo.

Os Jogos Indígenas são muito mais do que uma competição esportiva. Por meio do esporte, honramos nossa história, preservamos nossas tradições e celebramos nossa ancestralidade. Que cada atleta dê o seu melhor, e que a amizade, o respeito e a união sejam os maiores vencedores desta jornada. Em nome do Governador do Estado do

Ceará, Elmano de Freitas, a quem aqui represento, declaro abertos os XII Jogos Indígenas do Estado do Ceará (Trecho do Discurso de Jorge Tabajara, Anexo 1).

“É começando os jogos e as amizades se acabando”. Antes de qualquer rivalidade ser colocada à prova, a competição tinha que começar, no entanto parecia que ainda estava sendo organizada. O início das provas foi caracterizado pelo atraso, com uniformes ainda a serem entregues às equipes, sem sinalização dos espaços de prova e a estrutura ainda sendo montada. No decorrer das inscrições e na execução das provas, foi observado um determinado rigor e tensão referente às regras das modalidades ao mesmo tempo em que os atrasos e as falhas de comunicação eram questionados pelos atletas. “A gente faz tudo bem direitinho e já inicia bagunçado, não é uma crítica, é uma sugestão, já que a gente quer que tudo dê certo” (Diário de campo, fala de um atleta, 24/01/2025).

Aos poucos o cenário dos jogos foi se formando. O ponto de venda de artesanato (figuras 9 e 10) com tendas, mesas e cadeiras, se tornou também um ponto de encontro com venda de artesanato de muitos povos, colar de miçanga, brincos de pena, maracas, venda de comidas de pessoas da aldeia e também local de distribuição de água e local de realização de inscrição de algumas modalidades, muitos indígenas comunicadores produzindo conteúdo para as redes sociais das suas etnias, crianças brincando de toré, as lideranças locais engajadas nas demandas dos jogos.

A presença de atletas profissionais da modalidade de arqueria, fazendo alusão ao arco e flecha, causou curiosidade entre os atletas, mas também estranhamento, alguns até desistiram por medo de errar. Importante também registrar a presença de arbitragens federadas, na modalidade de queda de braço, por exemplo, enquanto o árbitro explicava sobre a modalidade, um atleta falou baixinho “não tô entendendo nada, só sei que é pra derrubar o braço do outro”, nessa modalidade ganhou um atleta que nunca tinha competido tampouco se preparado.

As atividades aconteciam de forma simultânea em pelo menos 2 diferentes locais, era preciso transitar pela aldeia para encontrar os locais de prova. Nessas andanças os atletas interagem com o território, comiam frutas locais, conversavam com os moradores, trocavam o kit dos jogos por jaca, fugiam da chuva se abrindo nas casas dos nativos. Um pouco mais longe das áreas de provas, o caixa do mercantil da comunidade perguntou “você são dos índios?” Aqui percebeu-se que mesmo a pergunta carregada de preconceito, a presença dos povos indígenas era sentida dentro do município que estava recebendo os jogos.

No mês de janeiro, as temperaturas baixavam no final do dia, e o que parecia “esquentar o clima” era assistir às provas, torcer pelo seu povo, identificar os atletas em

potencial, criar estratégias para melhorar a performance, ouvir os primeiros resultados e, principalmente, torcer/participar da modalidade cabo de guerra. O ápice das competições é o cabo de guerra, “o cabo de guerra é sempre o momento mais marcante das disputas, a mais atrativa, tanto por envolver mais a torcida, quanto por movimentar os atletas pra estarem participando” (Diário de Campo, fala de um atleta, 24/01/25).

Com o tempo chuvoso, os espaços de prova ficavam escorregadios e alagados, causando um certo receio entre os atletas. Para evitar qualquer contratempo e possíveis lesões, delegações inteiras decidiram não participar da modalidade para prevenir acidentes e essa decisão aparentemente não era difícil de ser feita. “Ninguém vai cair e quebrar uma perna longe de casa, não”. A preservação da saúde e do bem-estar estavam acima de qualquer possibilidade de vitória e de conquista de medalha.

No final do dia, já nos alojamentos, havia a reorganização interna das delegações, redistribuindo os atletas nas modalidades, contando quem estava cansado, quem ainda tinha interesse em disputar determinada modalidade, quem tinha se machucado, além de contar as possíveis medalhas e troféus garantidos no dia e a confirmação da programação do dia seguinte. Havia também a expectativa por um momento cultural com apresentação das danças tradicionais dos povos, mas esse momento não aconteceu, então à noite os atletas se dispersavam.

Em algumas aldeias do estado do Ceará é proibida a comercialização de bebidas alcoólicas, segundo alguns atletas participantes dos jogos, devido à problemática relação de alcoolismo entre os povos indígenas que compromete a vida e a luta desses povos. Na Aldeia Gameleira aparentemente não é proibido, mas o regulamento dos jogos indígenas proíbe o uso e comercialização de bebidas alcoólicas em área de prova. Durante essa edição dos jogos, a proibição de bebidas alcoólicas precisou ser lembrada, assim como atitudes antidesportivas, que segundo o regulamento do evento, tais casos levariam à punição máxima de exclusão de toda a delegação do atleta envolvido.

Embora casos como os citados acima estejam descritos no regulamento do evento, a instituição executora dos jogos indígenas deixou a cargo das lideranças indígenas decidir qual punição as delegações levariam por descumprirem as regras. Foi convocada, portanto, uma reunião extraordinária com lideranças, organização e representantes das instituições, formando o que o regulamento dos jogos chamou de “Comissão Disciplinar”. Cabia à comissão disciplinar julgar um caso de venda e consumo de bebidas alcoólicas em área de prova e um caso de violência doméstica em um dos alojamentos dos jogos. “Os moradores do território não têm obrigação de saber as regras do regulamento, mas a organização e as lideranças locais, sim”

(Diário de Campo, 24/01/2025), disse uma liderança sobre a venda de bebidas. Sobre o caso de violência doméstica, a comissão disciplinar decidiu que somente os envolvidos no caso seriam penalizados. Nenhum dos dois casos teve repercussão entre os atletas, assim como não foram amplamente discutidos.

No terceiro dia de evento alguns atletas, lideranças e pessoas da organização perceberam minha presença enquanto avaliadora dos jogos e viram em mim um ponto de delação. Enquanto eu observava os jogos, as pessoas chegavam até mim e pediam que eu anotasse o que eles tinham pra dizer. Aqueles que me procuraram para colocar sua opinião sobre algum ponto dos jogos na minha pesquisa tinham a necessidade de serem ouvidos e possuíam, de forma genuína, o desejo de que os jogos melhorassem e continuassem, não em tom de denúncia, mas sim com a intenção de fortalecer os jogos.

Algumas falas surgiram sobre as instalações: “O lugar não é ruim, mas o campo e a estrutura do evento deveriam ser melhores, já que tem recurso pra isso. Tá faltando equipe de limpeza e tem recurso pra isso” (Diário de Campo, fala de um atleta, 25/01/2025). Sobre usar os Jogos como espaço de lutas: “Os jogos indígenas deveriam ser espaço para discussões de temas importantes como violência doméstica, alcoolismo nos territórios, estratégias de luta pela demarcação, segurança pública, e todos esses assuntos apareceram durante os jogos” (Diário de Campo, fala de um atleta, 25/01/2025).

Sobre a organização: “A participação dos funcionários indígenas da Secretaria dos Povos Indígenas faz toda diferença na organização dos jogos, parece que eles possuem um interesse pessoal de que os jogos sejam um sucesso. Não dá pra perceber que é o Centro de Defesa que tá na organização, a gente nem vê” (Diário de Campo, fala de um atleta, 26/01/2025). Sobre a importância dos jogos: “Os jogos indígenas partiu do interesse do movimento indígena, é uma demanda do movimento levada para o governo. Esse recurso é nosso, não é do estado, não é das secretarias, é nosso. O ato da realização dos jogos indica a presença de indígenas no estado” (Diário de Campo, fala de uma liderança, 23/01/2025).

No último dia de evento acontecem as finais das modalidades e a entrega das premiações. Nesse momento, a euforia pelo primeiro lugar é diminuída e avaliado os verdadeiros prêmios conquistados. “Se o prêmio fosse uma jaca bem grande, eu tinha ganhado”, “termina os jogos, todo mundo volta a ser parente”. Todo mundo ganhou, o esporte, a cultura indígena, o movimento indígena do Ceará, o território que sediou, as delegações e apesar das falhas, o sentimento é de conquista. “Quem caiu, caiu achando bom. A gente se machuca, mas fica satisfeito” (Diário de Campo, 26/01/2025), disse um atleta ao final da modalidade de futebol. No entanto, o descontentamento em relação à competitividade entre os atletas se

mostrou presente durante todo o evento, “os jogos antigamente era humildade e interação, hoje em dia ninguém senta pra conversar, pra contar história, tem que vir pros jogos sem pensar em ganhar de ninguém, só em vir, já ganhou” (Diário de Campo, fala de um atleta, 26/01/2025).

Findado o evento, os jogos indígenas continuam nas aldeias. Alguns povos têm o costume de guardar as medalhas e troféus no museu do seu povo para simbolizar a conquista de mais uma luta vencida, ou de mais um espaço conquistado. Nos jogos indígenas do Ceará “o troféu é relativo”, as experiências são repassadas aos que ficaram, as impressões são compartilhadas, as modalidades que algum atleta não conhecia despertam curiosidade, novos vínculos entre os povos são firmados e a expectativa para a próxima edição já começa.

#### **4.2 As modalidades dos Jogos Indígenas do Ceará**

As modalidades dos jogos alternam entre jogos tradicionais dos povos indígenas do Ceará, esportes modernos, brincadeiras do cotidiano e práticas presentes no imaginário dos povos, repassadas através da oralidade. A escolha das modalidades é realizada pela instituição executora em concordância com as lideranças indígenas e representantes das instituições indígenas a partir das possibilidades que o território oferece, levando em consideração a logística, o terreno, o deslocamento e a cultura do povo que irá sediar o evento.

A área da antropologia social que estuda o corpo e suas manifestações corporais, nos ajuda a compreender a diferença entre jogos e esportes, para assim entender as modalidades presentes nos jogos indígenas do Ceará a partir do conceito de etno-desporto. Segundo Fasheber (2010) jogos e esportes são similares por possuírem regras, no entanto, os jogos possuem maior espontaneidade e caráter de informalidades, enquanto os esportes possuem maior rigidez de regras, normalmente são institucionalizados e universais. Fasheber (2010) conceitua jogos tradicionais indígenas como as práticas corporais de modo diverso e dinâmico com características próprias de cada etnia, usadas para afirmar e manter sua identidade. As modalidades tradicionais possuem regras simples e repassadas de forma oral, e são legitimadas pela tradição, como cabo de guerra e corrida com tora.

“Muito do que conhecemos por esporte moderno advém do processo de esportivização dos jogos tradicionais pela inclusão de regras” (Fasheber, 2010, p. 87) ou advém do processo de colonização com a imposição de práticas corporais. Embora os esportes modernos possuam normas formais e escritas, eles passaram por um processo de ressignificação que se deu a partir do contato com os povos indígenas. Fasheber (2010) chama esse processo de etno-desporto, que é a capacidade de cada povo indígena de adaptar o modelo original do esporte moderno a partir da identidade étnica. Ou seja, as modalidades praticadas durante os

jogos indígenas chamadas de esportes modernos, já sofreram alguma modificação, como o futebol, a queda de braço e o Triathlon, incorporando-os à cultura indígena.

As brincadeiras são as atividades lúdicas praticadas no cotidiano dos povos indígenas, sem que haja data comemorativa para sua prática, essas brincadeiras foram incorporadas aos jogos indígenas do Ceará como tiro de baladeira e a natação. Já as práticas presentes no imaginário dos povos, que não necessariamente são tradicionais para os povos do Ceará, mas que são amplamente conhecidas como práticas indígenas, também fazem parte do quadro de modalidades dos jogos indígenas do Ceará, como o arremesso de lança, arco e flecha e canoagem (caiaque).

Todas as modalidades praticadas durante os jogos indígenas se tornam legítimas dos povos a partir do momento em que são atribuídas regras próprias e adaptações dessas regras às modalidades. O Quadro 11, abaixo, descreve as modalidades já realizadas nos Jogos Indígenas do Ceará. O regulamento da competição com a descrição das modalidades e regras, disponível no *site* da Secretaria de Esportes, não foi suficiente para construir o quadro abaixo, portanto foi elaborado também através do trabalho de campo com observação e entrevistas.

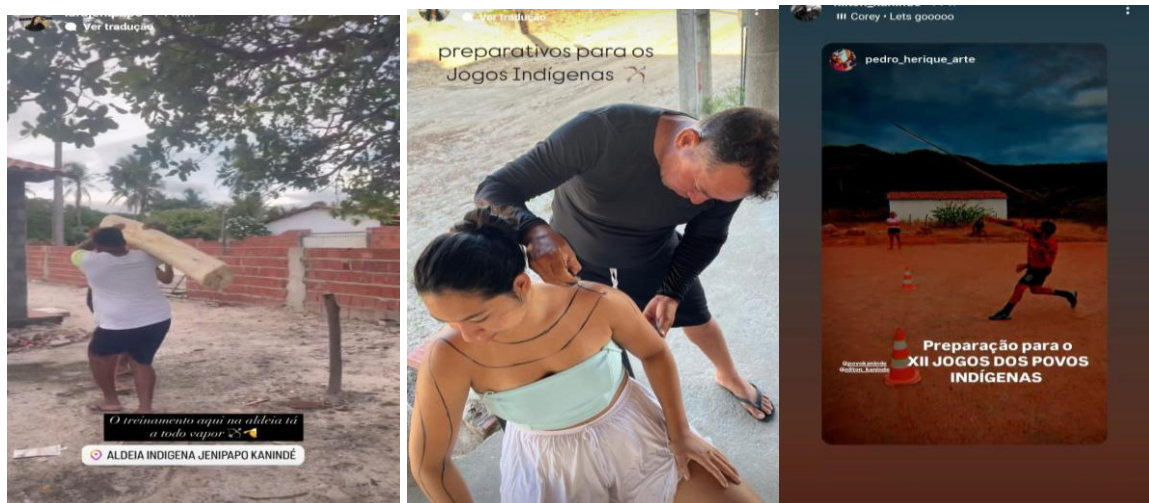
Quadro 11 - Modalidades dos Jogos Indígenas do Ceará

<b>MODALIDADE</b>	<b>DESCRIÇÃO DA MODALIDADE</b>	<b>REGRAS</b>
Arco e flecha	O atleta deve acertar o alvo, pontuando conforme a aproximação do centro do alvo. Em 3 tentativas, ganha o atleta que fizer mais pontos.	Cada competidor deve levar seu próprio equipamento (arco e flecha) feito exclusivamente de madeira.
Arremesso de lança	O atleta deve arremessar a lança na maior distância possível. Em 3 tentativas, ganha o atleta que lançar mais longe.	As lanças são disponibilizadas pela organização com tamanho e peso padronizados.
Tiro de baladeira	O atleta deve derrubar o objeto (garrafa pet com areia) usando a bila na baladeira. Em 5 tentativas, ganha o atleta que mais derrubar garrafas.	As munições são bilas disponibilizadas pela organização. Cada competidor deve levar seu próprio equipamento feito exclusivamente de madeira e liga de borracha.
Queda de braço	O atleta que primeiro encostar o dorso da mão do adversário na mesa será vencedor. A luta é definida em uma única tentativa.	A competição é dividida por categorias: peso leve, médio e absoluto. As regras usadas são da arbitragem oficial.
Corrida de 100 metros rasos	O atleta que correr a distância de 100 metros no menor tempo será vencedor.	As regras usadas são as oficiais da arbitragem de atletismo.

Cabo de guerra	Equipes de 6 atletas em cada lado da corda, a equipe que conseguir puxar a corda até passar a bandeira vermelha da marca determinada.	Os atletas não podem deitar ou usar estratégias que se beneficiem. Só há uma disputa por equipe.
Futebol	Equipes de no máximo 15 atletas inscritos e no mínimo 7 atletas em campo. Ganha a equipe que fizer mais gols.	As regras usadas são as oficiais da arbitragem de futebol de campo.
Corrida revezada de 400 metros com maraca	Equipes de 4 atletas, cada um corre uma distância de 100 metros, passando a maraca para o próximo a correr.	As regras usadas são as oficiais da arbitragem de atletismo com algumas adaptações.
Corrida da Tora	Equipes de 4 atletas se revezam a cada 50 metros com uma tora de madeira.	O peso da tora na categoria feminino é de 25kg e do masculino é de 50kg.
Triathlon revezado	Equipes de 3 atletas se revezam entre natação, bicicleta e corrida.	As regras usadas são as oficiais da arbitragem de triathlon com algumas adaptações.
Canoagem	O atleta deve fazer o trajeto determinado no menor tempo, em duas baterias.	O atleta não pode atrapalhar outros atletas. O material é disponibilizado pela organização.
Natação	O atleta deve fazer o trajeto determinado no menor tempo, em duas baterias.	O atleta não pode fazer o percurso submerso, nem colocar o pé no chão (caso seja em piscina).

Fonte: Elaborado pela autora.

Figuras 1, 2 e 3 - Preparação para os Jogos Indígenas do Ceará nas aldeias.



Fonte: Redes Sociais de atletas, capturas de tela (2025).

Figuras 4 e 5 - Áreas de acomodação e alojamento.



Fonte: Autora (2025).

Figuras 6 e 7 - Kit dos atletas e premiação.



Fonte: Autora (2025).

Figuras 8 e 9 - Tenda de artesanato.



Fonte: Autora (2025).

Figuras 10 e 11 - Áreas de prova.



Fonte: Autora (2025).

Figuras 12 e 13 - Aldeia Gameleira.



Fonte: Autora (2025).

Figuras 14 e 15 - Cacique Andréia Tapuia-Kariri e Cacique Jorge Tabajara, na cerimônia de abertura dos jogos.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 16, 17 e 18 - Cerimônia de abertura dos jogos.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 19 e 20 - Arremesso de lança.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 21 e 22 - Cabo de guerra.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 23 e 24 - Futebol.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 25 e 26 - Baladeira.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 27 e 28 - Corrida de 100 metros.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 29 e 30 - Queda de braço.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 31 e 32 - Corrida revezada com a maraca.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

Figuras 33 e 34 - Arco e flecha.



Fonte: Comunicação CDPDH (2025).

### 4.3 Sujeitos da pesquisa

Compreendendo que o evento Jogos Indígenas do Ceará é realizado e executado a partir do esforço e interesse pessoal de alguns sujeitos, esses sujeitos identificados como importantes no cenário dos Jogos são trazidos para a pesquisa e guiam toda a construção deste trabalho. A partir da relação de confiança criada com alguns entrevistados, os sujeitos foram basilares para aproximação da pesquisadora com a pesquisa.

O quadro 12 sistematiza o perfil dos sujeitos entrevistados na pesquisa com dados sociodemográficos básicos que não comprometam o sigilo da identidade dos sujeitos, mas que os caracterizam. Como escolha metodológica, foram usados pseudônimos que fazem alusão a

plantas características da região de cada entrevistado. Essa escolha reforça a ligação entre os povos e a terra, tema presente em todo o nosso trabalho.

Quadro 12 - Perfil dos entrevistados

<b>SEXO</b>	<b>ETNIA/INSTITUIÇÃO</b>	<b>PSEUDÔNIMO</b>	<b>IDADE</b>
M	Prefeitura do município de Aquiraz	Coqueiro	41
F	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos	Juazeiro	47
F	Secretaria de Esporte do Ceará	Cipó	42
F	Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará	Jenipapeiro	40
F	Anacé	Catingueira	45
M	Potiguara	Jurema Preta	18
M	Kanindé	Milharal	32
F	Jenipapo-Kanindé	Yburana	27
M	Tapeba	Pau Branco	30
M	Tremembé	Murici	28
M	Jenipapo-Kanindé	Urucum	30
M	Tapeba	Carnaubeira	33
M	Tremembé	Cajueiro	40
M	Jenipapo-Kanindé	Ipê	50
M	Tremembé	Batiputá	28
F	Tapuia-Kariri	Jaqueira	42
M	Karão-Jaguaribara	Pé de Feijão	36
F	Kanindé	Cafezal	27

Fonte: Elaborado pela autora.

Das entrevistas realizadas, 3 chamaram atenção, 2 dessas pela riqueza de informações no conteúdo das respostas e 1 pela dificuldade de acessar o sujeito entrevistado. A tentativa de contato com o Juazeiro aconteceu pelo menos 3 vezes entre os anos 2024 e 2025

demonstrando certa desconfiança por parte do sujeito entrevistado e receio do que pode haver de resultado final da pesquisa. Durante a entrevista algumas informações foram poupadas por Juazeiro com a justificativa de que não seria bom expô-las no trabalho.

As entrevistas com Cajueiro e com Batiputá foram essenciais para construir o Quadro 15, presente na sessão de análise. Elas chamaram atenção tanto pela disponibilidade dos entrevistados em contribuir com esse trabalho, quanto pela confiança de que através dessa pesquisa os Jogos possam atingir seus objetivos de forma plena e contemplar as expectativas dos povos indígenas do estado. Batiputá foi o mais citado no método de indicação de entrevistados Bola de Neve, já as respostas do Cajueiro nortearam as perguntas para as entrevistas seguintes.

Também como escolha metodológica, o uso do recuo na fala dos entrevistados se dará na intenção de dar destaque às mesmas e para uma melhor organização dos textos. As falas dos entrevistados serão norteadoras para a avaliação da política pública em questão e aproximarão o conhecimento empírico dos conteúdos legalistas e das discussões que surgirão no decorrer do texto.

De acordo com a análise de conteúdo de Bardin (2016), encontraram-se as unidades de sentido que compõem dois grandes blocos, a saber: Análise do Conteúdo e Análise do Contexto/ Trajetória/ Espectro Temporal/ Espectro Temporal desta avaliação de política pública organizadas em categorias e subcategorias. Estas serão analisadas em consonância com o marco legal da política, com o referencial teórico deste escrito e com as falas dos sujeitos entrevistados.

#### **4.4 Análise do conteúdo dos Jogos Indígenas do Ceará**

A análise do conteúdo da política dos Jogos Indígenas do Ceará será realizada a partir de documentos centrais e da análise das entrevistas feitas com os sujeitos da pesquisa. Em relação aos primeiros, utilizaremos os documentos disponibilizados pela SESPORTE e pelo CDPDH. O conteúdo da política, presente nos materiais coletados, evidencia um movimento de evolução na atenção dada aos Jogos e na condução da política por parte dos atores envolvidos, ao mesmo tempo que aponta para a ausência de textos normativos que definam e assegurem os Jogos como política de estado. Esses documentos estão organizados no quadro 13 abaixo e descritos adiante.

Quadro 13 - Documentos de análise do conteúdo.

<b>DOCUMENTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ANO</b>
Relatório de Execução	Execução do evento VI Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará	2009
Lei N.º 16.624	Inclusão dos Jogos Indígenas no calendário oficial de eventos do Estado do Ceará	2018
Relatório de Execução	Execução do evento VIII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará	2018
Regulamento Geral	Planejamento e Regras do XI Jogos Indígenas do Estado do Ceará	2023
Edital de Chamamento Público Nº 005/2024	Edital de seleção da instituição executora dos XII Jogos Indígenas do Estado do Ceará	2024
Relatório de Execução	Execução do evento XI Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará	2024
Relatório de Execução	Execução do evento XII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará	2025

Fonte: Elaborado pela autora.

O edital de seleção da instituição executora dos Jogos Indígenas do Ceará (Edital de Chamamento Público Nº 005/2024) se apresenta como documento norteador da política em questão, com a descrição detalhada do objeto, com justificativa, orçamento, breve histórico das edições dos Jogos anteriores e processo de seleção da instituição executora. A seleção possui fundamentação legal baseada na Lei 13.019/14, que versa sobre parcerias com o Terceiro Setor, na Lei Complementar 119/12, que detalha regras para transferências de recursos estaduais, no Decreto 32.810/18, sobre a regulamentação prática das parcerias no Ceará e na Lei 18.430/23, que contém as diretrizes para o orçamento público de 2024.

O Regulamento Geral dispõe sobre o detalhamento das ações e as competências de cada ator da política. Também discrimina as regras das modalidades e das inscrições, além da descrição da finalidade dos Jogos, justificativa e objetivos. O Regulamento é apresentado aos

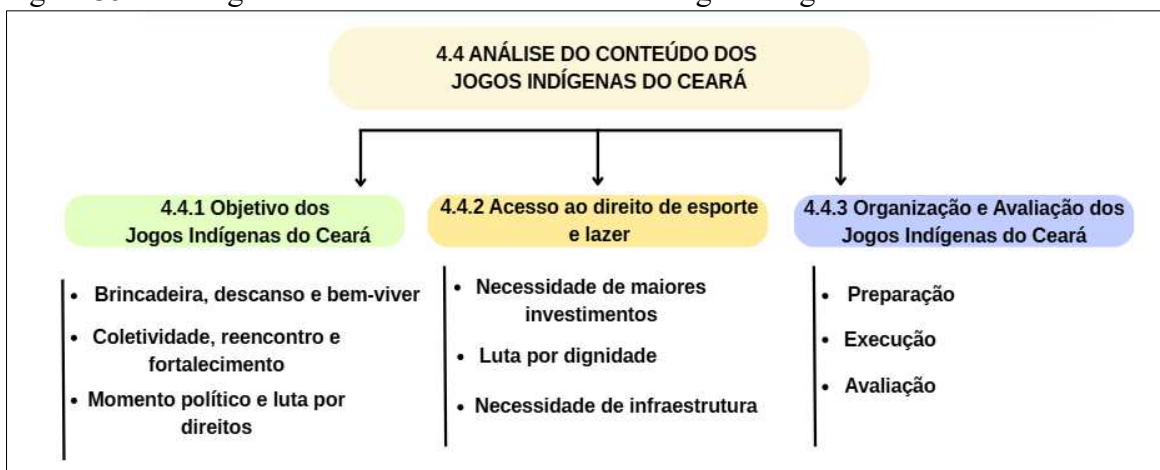
representantes indígenas antes de ser publicado, assim como os Relatórios de Execução, que são antecedidos por uma avaliação coletiva sobre os Jogos.

Entre o Relatório de Execução de 2009 e o de 2025 é possível identificar uma significativa mudança na construção dos relatórios ao longo dos anos. O que antes era apenas um boletim de resultados das equipes vencedoras das modalidades, foi se modificando para uma sistematização com alcance de metas, com pesquisa de satisfação e possibilidades de melhorias para os anos seguintes.

A Lei Nº 16.624/2018 de autoria do Elmano de Freitas, deputado estadual na época, sancionada pelo então governador Camilo Santana, determina a inclusão dos Jogos Indígenas no calendário oficial de eventos do estado. A publicação da lei acontece dia 19 de julho de 2018, dois meses antes da oitava edição dos Jogos Indígenas do Ceará, após 7 anos sem acontecer o evento, indicando reconhecimento e apoio do governo do estado. A sanção da Lei também indica o início de uma parceria entre a Secretaria de Esportes e o Movimento Indígena do Ceará.

Findada a apresentação dos documentos, traremos a política de esporte e lazer a partir das perspectivas dos povos indígenas através do trato e análise das entrevistas. Para melhor compreensão de como se dará essa sessão, na figura 35 abaixo será apresentado um fluxograma com as subcategorias advindas das respostas das entrevistas com os sujeitos, seguindo a compreensão de Rodrigues (2008) sobre análise de conteúdo a partir da perspectiva da Avaliação em Profundidade focando na análise dos objetivos, nos critérios de implementação, nos valores, ideais, no acompanhamento da política, na coerência entre teoria e prática e na avaliação.

Figura 35 - Fluxograma da análise de conteúdo dos Jogos Indígenas do Ceará



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.4.1 Objetivo dos Jogos Indígenas do Ceará à luz da percepção sobre esporte e lazer

Antes mesmo de os Jogos Indígenas do Ceará acontecerem, era sabido entre as lideranças indígenas sobre a importância do jogo e da brincadeira para os sujeitos, para a luta e para os territórios. Sobre jogo e brincadeira, alguns autores (Almeida, Almeida e Grando, 2010; Castellani Filho, 2013) os definem como sinônimos. Almeida, Almeida e Grando (2010) aprofundam a compreensão para a cultura indígena e defendem que jogo e brincadeira podem ser entendidos como um conjunto de práticas e hábitos que possuem relação simbiótica entre corpo, espírito e território. Para um dos entrevistados, jogos são atividades de diversão praticadas na aldeia:

Isso é uma linguagem que eu até desconheço (esporte e lazer), a gente desenvolve atividades que pode ser compreendida como esporte e lazer, mas chama de brincadeiras, a gente tem uma outra forma né, não é tanto de competição, é mesmo uma forma de diversão, nem sei como explicar, mas a gente chama de brincadeira mesmo. E a gente sempre realiza na nossa aldeia essas atividades (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

A escolha por utilizar brincadeiras tradicionais demonstra o modo de pensar dos povos em relação à intencionalidade dos Jogos Indígenas, além de expor a influência de modalidades ancestrais, presentes no cotidiano ou no imaginário dos povos indígenas do Ceará.

Essas brincadeiras acabaram se tornando os jogos indígenas que temos hoje (Entrevistado Pau Branco, liderança indígena).

A gente utiliza do esporte e lazer para uma conexão ancestral, o momento em que existe muitas práticas culturais, ancestrais, que fortalecem o nosso movimento, é um momento de brincar mas também de se fortalecer, de mostrar a força da ancestralidade indígena (Entrevistado Yburana, atleta).

A partir da compreensão da importância do jogo e da brincadeira, o fortalecimento dessas práticas e hábitos foi considerado como estratégia de crescimento do Movimento Indígena e estratégia de aproximação da juventude para o Movimento. Dessa forma, os Jogos Indígenas do Ceará foram criados com objetivo de promover a interação entre os povos indígenas do Ceará e difundir a cultura de cada povo. E o que era apenas brincadeiras divertidas das aldeias, se tornaram as modalidades dos Jogos Indígenas do Ceará.

A ideia sempre foi o fortalecimento do movimento indígena e a confraternização entre os povos, não sendo somente competição. É um momento de descontração para praticar as modalidades da aldeia e socializar (Entrevistado Carnáuba, liderança indígena).

Os jogos indígenas fortalecem não só o povo que recebe os jogos, mas também o movimento indígena do estado (Entrevistado Jaqueira, organização).

Foi idealizado pelas lideranças da época de criar os jogos indígenas do estado do Ceará pra que pudesse tentar trazer a juventude para o movimento indígena, não só pra participar dos jogos, mas pra que eles passassem a ter gosto, conhecessem as outras etnias e tudo mais, e depois estarem se vinculando ativamente ao movimento (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Para Smith (2018) as demandas do Movimento Indígena se adaptam à sociedade contemporânea e se modificam a depender dos desafios e das conquistas. Nos anos 2000, uma das demandas do Movimento Indígena do Ceará era aproximar a juventude indígena dos enfrentamentos da época. Tal feito marcou o início dos Jogos Indígenas do Ceará e produziu uma resposta a curto e médio prazo sobre a participação da juventude junto ao Movimento Indígena.

A ideia dos jogos foi pensada pra gente tentar trazer a juventude. A gente percebeu que teve um avanço na época, a juventude fazendo parte das assembleias estaduais, nos encontros, nos seminários, e a partir daí foi só crescendo o movimento de modo geral. Os jogos contribuíram pra que a gente tivesse uma juventude mais organizada, na época, bem no início, a gente sentia falta da juventude, hoje a gente vê os jovens nos conselhos, e levantou também o ânimo pra tá se envolvendo em editais, em faculdades. Foi uma conquista vantajosa para o movimento indígena do Ceará (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Os objetivos dos Jogos Indígenas do Ceará trazidos pelos entrevistados dialogam com os objetivos apresentados no Edital e no Regulamento Geral do evento no sentido de integração, de intercâmbio, da troca e do fortalecimento étnico.

O que há de mais marcante dentro dos povos indígenas é as próprias relações, né, a interatividade, o processo de fortalecimento étnico entre os povos, né. Isso (Jogos Indígenas) é um dos momentos que mais tem essa relação, se fortalece, e gera maior interação, maior conhecimento entre os povos (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

O evento pretende propiciar a integração dos povos indígenas, criando um intercâmbio cultural, esportivo e de lazer que fortaleça as modalidades tradicionais, possibilitando a troca de experiências, o fortalecimento da cidadania, da identidade étnica, contribuindo para o reconhecimento de suas etnias por toda a sociedade em geral (Edital de Chamamento Público Nº 005/2024).

O Regulamento Geral traz o mesmo texto do Edital quanto à finalidade. No entanto, acrescenta ao texto a justificativa e complementa os objetivos, respectivamente:

Os Jogos têm como finalidade a integração dos povos indígenas, através de um intercâmbio cultural esportivo e de lazer que incentiva o resgate das modalidades tradicionais, possibilitando a troca de experiências, o fortalecimento da cidadania, da identidade étnica, além de contribuir para o reconhecimento de suas etnias por toda a sociedade em geral (Regulamento Geral/2023).

Fomentar a manutenção e a valorização da diversidade cultural indígena, buscando assim fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao esporte e lazer através do intercâmbio cultural entre os participantes proporcionando assim a integração das diversas etnias existentes no estado (Regulamento Geral/2023).

a) Demonstrar as manifestações esportivas e culturais de cada povo indígena; b) Permitir que as delegações participem do esporte e conheçam a cultura de outros

povos indígenas; c) Permitir que cada participante adquira novos conhecimentos esportivos; d) Promover o intercâmbio, por meio do esporte, sócio-cultural entre os povos indígenas e a sociedade não indígena; e) Valorizar o indígena como cidadão brasileiro (Regulamento Geral/2023).

Assim como os Jogos dos Povos Indígenas de abrangência nacional, idealizados pelos irmãos Terena (Ferreira, 2010), que tem como lema “O importante é celebrar e não competir”, os Jogos Indígenas do Ceará possuem a celebração do encontro e a troca de experiências como elementos basilares, como afirmam os entrevistados:

Não é tanto de competição, é mesmo uma forma de diversão (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

Os jogos indígenas foi pensado a partir de um intercâmbio dos povos, para além da questão do futebol, do arco e flecha, ou da corrida com a tora, ou das demais modalidades. Mas foi pensado pra mais uma atividade de troca da questão espiritual, da cosmovisão de cada povo, fazer esse grande intercâmbio e trazer as brincadeiras (Entrevistado Pau Branco, liderança indígena).

Os jogos indígenas, a base dele, a estrutura dele é de conexão, é o contato, é a relação, a interação, o primeiro pilar é esse (Entrevistado Batiputá, organização).

Os valores e princípios amplamente difundidos nas sociedades relacionados à prática esportiva estão presentes nas falas dos entrevistados e revelam grande influência da cultura não indígena no evento, com a presença de competição, de comparação de desempenho e de rivalidade. Ainda assim, alguns autores (Fassheber, 2010; Almeida, Almeida e Grando, 2010) defendem que mesmo com a competitividade, os elementos tradicionais não são totalmente perdidos. Mesmo sofrendo incorporação de valores modernos, os valores indígenas são identificados durante a prática esportiva.

O esporte não é só competição, mas ensina respeito, cooperação e valorização (Entrevistado Milharal, atleta).

Não é somente uma competição, obviamente que quando a gente tá lá dentro do campo disputando uma partida de futebol, ou tá num cabo de guerra, a gente tem aquele desejo que eles ganhem, a gente torce, eu grito, brigo, mas a gente precisa entender que não é só isso (Entrevistado Jaqueira, organização).

A ideia era mesmo confraternizar e aplicar a competição, que era bem sadia a disputa entre um povo e outro, que fortalece os laços entre os povos do estado (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Contudo, é possível reconhecer nas falas dos entrevistados a preocupação com elementos próprios da cultura indígena, como o fortalecimento espiritual. Através dos rituais sagrados que acontecem a partir do encontro com as outras etnias, os povos são fortalecidos e têm suas identidades étnicas afirmadas.

Os rituais são muito importantes e marcantes dentro dos jogos, cada delegação na sua apresentação canta suas músicas, seus cânticos, que acontecem na abertura dos jogos (Entrevistado Batiputá, organização).

É a conexão dos saberes, saberes da cultura, a troca de vivência e experiência com a luta, a roda de conversa, os momentos compartilhados sobre a cultura, a espiritualidade, vem essa conexão também com os rituais, que cada povo tem, e também trazendo os saberes internos, cada povo traz o seu modo de organização, seu modo de vida e é compartilhado dentro dos jogos indígenas estaduais (Entrevistado Batiputá, organização).

Além do evento Jogos Indígenas ser um espaço de manutenção das práticas esportivas dos povos indígenas do Ceará e da espiritualidade desses povos, o fortalecimento do movimento indígena é confirmado com a indicação da existência de práticas políticas durante o evento. O termo “prática política” utilizado por Fassheber (2010) pode ser compreendido por conversas de lideranças, noites culturais, avaliações da conjuntura política, rituais, cerimônias, espaço de escuta de instituições indigenistas, incidência política, entre outras práticas presentes durante os Jogos.

É o momento das lideranças sentarem, conversarem sobre a organização do povo (Entrevistado Pau Branco, liderança indígena).

Ele também é um espaço de mobilização que simboliza a reafirmação da luta pela terra, isso é prioridade (Entrevistado Batiputá, organização).

Quando chega a noite e tem noite cultural, poder descansar, descontrair e rir do que aconteceu de dia, resgatando a memória dos encontros que aconteceram, ouvindo as histórias das lideranças (Entrevistado Caruaíba, liderança indígena).

Quando os entrevistados foram perguntados sobre a importância dos Jogos Indígenas e o planejamento de políticas, as falas dos sujeitos indicam a presença de práticas políticas e suas prioridades dentro do Movimento Indígena, condensando os objetivos dos Jogos.

O real motivo para que a gente celebre esse momento é essa resistência mesmo (Entrevistado Jaqueira, organização).

Eles representam um momento de reencontro com os parentes indígenas, uma troca de saberes e de valorização da cultura e toda a resistência de nós povos indígenas (Entrevistado Milharal, atleta).

Hoje a luta do movimento é desse jeito, a prioridade é a luta pelo território, do território vem os outros elementos e um deles é, além da segurança, é essas políticas de esporte e lazer (Entrevistado Batiputá, organização).

A luta pelos direitos da terra, pelos direitos à cultura, pra manter a cultura (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

A compreensão de esporte e lazer defendida por Baniwa (2016) apresentada neste trabalho nas sessões anteriores, dialoga com a percepção dos entrevistados na qual relacionam o esporte e lazer com o bem-viver (Acosta, 2016; Werá, 2024). Entender essa percepção nos

ajuda a visualizar os objetivos intrínsecos dos Jogos Indígenas para além do exposto nos documentos formuladores.

O esporte e lazer traz alegria pro nosso povo que vive em constante luta, traz um pouco de descanso para os nossos corpos diante de tantas violações, é o momento que a gente desopila, sai dessa estrutura de militância, de luta, pra entrar em um momento de bem-viver, de conexão entre os povos e também de fortalecimento do corpo e do espírito (Entrevistado Yburana, atleta).

O que marca muito é que quando chega a noite é aquele momento de descontração, diferente do dia que tava todo mundo correndo atrás de uma bola no campo, a galera que tava se matando nadando, no caiaque remando (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

A gente traz o bem estar não só pro nosso corpo, mas também para o nosso espírito através das práticas de conexão com o território, trazer essa conexão corpo-território por meio das nossas práticas ancestrais, nossas brincadeiras, “a gente mantém a prática dos jogos com respeito, com responsabilidade e essa conexão coletiva, porque os jogos é um festival de práticas coletivas, cultural, mas que todo mundo se respeita (Entrevistado Batiputá, organização).

O lazer é vivido em coletividade (festa, dança, brincadeira) e busca a saúde (Entrevistado Milharal, atleta).

A coletividade no sentido de cooperação, é considerada por Werá (2024) um dos princípios que regem o sistema que estrutura o ser indígena no mundo. O autor explica que através da cooperação é que o sujeito se torna humano e, a partir disso, evolui para uma dimensão verdadeiramente sustentável de humanidade.

As práticas esportivas nos territórios indígenas favorecem ainda a manutenção desses territórios e são consideradas estratégias de auto-organização dos povos. Os Jogos Indígenas do Ceará, portanto, servem como espaços de denúncia em relação à ausência de políticas públicas que garantam o acesso a direitos básicos e fundamentais, como moradia, educação, saúde, lazer e outros. O mesmo foi encontrado pelos autores Grandó, Pinho e Campos (2016) durante a realização de jogos indígenas nas esferas nacionais, regionais e locais.

Com base nos eventos esportivos analisados em nossas pesquisas, é que sua realização expressa uma luta pela visibilidade dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que pauta políticas específicas para essa parcela da população, que possui demandas muito diversificadas (Grandó, Pinho e Campos, 2016, pág 45).

Os Jogos é uma forma de mostrar pros gestores públicos que existe uma gama de atividades esportivas, um grande ponto a ser melhorar e a ser investido, é algo que não tem tanta visibilidade como deveria ter, então eu acho que a forma de garantir política pública é justamente essa, de mostrar que existe demandas, que existem esses povos, e precisa ser implementado, ser fortalecido (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

O esporte e lazer é uma auto-organização do povo interno para fortalecer a juventude, proporcionando bem-estar, educação, atividade física e relações sociais (Entrevistado Batiputá, organização).

O esporte vem do lazer e o lazer é a organização interna do território e a estrutura organizacional dos espaços (Entrevistado Batiputá, organização).

#### 4.4.2 Acesso ao direito de esporte e lazer

A existência da Lei Nº 16.624/2018, que dispõe sobre a inclusão dos Jogos Indígenas no calendário oficial de eventos do Ceará, foi citada poucas vezes pelos entrevistados. Essa ausência de citações pode indicar o desconhecimento sobre a Lei, o que suponho ser improvável, já que a Lei foi instituída no período de articulação do retorno dos Jogos em 2018 pelo próprio Movimento Indígena. Outra explicação possível contesta com o que dizem os autores Pintos *et al.* (2016) sobre a garantia legal ser determinante para a garantia da execução da política. A Lei Nº 16.624/2018 parece não assegurar a execução, tampouco o repasse do recurso público.

A gente não quer um recurso pra fazer uma atividadezinha, não. A gente quer um recurso pra entrar no calendário do estado do Ceará, “os jogos indígenas do estado do Ceará” então tem que tá no calendário (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Mesmo estando no MAPP sempre foi uma dificuldade de liberar o recurso (Entrevistado Juazeiro, organização).

Ter acesso ao lazer com dignidade, se é um direito por que não dar condições pra ter acesso a esse direito? Muitas vezes o que está no papel não acontece, e se acontece é por muita boa vontade (Entrevistada Jaqueira, organização).

O acesso ao esporte e lazer pelos povos indígenas do Ceará é cercado por barreiras e limitações, conforme apresentado pelos entrevistados. Pintos *et al.* (2016) defendem que as decisões sobre planejamento de ações, projetos e programas, assim como decisões sobre os gastos do Estado, não são determinadas somente por questões econômicas e orçamentárias, são, sobretudo, resultado de escolhas políticas. Nesse sentido, a ausência do Estado nos territórios indígenas através de políticas públicas e a dificuldade de acessar direitos como esporte e lazer são, portanto, uma escolha política.

A ausência do estado e de políticas é muito ruim; ser indígena não deve significar não ter direito a essas estruturas (Entrevistado Murici, atleta).

Quanto maior o acesso e a política dentro dos territórios, maior as condições do governo em ajudar os territórios indígenas e não o contrário (Entrevistado Murici, atleta).

A gente não é uma sociedade excluída do mundo, a gente vive junto dentro dele. Então se um bairro tem uma areninha, por que a gente não pode ter? Se um branco joga numa areninha dentro de uma favela, por que a gente não pode ter? Eu não tenho direito porque eu pratico uma cultura diferente? Se eu tenho uma cor diferente, se eu sou indígena, eu não tenho direito a nada? Então pra quê que eu voto? Pra quê que eu faço compras, pra quê que eu vivo? (Entrevistado Batiputá, atleta).

É notado através das falas dos entrevistados que o acesso ao território não é somente um direito transversal ao esporte e lazer, o direito ao território se apresenta como fundamental e condicionante aos outros direitos. Mesmo que haja esporte e lazer em

determinada aldeia indígena, por exemplo, sem a garantia do acesso ao território, todos os outros direitos não estão assegurados.

Baniwa (2025) considera território como espaço e condição de existência e de vida, que abarca os modos de ser e fazer dos povos indígenas. A luta pelo território é, portanto, a principal pauta e agenda permanente entre os povos, pois mesmo com a demarcação das terras, o acesso ao território é constantemente ameaçado por empreendimentos, por organizações criminosas, pelo avanço da urbanização, entre outras ameaças.

O lazer é o acesso ao território (Entrevistado Murici, atleta).

Não dá pra falar de esporte e lazer sem terra. Onde é que eu vou fazer esporte e lazer? Vou falar de indígena e onde é que tá esses indígenas? Então tudo se refere a um local só, que é a terra indígena, o território (Entrevistado Batiputá, organização).

Até hoje a gente recebe um não de programas por isso, por não ter estrutura pra receber. A luta é pra ter a estrutura física, por isso que nós quer nossa areninha, nossa praça (Entrevistado Murici, atleta).

No Ceará, as políticas de esporte e lazer seguem a tendência neoliberal explicada por Fachine (2020) nas seções anteriores deste trabalho, que concentra os investimentos principalmente em infraestrutura e em grandes equipamentos. O acesso a essas grandes construções é entendida por alguns entrevistados como estratégia de fortalecimento dos territórios, das práticas tradicionais e conseqüentemente, dos Jogos Indígenas do Ceará.

A gente também precisa de um equipamento, um brinquedoteca, uma política pública voltada pra questão de um campo, de uma areninha, que é o que hoje estamos correndo atrás, o movimento indígena, é de dar o acesso de outros mecanismos de lazer para oferecer pra juventude dentro dos territórios (Entrevistado Murici, atleta).

Hoje a gente tá começando a ter um ponta pé junto a SEPINCE em relação a políticas públicas voltadas ao esporte e lazer, que são as areninhas, as praçotecas que estão chegando, então isso dá um incentivo aos territórios em receber esse equipamento pra fortalecer ainda mais os jogos estaduais (Entrevistado Batiputá, organização).

A partir da realização dos Jogos Indígenas é possível perceber um movimento incomum trazido por um entrevistado: a conquista da terra e do território através da prática esportiva influenciada pelos Jogos Indígenas.

Fizemos uma retomada, que é hoje essa escola, pra que o povo tapuia kariri fortalecesse o time, o Palmeiras Indígena, esse time é resultado desses Jogos (de 2010), a gente retorna de Crateús e começa a fazer uma retomada no local, faz um campo e até hoje é símbolo da resistência gerado principalmente desse evento que é os jogos indígenas (Entrevistado Jaqueira, organização).

O movimento político de retomada de um território como desdobramento do Jogos Indígenas, expande a compreensão da importância do esporte e lazer e dilata os objetivos dos Jogos Indígenas do Ceará. Dessa forma, os Jogos Indígenas do Ceará podem ser considerados

instrumento de luta e de conquista por espaço físico e simbólico, concordando com a concepção formulada por Adelco (2019) de retomada enquanto movimento de ocupação de espaços tradicionais de povos originários do território.

#### **4.4.3 Organização e avaliação dos Jogos Indígenas do Ceará**

A organização das últimas edições dos Jogos Indígenas segue a estruturação das edições já realizadas, direcionada pelas normativas elaboradas e disponibilizadas pela Secretaria de Esporte, presentes no Edital. O Edital de Chamamento Público, além de exibir todas as exigências para a contratação da instituição executora, apresenta os principais direcionamentos dos Jogos às instituições que irão concorrer ao Edital. A escolha do local onde serão sediados os Jogos é definida durante a realização da Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará. Os representantes de determinada aldeia anunciam o interesse em querer sediar os Jogos e essa decisão é tomada junto às organizações indígenas presentes na Assembleia.

O local é escolhido durante a assembleia dos povos indígenas do Ceará. Na assembleia desse ano (2025) foi decidido que o próximo vai ser no Crato (Entrevistado Urucum, organização).

Há um momento de escuta, consulta e reunião com os povos para definir o local e as modalidades (Entrevistado Yburana, atleta).

Quando cai o recurso, é lançado o edital, tem a seleção da instituição executora, passa por todos os trâmites burocráticos da contratação, e acontece as visitas técnicas no local que sediará, a SEPINCE é convidada pela SESPORTE e pela instituição executora a participar dessas etapas (Entrevistado Urucum, organização).

Após a execução dos processos burocráticos, é realizada a construção do Regulamento. Para a instituição executora responsável pela edição dos Jogos Indígenas do Ceará em 2025, o regulamento trata-se:

O regulamento dos Jogos Indígenas do Ceará é o documento que converge a sistematização da prática esportiva institucionalizada a práticas culturais e tradicionais da comunidade indígena (Relatório de Execução 2025).

O texto presente no Relatório de Execução de 2025 explica que o Regulamento é construído de forma coletiva, apresentado e aprovado durante o Congresso Técnico. O congresso técnico tem o objetivo de promover uma discussão sobre como o recurso será utilizado, quais serão as modalidades, como será o cronograma de atividades, como se dará as articulações, entre outras decisões relacionadas aos Jogos. Os entrevistados apresentaram falas distintas sobre a participação dos indígenas na organização do evento de forma geral.

Em busca do atendimento às particularidades desse público, propomos a criação de uma comissão com representantes das lideranças indígenas, para a construção do

regulamento juntamente com a coordenação técnica do evento, visando uma melhor organização do evento (Relatório de Execução 2025).

As decisões são coletivas referente a tudo (Entrevistado Batiputá, organização).

É escolhida uma comissão, tipo uma delegação pra fazer parte da discussão com a secretaria do esporte, pra elaborar o projeto, ver o orçamento e tudo mais. Mas quando eles publicam o edital, que vai pra licitação e a empresa tal ganha, pronto! Dá uma terceirizada e vem pra cá do jeito dela, já não muda mais, já não escuta a comissão (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

A partir das falas dos entrevistados foi possível identificar percepções diferentes em relação à preparação e organização dos povos para os Jogos. Há uma preparação política para os Jogos, com acordos de parcerias, visitas técnicas, reuniões entre as secretarias e a instituição organizadora e uma outra preparação que acontece de forma simultânea nas aldeias indígenas pelos povos. Os Jogos Indígenas do Ceará equivalem em importância a outros eventos do Movimento Indígena como a Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Ceará, a Assembleia dos Professores Indígenas do Ceará, portanto cada povo se organiza e se prepara de forma própria para esse momento.

O evento requer grande organização interna (delegação) e externa (buffet, transporte, arbitragem, água) (Entrevistado Batiputá, organização).

Existe uma preparação entre os povos, existe toda uma organização social do território, reuniões, articulações, mobilizações, assim como a gente se prepara pra Assembleia, se prepara pros grandes encontros que já existem nos territórios indígenas (Entrevistado Yburana, atleta).

Fazem-se treinamentos com os atletas competidores, como também a confecção dos equipamentos de cada um, como arco e flecha, baladeiras, lanças e toras. Na aldeia, o clima muda, há mais movimento, mais união e um sentimento de orgulho por representar o povo. Todos, desde as crianças até os mais velhos, participam de alguma forma. Além disso reuniões de alinhamento com atletas e lideranças (Entrevistado Milharal, atleta).

Para os povos indígenas do Ceará a preparação para os Jogos, portanto, se refere à realização de práticas tradicionais indígenas como pintar o corpo com tinta de jenipapo e urucum, confeccionar o próprio material que será utilizado nas provas, escolher os adornos e vestimentas. Alguns povos realizam jogos internos para elencar os representantes do povo nos Jogos Indígenas do Ceará, outros praticam suas modalidades tradicionais em festas e em comemorações.

Tem povo que faz a festa preparatória, tem a festa e prepara dentro da festa as modalidades e sai os campeões pra vim pra cá (para os Jogos estaduais), já tem povos que só indicam, tem povos que faz o ano todo, em cada festa faz um período de modalidades. Então assim, cada um tem uma organização diferente que coincide com essa culminância dos jogos estaduais (Entrevistado Batiputá, organização).

A nossa preparação são as atividades da escola, na escola a gente trabalha essas atividades tradicionais no período da semana indígena, em atividades culturais (Entrevistado Catingueira, atleta).

Durante a preparação dos Jogos Indígenas do Ceará, as escolas ocupam um lugar fundamental nessa organização. Segundo Almeida, Almeida e Grando (2010) as atividades praticadas nas escolas fazem com que a criança se aproprie da sua cultura e construa identificação com seus pares. Pataxó, Boas e Barbosa (2025) consideram que é na educação escolar indígena, no contexto da escola diferenciada, que são incorporados elementos importantes na luta pelo território, pela memória e pela cultura. O ensino das modalidades indígenas, os cânticos, os rituais e outras práticas indígenas são apreendidas durante uma disciplina incluída no currículo das escolas indígenas diferenciadas do Ceará.

Há uma compreensão desarrazoada pelos não indígenas de que eles não se preparam. A expectativa de que os indígenas se preparem como normalmente um não indígena se prepararia, com preparação física, fortalecimento dos sistemas para prevenir lesões e outras formas de melhorar a performance, não leva em consideração a cosmovisão indígena sobre o objetivo dos Jogos para os povos. Almeida, Almeida e Grando (2010) defendem que a preparação e o treinamento estão relacionados à forma com as práticas corporais vivenciadas nos Jogos estão sendo desenvolvidas nas aldeias. Nesse sentido, a preparação depende do espaço físico, da necessidade e existência de equipamentos, da relação com cada modalidade, entre outros fatores.

eles chegam nos jogos indígenas sem treinamento, não tem uma vivência anterior. Seria de fundamental importância que tivesse um projeto voltado para as modalidades tradicionais, ou com as modalidades que acontecem nos jogos indígenas, porque eles chegariam com um maior preparo (Entrevistado Cipó, secretaria de esporte).

A partir da cosmologia indígena<sup>10</sup>, algumas práticas corporais possuem função social e são ressignificadas quando levadas para os Jogos Indígenas, como é o caso da natação, que cotidianamente é utilizada para deslocamento de um local da aldeia para outro, ou o tiro de baladeira, que é usado como instrumento de caça. Segundo Almeida, Almeida e Grando (2010), ao assimilar o treinamento como preparação para os Jogos, o sujeito reduz as práticas corriqueiras de suas culturas a treino e competição, tirando a importância dessas atividades para a construção da identidade étnica dos povos.

No decorrer dos Jogos, atletas, lideranças, artesãos e demais participantes praticam um movimento de avaliação contínua do evento à medida em que as atividades vão

---

<sup>10</sup> Ailton Krenak define cosmologia indígena como o modo em que os povos indígenas interpretam e percebem os acontecimentos em suas etnias, em seus territórios e em suas perspectivas (Lucena e Mello, 2025).

acontecendo. Essa avaliação acompanha um certo sentimento de pertencimento dos sujeitos em relação aos Jogos Indígenas, resultante das conexões e criação de vínculos emocionais com o evento, resultado também do reconhecimento em relação à importância dos Jogos para os povos indígenas do Ceará.

O que eu observo hoje é, muita gente participando da organização, do planejamento, mas na execução tem poucas pessoas e talvez por isso gera muitas falhas (Entrevistado Yburana, atleta).

É importante também quando os próprios indígenas conseguem avaliar os jogos, porque durante as atividades são visualizados uma série de questões que precisam ser melhoradas e isso deve ser sinalizado pelos próprios indígenas. Avaliar os jogos é avaliar de que forma essa política pública está chegando nos territórios, porque ele chega de forma coletiva, então é de forma coletiva que ele precisa ser avaliado (Entrevistado Yburana, atleta).

O aumento do orçamento que vem melhorando e as decisões coletivas referente a tudo. A cada avaliação pode melhorar algum ponto (Entrevistado Batiputá, organização).

Há muitas críticas no processo de condução dos jogos, mudança de roteiro, mudança de horários sem diálogo antecipado, de desclassificação de delegações por ausência de documento pra inscrição, muitos povos não participarão da próxima edição (Entrevistado Murici, atleta).

Esse mês de janeiro, é um mês muito importante para o nosso povo, então a gente veio pra poder ter essa relação, mas a gente reconhece que não é um bom período, porque é um período de início de plantações, de cultivo, sempre é uma festa pra gente (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

Na alimentação nós fomos tratados como branco, como animais, o tratamento que nós indígenas temos é da gente mesmo colocar nossa comida, não pode ser pensado buffet para os jogos em território indígena, os territórios têm capacidade de produzir alimentos que dê sustância, que represente a identidade da cultura alimentar dos territórios, entendo que existam regras sanitárias, mas é preciso a gente também compreender que os territórios não são territórios de centro urbanos, são do meio rural muitas vezes, e que precisam de comidas que façam parte da sua prática alimentar do dia a dia (Entrevistado Murici, atleta).

Os entrevistados em suas avaliações acima levantam pontos de discussão sobre o respeito integral à cultura indígena, desde a importância do cumprimento da coletividade para as tomadas de decisão, a escuta sensível às demandas gerais e individuais de cada delegação, a escolha do período para execução e a relação de alguns povos com a alimentação. Sobre este último ponto, Baniwa (2025) justifica que a alimentação está diretamente ligada com os sistemas culturais, com as cosmovisões e com as ontologias dos povos indígenas. No sentido ontológico, as comidas não são importantes apenas pelo gosto ou pela importância nutricional, alguns alimentos representam a saúde corporal e espiritual para os povos.

Quando perguntados de que forma avaliam os Jogos, os entrevistados, de maneira expressiva, consideraram a estrutura e logística como fator de melhoramento para as próximas edições. Mesmo reconhecendo as limitações dos territórios, alguns entrevistados atribuem as dificuldades encontradas ao Estado, responsabilizando-o. Oferecer uma estrutura mínima para

receber a política em questão, identificando as necessidades de cada contexto, é defendida por Ferreira e Bento (2023) como fundamental para garantir o acesso à política pública.

O desafio de realizar atividades com o movimento indígena é por conta da precariedade mesmo, por questões de logística, questão de deslocamento, questão de instalação, questões financeiras (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

Dependendo do povo e da aldeia, a aldeia não vai ter uma estrutura mínima pra alojar mais de mil participantes (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Infelizmente os territórios não têm estrutura, essa é uma responsabilidade que a gente tem que colocar pro estado, que é construir essas estruturas (Entrevistado Murici, atleta).

A realização dos Jogos exige esforços de muitos atores, a saber: instituições indigenistas, movimento indígena, secretarias municipais e estaduais, atletas, comunicadores, professores e comunidade em geral. Ferreira e Bento (2023) alertam que a efetividade de ações para políticas públicas para povos indígenas depende do diálogo multissetorial e da participação dos setores governamentais. Nesse sentido, um entrevistado avaliou que a participação das gestões municipais para a execução dos Jogos Indígenas do Ceará é fundamental e determinante.

Por mais que tenha recurso do estado pra apoiar os jogos, a infraestrutura dada pelo município é muito importante. Primeiro com a visibilidade que o município tem em receber os jogos, além de valorizar a comunidade local, a prefeitura divulgar que o prefeito, que os vereadores apoiaram os jogos, significa que a prefeitura reconhece a existência de indígenas no município e que são aliados, isso tem um impacto importante (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Outro entrevistado cobrou a participação efetiva do Movimento Indígena sobre o cumprimento do Regimento, abstendo a instituição executora de responsabilidades que são consideradas competências das lideranças indígenas. Tal cobrança evidencia que mesmo com a contratação de instituições não indígenas para execução do evento, os representantes indígenas cumprem papel essencial para o andamento do evento.

Tem atletas que não são indígenas que estão lá no meio, e que eles mesmos não denunciam porque não querem se comprometer, porque vão voltar pros seus territórios e lá o conflito vai ficar, não é um papel da organização, cada liderança é responsável pelo seu povo, não somos nós que vai dizer se é indígena ou se não é, isso é uma organização interna indígena (Entrevistado Juazeiro, organização).

Após a realização dos Jogos alguns representantes das instituições indígenas, lideranças, atletas e comissão organizadora, são convidados pela instituição executora para uma reunião de avaliação geral do evento. Durante esse encontro de avaliação, segundo o Relatório de Execução de 2025, os Jogos foram avaliados a partir do alcance de metas pré estabelecidas apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 - Relatório de execução dos Jogos Indígenas 2025

<b>META</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
Uma comissão com 3 a 5 representantes das comunidades indígenas, para reunião com a comissão organizadora.	0 – Insatisfatório Construção do regulamento sem a participação da comunidade indígena. 1 – Satisfatório Construção do regulamento geral com a participação da comunidade indígena. 2 ou + - Excelente Construção do regulamento geral e um específico com a participação da comunidade indígena.	Excelente
Criação do Instagram e uma segunda rede social de divulgação do evento	0 a 200 curtidas por postagem - – Insatisfatório 201 a 500 – Regular 501 a 900 – Bom Mais de 900 – Excelente	Excelente
Alimentação das redes sociais com no mínimo 3 postagens por semana, no período pré evento, além de cobertura maciça no período do evento.	0 a 50 curtidas por postagem – Insatisfatório 51 a 100 – Regular 101 a 200 – Bom Mais de 200 – Excelente	Excelente
Aumentar em 5% o número de inscritos nas modalidades, em comparação com a edição de 2023.	Esse objetivo não foi alcançado devido à desistência de três delegações: Tapeba, Movimento Potigatapuia e Potiguara de Tamboril.	A mudança da data do evento prejudicou o alcance da meta.
Planejamento, montagem, utilização e desmontagem de arenas esportivas para as 9 modalidades do evento.	1 a 3 arenas esportivas – Insatisfatório 4 a 6 – Satisfatório 7 – Bom 8 – Excelente	Satisfatório
Transportar, por meio de ônibus rodoviário, um total de 1000 pessoas.	O relatório não apresenta.	O relatório não apresenta.
Desfile de, no mínimo, 10 etnias indígenas na abertura presentes no evento.	O relatório não apresenta.	O relatório não apresenta.
Realizar 9 modalidades esportivas, todas com participantes do sexo masculino e feminino.	1 a 3 modalidades – Insatisfatório 4 a 6 – Satisfatório 7 – Bom 8 – Excelente	Excelente
Entrega de premiação para, no mínimo, 18 competições, sendo 9 femininas e 9 masculinas.	O relatório não apresenta.	O relatório não apresenta.

Garantir índice acima de 80% de BOM e ÓTIMO entre as pesquisas de avaliação de qualidade entre os participantes, nos quesitos organização, arbitragem, coordenação, equipe de trabalho, material esportivo, transporte, alimentação.	Até 60% de BOM e ÓTIMO – Insatisfatório De 61% a 70% de BOM e ÓTIMO – Satisfatório De 71% a 80% de BOM e ÓTIMO – Bom Acima de 80% de BOM e ÓTIMO – Excelente	Excelente
--	---	-----------

Fonte: Relatório de Execução dos Jogos Indígenas 2025, disponibilizado pelo CDPDH. Adaptado pela autora.

A meta referente à criação de uma comissão com representantes indígenas, apresentada no quadro acima, confirma a intencionalidade do Estado de incluir os povos indígenas nas tomadas de decisões a partir da escuta desses sujeitos, dialogando, portanto, com o objetivo apresentado no Regulamento Geral de 2023 que versa sobre “Valorizar o indígena como cidadão brasileiro”, colocando-o como parte importante da política para uma efetivação plena, como sugere Baniwa (2016).

As metas referentes à criação de redes sociais e alimentação delas, reforçam a importância do audiovisual para o Movimento Indígena e a importância dos Jogos Indígenas enquanto espaço de criação de notícias e de conteúdo. Fassheber (2010) defende que o uso de registros jornalísticos e midiáticos são estratégias importantes dos povos indígenas para alcançarem suas reivindicações, uma vez que a visibilidade é uma forma de enfrentamento ao apagamento dos povos, tornando-os aparentes à sociedade. Essas metas conferenciam com o objetivo descrito no Edital de Chamamento Público Nº 005/2024 sobre “Contribuir para o reconhecimento de suas etnias por toda a sociedade em geral”.

A 11ª edição, realizada em 2024, com orçamento de 2023, teve a participação de 852 atletas, já na 12ª edição, foi determinada a meta de aumentar em 5% o número de participantes para assim, justificar o aumento do recurso solicitado. Segundo o Relatório de Execução do Objeto, essa meta foi parcialmente alcançada devido à desistência de algumas delegações. É importante frisar a tentativa de captar mais indígenas para participarem dos Jogos, indicando o reconhecimento da importância da política para os povos indígenas do Ceará e da relação da meta com o objetivo de “integração dos povos indígenas” proposto no Edital de Chamamento Público Nº 005/2024 e Regulamento Geral de 2023.

A garantia de estrutura, transporte, participação na cerimônia de abertura, quantidade mínima de modalidades esportivas e premiação, são metas na 12ª edição, mas algumas dessas metas já foram reivindicações do Movimento Indígena, segundo os entrevistados.

Há um plano de trabalho cadastrado no sistema do estado, que é o sistema e-Parcerias, que é o sistema de controle de pagamentos, de execução, de metas, onde tem a descrição de todos os itens do plano de trabalho, alimentação, transporte, material esportivo, material de escritório, premiação, uniformes, recursos humanos, arbitragem, material de divulgação, identificação visual, estrutura, cerimonial, tudo (Entrevistado Cipó, secretaria de esporte).

As metas são: alcance de participação (quantidade de participantes) e número de etnias que participam. Em 2025 eram 1000 atletas. O aumento do recurso foi devido ao aumento do número de participantes e a inclusão de alguns itens de compra. E transporte e alimentação de um ano pro outro aumenta (Entrevistado Juazeiro, organização).

O recurso não dava simplesmente pra nada, aí tinha que correr atrás dos municípios buscando parceria pra poder ter pelo menos o transporte (Entrevistado Juazeiro, organização).

O mais difícil era conseguir o transporte, por questões políticas, nos municípios o prefeito partido 'X' e não quer apoiar os povos indígenas e a gente não vai participar porque o prefeito não quer dar o transporte (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

É possível perceber um enriquecimento de informações entre o Relatório de Execução dos Jogos Indígenas de 2009, 2018, 2024 até o de 2025, que afastou o caráter de boletim de vencedores das modalidades (Relatórios de 2009 e 2018) para uma descrição detalhada das atividades executadas (Relatórios de 2024 e 2025), ainda que esses dois últimos não tenham apresentado todas as informações.

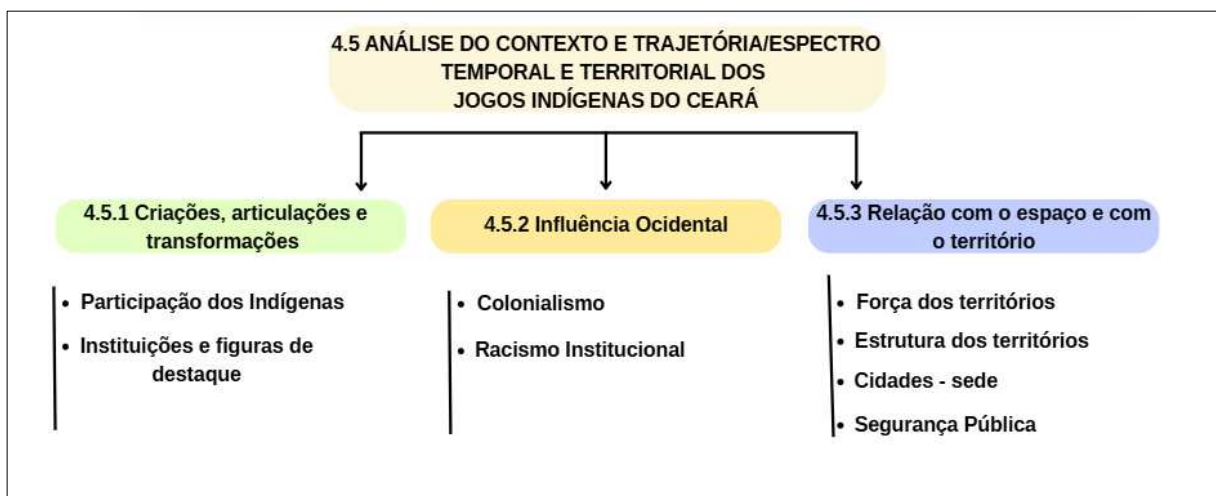
O maior detalhamento das atividades nos dois últimos Relatórios de Execução dos Jogos Indígenas do Ceará pode ser em decorrência das exigências feitas pela plataforma de controle do recurso público do estado. Com o melhoramento dos relatórios é possível realizar o acompanhamento da política tanto por parte dos órgãos do Estado, quanto por parte das organizações indígenas, uma vez que há a necessidade de sistematizar tais informações para compreender seu desenvolvimento.

Os Relatórios de Execução da política seguem o modelo de monitoramento com foco nos serviços entregues e na transparência da distribuição dos recursos. Os relatórios formulados se ancoram na mensuração objetiva dos resultados, com caráter puramente tecnicista, tomando de guia os textos de formulação da política, como edital e regulamento. Ainda que durante a construção do Relatório de Execução dos Jogos Indígenas do Ceará, haja uma pesquisa de satisfação com alguns representantes indígenas, não é atribuído valor às subjetividades, tampouco incluído todos os sujeitos da política durante a avaliação.

#### **4.5 Análise do contexto e trajetória/espectro temporal e territorial dos Jogos Indígenas do Ceará**

Este tópico contemplará os eixos analíticos de contexto e trajetória, compreendendo o momento político, econômico e social, as articulações entre diferentes escalas de gestão pública e as transformações da política, sugeridos por Rodrigues (2008). Ainda segundo a autora, os eixos de espectro temporal e territorial serão analisados apresentando o espaço sócio cultural, as instituições, as especificidades locais e regionais, o poder local, as redes sociais e os arranjos econômicos da política. A figura 36 abaixo apresenta um fluxograma para melhor compreensão das subcategorias encontradas a partir das entrevistas.

Figura 36 - Fluxograma da Análise de Contexto/ Trajetória/ Espectro Temporal/ Espectro Temporal dos Jogos Indígenas do Ceará



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.5.1 Criação, articulações e transformações dos Jogos Indígenas do Ceará

A formulação dos Jogos Indígenas do Ceará está inserida em um contexto político e institucional de mudanças, interesses coletivos e interesses particulares. Já sua trajetória, desenha um percurso ascendente, porém carregada por disputas simbólicas sobre os sentidos atribuídos ao esporte e lazer indígena. Iniciado como um projeto interno do Movimento Indígena do Ceará em 2004, os Jogos Indígenas ganharam destaque e visibilidade à medida em que as edições foram sendo realizadas.

A escassez de informações sobre os Jogos Indígenas do Ceará, sobretudo em relação às sete primeiras edições, revela a importância da oralidade para a construção do conhecimento científico. Gonçalves e Lisboa (2007) consideram que contar o que está guardado na memória é a maior fonte humana de manutenção e dilatação do saber. Os entrevistados precisaram revisitar suas experiências buscando na lembrança os sentimentos vividos, as dificuldades existentes, as impressões sentidas e os caminhos tomados pela política.

Faz tempo, né, e a memória já vai diminuindo (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Eu não tenho muitas lembranças, mas lembro da Cacique Pequena participando de reunião, de muitas falas do Dourado Tapeba, do Weibe Tapeba, da Rosinha Pitaguary, da Ana Clécia Pitaguary falarem sobre Jogos Indígenas (Entrevistado Yburana, atleta).

As três primeiras edições quase não têm registros, mas o povo Pitaguary e o povo Tapeba receberam os dois primeiros jogos, em Itarema foi o terceiro (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Para Saavedra (2022), fazer pesquisa com os povos indígenas não pode dizer respeito somente aos textos escritos, por isso, a oralidade ganha um lugar de destaque nesta dissertação, concebendo-a não somente como uma técnica de coleta de dados, mas como componente fundamental do existir indígena.

As quatro primeiras edições dos Jogos Indígenas do Ceará (2004, 2005, 2006, 2007) foram idealizadas e executadas pelos próprios povos, alguns com apoio das prefeituras, outros com recurso de pequenos editais, em uma grande mobilização de cada etnia para conseguir participar do evento. O intuito era realizar um grande encontro de fortalecimento do movimento indígena com diversão, cultura e espiritualidade, celebrando as conquistas dos povos indígenas do Ceará.

Os jogos indígenas foi pensado a partir de um intercâmbio dos povos, para além da questão do futebol, do arco e flecha, ou da corrida com a tora, ou das demais modalidades. Mas foi pensado pra mais uma atividade de troca da questão espiritual, da cosmovisão de cada povo, fazer esse grande intercâmbio e trazer as brincadeiras (Entrevistado Pau Branco, liderança indígena).

Os próprios povos tinham que pedir apoio das prefeituras pra conseguir um ônibus (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Os jogos de antes era cada delegação por si, ou seja, os 14 povos que tinham na época, quem quisesse vim, eles tinham que se preocupar em conseguir o recurso pra trazer eles pra cá, o máximo que tinha era recurso pra alimentação que talvez não durasse o período todo dos jogos (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

No cenário nacional, um ano antes da primeira edição dos Jogos Indígenas do Ceará, em 2003, foi instituída pelo então presidente Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) em seu primeiro governo, a criação do Ministério do Esporte. Tal feito acendeu uma certa expectativa em relação a repasses orçamentários para as áreas do esporte e lazer. Nesse mesmo ano, no panorama estadual, foi aprovada a Lei Complementar Nº 36, de 06 de agosto de 2003 (Ceará, 2003), que dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude, aprovada pelo então governador Lúcio Alcântara (Partido da Social Democracia Brasileira).

Tais feitos podem ter alcançado os povos indígenas a partir do apoio das

prefeituras. Citado algumas vezes pelos entrevistados, a participação das prefeituras dialoga com os estudos dos autores Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021), que em seus achados apontam para um maior investimento dos órgãos municipais, se comparado com as esferas estaduais e federais, em ações envolvendo esporte e lazer. É possível afirmar, portanto, que o auxílio municipal é fundamental para a manutenção e valorização da cultura indígena. No entanto, esse adjutório depende da relação de cada povo indígena com a gestão do seu respectivo município.

A visibilidade que o município tem em receber os jogos, além de valorizar a comunidade local, a prefeitura divulgar que o prefeito, que os vereadores, apoiaram os jogos, significa que a prefeitura reconhece a existência de indígenas no município e que são aliados, isso tem um impacto importante (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

A gente recebe esse evento no nosso município com muita alegria, reafirmando nossa parceria com os indígenas (Entrevistado Coqueiro, prefeitura de Aquiraz).

A gente ficava dependente dos municípios e muitos municípios não tinham essa relação boa com os povos, então ficavam de fora (Entrevistado Juazeiro, organização).

A partir da quinta edição dos Jogos (2008), o Movimento Indígena do Ceará iniciou uma parceria com a Secretaria de Esporte do estado, na época comandada pelo secretário Ferruccio Feitosa, que passou a ser a instituição promotora do evento. Através do lançamento de edital de chamamento público para contratação de instituições executoras, entidades não indígenas passaram a organizar os Jogos Indígenas do Ceará, ainda em parceria com o Movimento Indígena local.

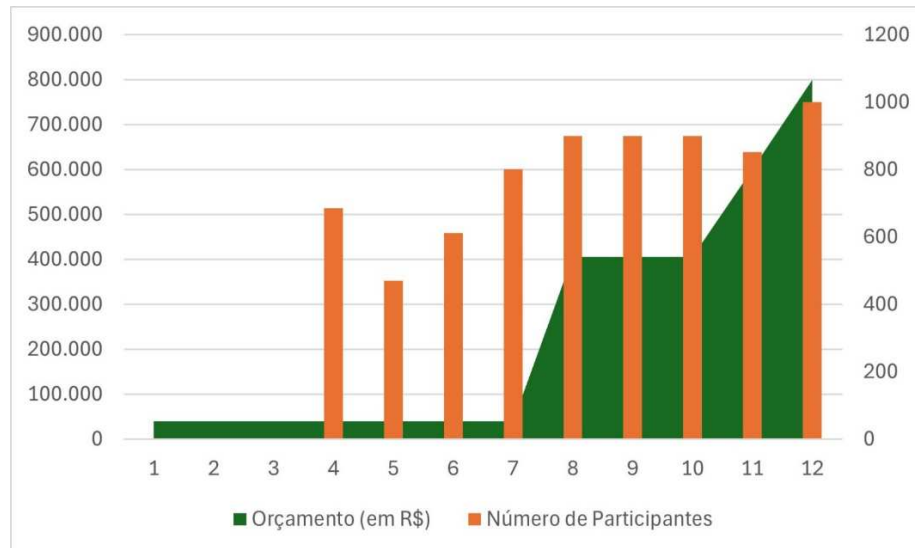
As figuras que se destacaram foram os povos e organizações indígenas, no caso os primeiros povos em reconhecimento, o povo Tremembé, Tapeba, Jenipapo-Kanindé e Pitaguary, esses povos de alguma forma lideraram esse processo e conduziram em cooperação com o governo do estado os objetivos dos jogos (Entrevistado Murici, atleta).

No início era bancado a alimentação, transporte, material esportivo, premiação, arbitragem pelo projeto, através do estado. Eles iniciaram com um recurso e quiseram permanecer vários anos com um recurso só que não dava mais. As instituições que ganhavam a licitação, quando chegava no final, tinham que descumprir algumas coisas para que acontecesse os jogos (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

O recurso destinado aos Jogos entre os anos de 2008 a 2010, seguiu a média de gastos das primeiras edições, no entanto, não acompanhou o aumento de participantes do evento, comprometendo sua realização. Na edição de 2009 participaram 612 atletas, enquanto na edição de 2010 participaram 800 atletas, ambos com o mesmo valor de subsídio. O gráfico

01 abaixo elucida a relação entre o número de participantes e o valor do orçamento destinado aos Jogos Indígenas.

Gráfico 1 - Número de participantes por orçamento (em R\$), por edições dos Jogos Indígenas do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora.

A falta de recurso foi um dos motivos para a primeira pausa na realização dos Jogos Indígenas do Ceará (entre 2011 e 2017), revelando certo desinteresse por parte do Estado para a realização dos Jogos. Ainda que a decisão de interromper os Jogos tenha sido tomada pelo Movimento Indígena, tratou-se de uma consequência frente à não atenção dada pela Secretaria de Esportes ao evento.

Eles iniciaram com um recurso e quiseram permanecer vários anos com um recurso, só que não dava mais. As instituições que ganhavam a licitação, quando chegava no final, tinham que descumprir algumas coisas para que acontecesse mesmo os jogos (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Outros motivos da paralisação dos Jogos Indígenas do Ceará apresentados pelos entrevistados, dizem respeito à falta de autonomia dos povos indígenas na condução e tomada de decisões durante os Jogos e ainda à mudança de foco e sentido quanto aos objetivos dos Jogos. Baniwa (2016) explica que a descontinuidade da política e sua dificuldade de efetivação são observadas em políticas e ações voltadas para povos indígenas quando conduzidas sem ou com pouca participação de indígenas.

A secretaria do estado não aceitava que a gente pudesse propor os nossos pensamentos em relação a isso, a gente colocava um pensamento e eles desdobravam, só aceitava os (pensamentos) deles, e mesmo que fosse aceito, quando ia executar faziam do jeito deles, então houve esse problema e teve uma paralisação e teve vários questionamentos que não estavam dando muito certo (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

A ideia era de unificar e trazer a juventude pro movimento, até que o primeiro, o segundo, o terceiro foi mais ou menos nesse sentido, daí por diante, as etnias e as delegações tomaram isso como uma competitividade (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Houve uma paralisação na execução, e os jogos foram retomados recentemente (Entrevistado Cafezal, organização).

A retomada dos Jogos Indígenas do Ceará marca um período importante para o Movimento Indígena que, após 7 anos sem ter o evento, articula uma grande mobilização para o retorno dos Jogos. Segundo os entrevistados, tal conquista é resultado de vários fatores, a boa relação entre os povos indígenas do Ceará e o governador do estado na época, Camilo Santana (Partido dos Trabalhadores), a vida política em ascensão do então vereador do município de Caucaia e liderança tradicional do povo Tapeba, Weibe Tapeba (Partido dos Trabalhadores), a juventude indígena organizada e interessada na retomada dos Jogos, a inclusão dos Jogos Indígenas no calendário oficial de eventos amparada pela Lei Nº 16.624/2018, já comentada anteriormente e a inclusão do evento no Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários do Estado do Ceará (MAPP), garantindo orçamento para a execução dos Jogos.

Quando mudou de governador e se tinha um apoio melhor, voltamos a conversar, já era outro grupo que estava à frente, tiveram um bom diálogo e reiniciaram as atividades (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Quem nos ajudou muito foi a Liliane Benício, da SESPORTE na época. Ela conseguia intermediar o diálogo entre os indígenas e a instituição e o estado (Entrevistado Juazeiro, organização).

A reivindicação para os jogos foi feita junto à Secretaria de Esporte do Ceará (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

Eu não vejo que é uma política importante pra secretaria do esporte, não é uma política que seja prioridade (Entrevistado Urucum, organização).

As instituições que ajudaram: SEPINCE, AMICE, secretaria da igualdade racial, secretaria de esporte, coordenação de juventude, FUNAI (Entrevistado Batiputá, organização).

A aproximação do governador Camilo Santana (2016 - 2022) ao Movimento Indígena possibilitou abertura para o diálogo e mais atenção às pautas indígenas, sobretudo na área da educação. O governador anterior, Cid Gomes (2007 - 2015) assumia uma postura conservadora, com proximidade ao espectro política de direita e contrária às pautas indígenas. A mudança de gestão, portanto, sinalizou o início de novas conversações sobre os Jogos Indígenas. O governo do estado é representado pela Secretaria de Esporte (SESPORTE), atualmente comandada por Rogério Pinheiro (Partido Democrático Trabalhista), atuando como instituição financiadora e fiscalizadora dos Jogos Indígenas do Ceará desde 2008.

Claro que a gente coloca as lideranças como o Weibe Tapeba como peça fundamental da época, que tem uma boa relação com o governo na época como também tem agora (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Weibe garantiu, disse ‘nem que eu dê do meu bolso’, conversou com o diretor do CDPDH, o padre Élio, ele autorizou e a gente realizou. O Weibe sempre esteve à frente de tudo, ele entrava de cabeça, insistia pra que a gente ficasse (Entrevistado Juazeiro, organização).

O interesse pessoal de Weibe Tapeba e sua boa relação política, parecem ter sido determinantes para a retomada dos Jogos e a realização das últimas edições. Weibe Tapeba, segundo Silva, Nascimento e Silva (2023), construiu sua trajetória junto ao movimento indígena em nível local, regional e nacional a partir da sua vida de militância como professor, advogado, vereador, como gestor de organizações indígenas e agora como Secretário de Saúde Indígena pelo Ministério da Saúde. Apesar de atualmente possuir alcance nacional, Weibe Tapeba mantém sua força política no Movimento Indígena local, à vista da sua importância para os Jogos Indígenas do Ceará.

A Comissão de Juventude, antes de ser COJICE, aquela gestão, aquela galera fez o extraordinário. Porque eram lideranças jovens do seu povo, mas não eram lideranças tradicionais, Kennedy Tapeba, Climério Anacé, Ezequiel Tremembé, etc. foram os responsáveis pela retomada (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

A juventude indígena do Ceará possui uma organização chamada Coordenação da Juventude Indígena do Ceará, formada por lideranças jovens, que compõe o Movimento Indígena do Ceará. Essa organização articula demandas relacionadas à juventude e da mesma forma que serviu de justificativa para a criação dos Jogos em 2004, o fortalecimento da juventude indígena foi também argumento para a retomada. Diferente de 2004, onde as lideranças tradicionais estiveram à frente, a retomada em 2018 foi liderada pela própria juventude.

A gente conseguiu discutir e ter um MAPP de 400 mil reais pra fazer. Na retomada a gente brigou pra ter esse recurso, a gente não quer um recurso pra fazer só uma atividadezinha não (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Na retomada, foi conquistado o transporte e a alimentação para as delegações, que antes dependiam do apoio das prefeituras (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

A inclusão dos Jogos Indígenas no MAPP significou garantir recursos para a realização do evento, incluindo-o no orçamento do Estado. Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão (Ceará, 2024):

O Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP) tem como finalidade servir de instrumento de planejamento e acompanhamento das ações e projetos prioritários do Governo do Ceará, especialmente no que se refere às despesas

discricionárias (investimentos e gastos correntes não continuados) (Manual Técnico de Orçamento 2025, Pág 44).

Ainda que esteja incluído no MAPP, os entrevistados apontam certa dificuldade no repasse do recurso, que impede o andamento da organização dos Jogos. A demora no repasse do recurso foi um dos motivos para que a edição dos Jogos de 2024 tenha ocorrido com o recurso de 2023, assim como a edição de 2025, que ocorreu com o recurso do ano anterior.

O recurso nunca foi assegurado, tem o recurso mas é uma luta pra ser liberado (Entrevistado Juazeiro, organização).

O problema maior é a liberação, demora muito, não consegue se comprometer com data, a data muda, não tem como se planejar. Tem que ir atrás, eu e a Secretária Juliana. É um movimento de muita cobrança mesmo (Entrevistado Juazeiro, organização).

A criação da Secretaria dos Povos Indígenas, em 2023, pelo então governador Elmano de Freitas (Partido dos Trabalhadores), marca uma nova fase na realização dos Jogos Indígenas do Ceará. A secretaria tem em seu quadro de profissionais aproximadamente 70% de indígenas, além de ser comandada por Juliana Alves (Partido Comunista do Brasil), liderança do povo Jenipapo-Kanindé. Assim como em outros eventos importantes para o Movimento Indígena do Ceará, a secretaria assumiu a articulação e mobilização dos Jogos Indígenas do Ceará, sendo o canal de comunicação entre a Secretaria de Esporte, a instituição executora e o Movimento Indígena do estado. Dessa forma, a partir da edição de 2024 houve uma maior participação de indígenas na condução dos Jogos através da participação da Secretaria dos Povos Indígenas.

Os jogos indígenas é uma ação compartilhada de execução da secretaria do esporte e secretaria dos povos indígenas, o recurso veio da Secretaria de Esporte (Entrevistado Cipó, secretaria de esporte).

Os jogos indígenas é financiado pela secretaria do esporte e desde a criação da secretaria dos povos indígenas os jogos está sendo em parceria entre as duas secretarias (Entrevistado Urucum, organização).

A execução financeira e todo trâmite burocrático em relação a seleção da instituição executora é tudo pela secretaria do esporte. Mas a SESPORTE e a SEPINCE trabalham juntas na luta pelo recurso, na elaboração, no planejamento dos jogos em conjunto (Entrevistado Cipó, secretaria de esporte).

Para organizar as informações e facilitar o desenvolvimento das próximas discussões, o Quadro 15 agrupa dados das edições baseados nos documentos disponibilizados, em notícias e entrevistas. Busca-se acompanhar a trajetória dos jogos a partir da participação dos povos, da importância dada pelo Estado através do investimento destinado para a realização do evento, da identificação de instituições parceiras, da disponibilidade dos municípios sede e da influência do ambiente na escolha das modalidades.

Quadro 15 - Jogos Indígenas do Ceará

<b>Edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Nº Part.</b>	<b>Nº Etnias</b>	<b>Execução</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Local</b>	<b>Modalidades</b>
I	2004	*	8	Povo Tapeba	Aprox. R\$ 40.000,00	Caucaia	Futebol, arco e flecha, corrida com a tora, cabo de guerra, arremesso de lança, Triathlon, canoagem.
II	2005	*	8	Povo Pitaguary	Aprox. R\$ 40.000,00	Maracanaú	Futebol, arco e flecha, corrida com a tora, cabo de guerra, arremesso de lança, Triathlon, canoagem.
III	2006	*	8	Povo Tremembé	Aprox. R\$ 40.000,00	Itarema	Futebol, arco e flecha, corrida com a tora, cabo de guerra, arremesso de lança, Triathlon, canoagem.
IV	2007	685	8	Povo Jenipapo-Kanindé (COPICE - atual FEPOINCE)	Aprox. R\$ 40.000,00	Aquiraz	Futebol, cabo de guerra, arremesso de lança, corrida com tora, corrida de metro, arco e flecha, natação, pescaria.
V	2008	469	10	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH	R\$ 40.000,00	Monsenhor Tabosa	Futebol, corrida com tora, triathlon equipe, arremesso de lança, arco e flecha, cabo de guerra, queda de braço.
VI	2009	612	13	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH	R\$ 40.000,00	Pacatuba	Futebol, triathlon equipe, cabo de guerra, arremesso de lança, corrida com tora, arco e flecha, queda de braço e canoagem.
VII	2010	800	12	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH	R\$ 40.000,00	Crateús	Futebol, triathlon equipe, cabo de guerra, arco e flecha, arremesso de lança, corrida com tora e canoagem.
VIII	2018	900	12	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH	R\$ 406.000,00	Caucaia	Futebol, queda de braço, corrida com tora, arremesso de lança, cabo de guerra, canoagem, triathlon equipe e arco e flecha.
IX	2019	900	14	Federação de Triathlon do Ceará - FETRIECE	R\$ 406.000,00	Itarema	Futebol, queda de braço, corrida com tora, arrem. de lança, cabo de guerra, canoagem, triathlon equipe e arco e flecha.

X	2022	900	15	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos - CDPDH	R\$ 406.000,00	Aratuba	Futebol, queda de braço, corrida da tora, arrem. de lança, cabo de guerra, canoagem, triathlon equipe e arco e flecha.
XI	2024	852	13	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH	R\$ 600.000,00	Aquiraz	Arco e flecha, arrem. de lança, baladeira, queda de braço, natação, cabo de guerra, corrida com tora, futebol, corrida de maracas.
XII	2025	1.000**	15	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH	R\$ 800.000,00	São Benedito	Arco e flecha, arrem. de lança, cabo de guerra, corrida com tora, corrida de maracas, futebol, corrida de 100m, queda de braço e baladeira.

Fonte: Secretaria de Esporte do Ceará (2024). Documentos disponibilizados pelo CDPDH. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=14861>; <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/jogos-dos-povos-indigenas-reunem-612-indios-em-pacatuba/1515229>; <https://vermelho.org.br/2010/07/27/crateus-foi-sede-do-vii-jogos-dos-povos-indigenas-do-ceara/>. Adaptado e elaborado pela autora a partir das entrevistas. \*Não há registros disponíveis. \*\*Estimativa.

#### 4.5.2 Influência ocidental nos Jogos Indígenas do Ceará

Os jogos e brincadeiras indígenas sempre foram praticadas pelos povos originários de maneira própria em cada etnia. A instrumentalização dessas práticas e a inclusão de modalidades não indígenas na cultura indígena é, segundo Kaiowá (2023), uma política de Estado utilizada para absorver e integrar os indígenas à sociedade brasileira, muitas vezes invalidando sua identificação étnica.

Nesse sentido, a institucionalização dos Jogos Indígenas é uma tentativa de aproximar o evento de competições não indígenas com referência às olimpíadas, por exemplo. Como resposta a essa aproximação, alguns entrevistados consideram que a condução dos Jogos precisa ser necessariamente indígena.

Vale ressaltar o quanto é importante que os povos indígenas sejam os próprios protagonistas e que possam participar com mais efetivação dos planejamentos e execução dos jogos (Entrevistado Milharal, atleta).

A FEPOINCE hoje não assume porque tem que ter licitação, tem que ter CNPJ cadastrado, experiência, então isso tudo limita a participação das instituições indígenas de participarem. Tem que limitar a participação das instituições não indígenas, pois às vezes eles têm mais expertise nesses processos e a gente acaba ficando de fora. A gente já foi tutelado por muito tempo (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Tem sim a possibilidade de passar a execução pra SEPINCE, fazer uma dispensa de chamamento público ou a própria Fepoince executar esses jogos (Entrevistado Juazeiro, organização).

A ênfase nos elementos normativos e burocráticos, característicos da sociedade moderna, pode significar uma barreira para a participação efetiva dos povos indígenas do Ceará na condução do seu próprio evento. O não reconhecimento do Estado para possíveis limitações dos povos indígenas (estrutural, logística, tecnológica), ou a não admissão de diferentes maneiras de conduzir uma política, pode anunciar um certo colonialismo ou até um racismo institucional<sup>11</sup> no acesso ao esporte e lazer.

Como explica Quijano (2000), o colonialismo é um movimento social de dominação. Nos Jogos Indígenas do Ceará, essa dominação é percebida quando as instituições indígenas são impedidas de concorrer a um edital de chamamento público de forma equitativa com instituições não indígenas, reforçando a relação de tutela com os povos indígenas por parte do Estado. Kaiowá (2023) sugere projetos etnodesenvolvimentistas, onde os próprios indígenas o executam de acordo com suas organizações e vontades.

---

<sup>11</sup> O termo faz referência ao racismo praticado pelas instituições, que reproduzem o racismo estrutural presente na sociedade. As instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção do controle e segregação, segundo Almeida, Gomes e Sallet (2021).

Outro problema é a obrigatoriedade de contratar federações para gerenciar as regras dos jogos, teve que contratar arbitragem, que até é bacana, da gente não se preocupar de ter um parente apitando nosso jogo, tem ali uma entidade neutra participando, o problema é que a entidade não tem conhecimento do funcionamento e organização dos povos do Ceará, não tem entendimento das modalidades que são praticadas (Entrevistado Carnáuba, liderança indígena).

Teve uma edição que uma liderança sugeriu ter peteca, que é uma atividade esportiva bem diferente do comum, mas qual a federação que vai ter um quadro de arbitragem especializado na modalidade de peteca? Muitas modalidades que a gente pensava, cabo de força, a gente pensa de uma forma e eles acham que tem que ser de outra, então as federações de arbitragem não entendem a dinâmica dos povos indígenas (Entrevistado Carnáuba, liderança indígena).

Os povos indígenas, desde a colonização, precisam provar a todo momento a sua existência, a sua capacidade intelectual, a sua necessidade de acessar direitos, a sua origem, a sua importância nos espaços de decisão, entre outros. Milanez *et al.* (2019) consideram que essas negações citadas anteriormente, são efeito de um racismo institucional, legitimado pelo Estado, disfarçado de proteção.

A expansão do poder e da regulação do Estado podem ser entendidas, segundo Almeida, Gomes e Sallet (2021), como a expansão do controle e da disciplina social, nesse contexto o racismo pode ser compreendido como controle dos corpos. Nesse sentido, com o pretexto de preservar o direito ao esporte e ao lazer, ou de assegurar que os Jogos Indígenas do Ceará seja um evento aos moldes de um evento não indígena, o Estado segrega e controla, impedindo que os próprios povos indígenas gerenciem os Jogos e determinem as suas regras. Em outras palavras, “vamos fazer por eles, porque eles não sabem fazer”.

A gente respeita muito a instituição organizadora porque eles também respeitam muito os indígenas, mas nós temos as nossas próprias organizações, temos a secretaria dos povos indígenas que poderia estar executando esses jogos (Entrevistado Jaqueira, organização).

Sem essas entidades os jogos não aconteceriam da maneira que está acontecendo. poderia até existir (jogos sem parceiros) mas não com a potência que tem, de reunir essas etnias do estado do Ceará, de sair dos territórios, de estar fazendo essa questão da alimentação, com hospedagem (Entrevistado Pé de Feijão, atleta).

Nessa retomada nossa, nós indígenas gerenciamos os jogos. Teve um processo de licitação, uma instituição ganhou, foi o CDPDH e eles fizeram questão de convidar indígenas pra tarefa na comissão de organização (Entrevistado Carnáuba, liderança indígena).

Ela até que ainda respeita, que é o CDPDH, até que há uma parceria, uma conversa e que eles aceitam. Mas teve uma empresa (a FETRIECE) que era do jeito dela e pronto (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

É possível perceber uma relação harmônica entre os povos indígenas do Ceará e a instituição que executou 7 das 12 edições dos Jogos Indígenas. O Centro de Defesa e Promoção de Direitos Humanos (CDPDH) é uma Organização da Sociedade Civil vinculada à Arquidiocese de Fortaleza que trabalha com os povos indígenas do Ceará há pelo menos 40

anos. Ao mesmo tempo em que alguns entrevistados reconhecem positivamente essa parceria, por vezes até com uma certa dependência, outros entrevistados acreditam na total possibilidade de não precisar mais de instituições externas para a executar os Jogos.

É um momento de escuta, de consulta aos povos pra saber de que forma eles querem que seja realizado esse momento, e aí os povos vão colocando suas questões e a instituição que ganha o edital pra executar também tem esse diálogo (Entrevistado Yburana, atleta).

O entrevistado Yburana cita um momento de consulta para que a instituição executora saiba como os povos indígenas querem que sejam realizados os Jogos, essa escuta possibilita que a política se aproxime dos beneficiários com mais fidedignidade. A não compreensão, proposital, da percepção dos povos indígenas sobre esporte e lazer ou dos objetivos abstrusos dos Jogos Indígenas, é uma forma de conservar o colonialismo. Kaiowá (2023) considera que o domínio da intersubjetividade é um dos pilares estruturais da subalternização, portanto, possibilitar a exploração das subjetividades dos sujeitos da política, pode ser uma estratégia de rompimento com o colonialismo.

A influência ocidental nos Jogos Indígenas pode ser traduzida em toda ação de operacionalização dos Jogos e de transformação do que era natural ou parte do cotidiano dos povos indígenas, em um conjunto de regras rígidas e em elementos que podem ser quantificados ou comparados. Essa influência ocidental é sentida de forma expressiva no valor agregado à competitividade, que tem contribuído com a ruptura dos sentidos elencados anteriormente como objetivo dos Jogos, como a interação social. Nesse ponto os entrevistados discordam entre si, pois ao mesmo tempo em que é observada a presença de performance, há também ludicidade e outros elementos da cosmovisão indígena.

Mas tem umas questões que chega muito da cultura não indígena na competição, do “eu preciso ganhar pra ficar bem”, mas a gente está muito próximo da cultura não indígena, então isso acaba interferindo bastante (Entrevistado Yburana, atleta).

Fasheber (2010) considera a competição uma característica inerente ao esporte. Ainda que seja uma característica essencialmente não indígena, as interações sociais adquiridas a partir do contato com outras culturas, podem promover várias e diferentes mudanças tanto no movimento corporal, quanto nos sentimentos e nos valores agregados a esse movimento. Alguns autores (Almeida, Almeida e Grando, 2010; Kaiowá, 2023) reforçam que os povos indígenas, assim como qualquer outro povo, estão em constante modificação, e enquanto houver a possibilidade de trocas, as relações estarão suscetíveis a alterações.

Além do convívio de relação, os jogos indígenas é uma competição pra também ganhar a premiação, isso também a gente não deve negar que ele é um esporte competitivo (Entrevistado Batiputá, organização).

A ideia era mesmo confraternizar e aplicar a competição (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Não considerar as assimilações advindas da colonização, dificulta o acesso dos povos indígenas a direitos e políticas públicas, como explica Kaiowá (2023). Nesse sentido, o racismo institucional pode se disfarçar de receio de aculturação dos Jogos Indígenas. Portanto, legitimar o sentimento de competitividade durante os Jogos Indígenas do Ceará, nos remete a uma cultura corporal que não é estática e que se modifica com as relações sociais.

Vinham pra disputa acirrada de ser campeão de todas as modalidades e aí criou essa expectativa de todo mundo ser campeão, mais medalhista e tudo mais (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Se não tem incentivo financeiro, o incentivo é só a premiação, o que vai focar é a descontração mesmo. Se for levar muito pro lado da competição, a gente vai brigar entre nós mesmo por uma placa de acrílico e não faz sentido (Entrevistado Carnaúba, liderança indígena).

Outro problema é a participação do movimento indígena, eu já disse isso nas nossas avaliações, que eles não levam como se fosse uma forma de convivência, de união, de estarem juntos, tem muita rivalidade entre os povos, infelizmente (Entrevistado Juazeiro, organização).

Ferreira (2010) defende que o evento dos Jogos Indígenas é uma celebração que exige organização, mas não rigidez de regras. A rigidez de regras no edital, a regulamentação das práticas tradicionais, a contratação de federações e arbitragens esportivas oficiais, a padronização de instrumentos (lança e tora) para garantir o empenho técnico do atleta, desconsiderando a etapa de feitiço, todas essas práticas levam à esportivização dos Jogos Indígenas do Ceará, que por sua vez, podem ser responsáveis pelo aumento da competitividade entre os participantes.

No início eram 4 a 5 modalidades, muito delas similar a questão convencional não indígena, por exemplo o futebol que não é uma realidade nossa, e aí fomos colocando outras modalidades, a corrida com a maraca, briga de galo, entre outras (Entrevistado Pau Branco, liderança indígena).

As modalidades das primeiras foram Futebol, arco e flecha, corrida com a tora, cabo de guerra, arremesso de lança, Triathlon, canoagem (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

Claro que hoje a gente está adeptos a realização de outros esportes que não é da nossa cultura indígena, mas esses esportes vieram pra agregar também (Entrevistado Yburana, atleta).

A escolha das modalidades dos Jogos é resultado da cultura corporal de cada etnia, ou seja, é resultado das culturas corporais dos povos indígenas do Ceará. Baseado no estudo de Almeida, Almeida e Grando (2010), não há uma única cultura corporal, são várias culturas e, portanto, diferentes relações com as modalidades. Além disso, a escolha das modalidades é

influenciada pelos contextos de cada povo, pelos territórios e principalmente, pelo grau de contato com outras culturas.

O futebol, por exemplo, ainda segundo Almeida, Almeida e Grando (2010), foi apropriado e adaptado à diversidade cultural dos povos, sendo incorporado aos Jogos Indígenas do Ceará desde a primeira edição. O triathlon (nadar, pedalar e correr) por sua vez, foi incorporado aos Jogos a partir da influência da Federação de Triathlon do Ceará na organização dos Jogos.

Não somente do futebol e da corrida, desses esportes mais convencionais, mas também da oportunidade da prática das modalidades indígenas como o cabo de guerra, arremesso de lança, arco e flecha, corrida de tora, são práticas que nos nossos territórios tem sido substituído a cada dia pelas modalidades convencionais (Entrevistado Murici, atleta).

A inclusão e manutenção das modalidades tradicionais nos Jogos parecem depender de um movimento de resistência para que estas permaneçam. Kaiowá (2023) explica que a colonização do ser faz com que os povos indígenas queiram fazer o que os brancos fazem, contrapondo-se a isso, à medida em que as modalidades tradicionais são absorvidas nos Jogos Indígenas, há um movimento de descolonização e reconhecimento étnico.

As modalidades tradicionais e o tiro de baladeira inserido recentemente, é também um atrativo importante que tem ganhado força nos últimos tempos (Entrevistado Cafezal, organização).

O cabo de guerra é sempre o momento mais marcante das disputas, a mais atrativa, tanto por envolver mais a torcida, quanto por movimentar os atletas pra estarem participando” (Entrevistado Cafezal, organização).

Algumas modalidades tradicionais, como o cabo de guerra, carregam significados próprios. Nos Jogos Indígenas Nacionais, segundo Loro, Vinha e Golin (2013), o cabo de guerra foi escolhido para ser a modalidade praticada por todas as etnias, por ser conhecida por muitos povos. Para os Jogos Indígenas do povo Pataxó, o cabo de guerra é visto como um ritual de força e combate, que permite que os participantes atravessem suas emoções (Pataxó *et al.* 2025). O significado do cabo de guerra faz referência à gestão territorial, à medida que tira o inimigo das suas terras por meio da força, o território está assegurado. Além das modalidades tradicionais e daquelas presentes no imaginário dos povos indígenas, alguns entrevistados reivindicam pelas modalidades presentes no trato com a terra.

Eu acho que precisa ampliar mais as práticas esportivas dentro dos jogos, penso que há uma ausência de tarrafa, de tiro de baladeira e de outras práticas que são conhecidas e vividas nos nossos territórios (Entrevistado Murici, atleta).

Eu acho que poderia ter um pouco mais da cultura indígena, um pouco mais da reverência que é esse encontro ritualístico que foi pensado lá no início pra ser o

encontro das culturas dos povos indígenas, das modalidades e práticas ancestrais, como a pesca, como o plantar, o colher (Entrevistado Murici, atleta).

A política pública, intencionalmente estimulada pelo Estado, não pode ser uma ferramenta voltada ao amoldamento dos beneficiários, como adverte Kaiowá (2023). Nesse sentido, os Jogos Indígenas do Ceará não podem servir de enfraquecimento dos meios de resistência, tampouco servir de divisão entre os povos. Seja pela condução dos Jogos, seja pela competitividade ou pelo realinhamento do uso do recurso.

Caso o movimento indígena avalie que não é mais pra ter os jogos indígenas estaduais de forma coletiva, é pensar em um projeto pra fazer editais específicos para todos os povos receberem esse recurso (Entrevistado Batiputá, organização).

Eu acho que não só a Secretaria de esportes deve gerenciar os jogos, é importante a Secretaria de Educação abraçar os jogos indígenas e pensar nos jogos escolares indígenas, com todas as escolas, com as CREDE financiando, pra estimular a juventude a participar das modalidades. Então fortalece a cultura, fortalece as práticas tradicionais dos povos (Entrevistado Caruaíba, liderança indígena).

Os rumos da política, seja sua expansão ou sua pausa, definidas pelo Estado ou pelo Movimento Indígena, devem considerar que o acesso ao esporte e lazer por meio dos Jogos Indígenas é um direito constitucional e não um evento realizado para mero entretenimento, sem compromisso com a continuidade.

#### **4.5.3 Relação com o território**

Baniwa (2025) nos relembra que uma das grandes consequências do processo de colonização foram as perdas territoriais. Os povos indígenas perderam mais de 85% de seus territórios e estão sob constante ataque, por isso a luta pelos territórios ancestrais continua sendo a principal pauta e agenda permanente dos povos indígenas do país. Segundo o autor, o território é compreendido como espaço e condição de existência e de vida. Para os entrevistados, o território é também espaço de condição de acesso ao esporte e lazer e de prática esportiva.

Hoje a luta do movimento é desse jeito, a prioridade é a luta pelo território, do território vem os outros elementos e um deles é, além da segurança, é essas políticas de esporte e lazer (Entrevistado Batiputá, organização).

Além dos jogos indígenas ser um festival cultural e esportivo, ele também é um espaço de mobilização que simboliza a reafirmação da luta pela terra, isso é prioridade. Não dá pra falar de esporte e lazer sem terra. Onde é que eu vou fazer esporte e lazer? Vou falar de indígena e onde é que tá esses indígenas? Então tudo se refere a um local só, que é a terra indígena, o território (Entrevistado Batiputá, organização).

Durante os Jogos Indígenas do Ceará, a relação com os territórios é fortalecida na medida em que as edições acontecem tanto nas aldeias quanto nas cidades. Além disso, fortalece as práticas corporais locais, gera renda e circulação de capital, favorece a criação ou o

fortalecimento de parcerias com os órgãos públicos e privados e visibiliza os povos do território disseminando informação e cultura.

Os jogos acontecerem cada ano em um território diferente e incentiva os povos a fortalecerem as práticas e vivências culturais, fortalece os locais e os territórios, criando uma parceria estadual e municipal grande, e onde vai (os jogos), vai fortalecendo e conhecendo um pouco de outra cultura (Entrevistado Batiputá, organização).

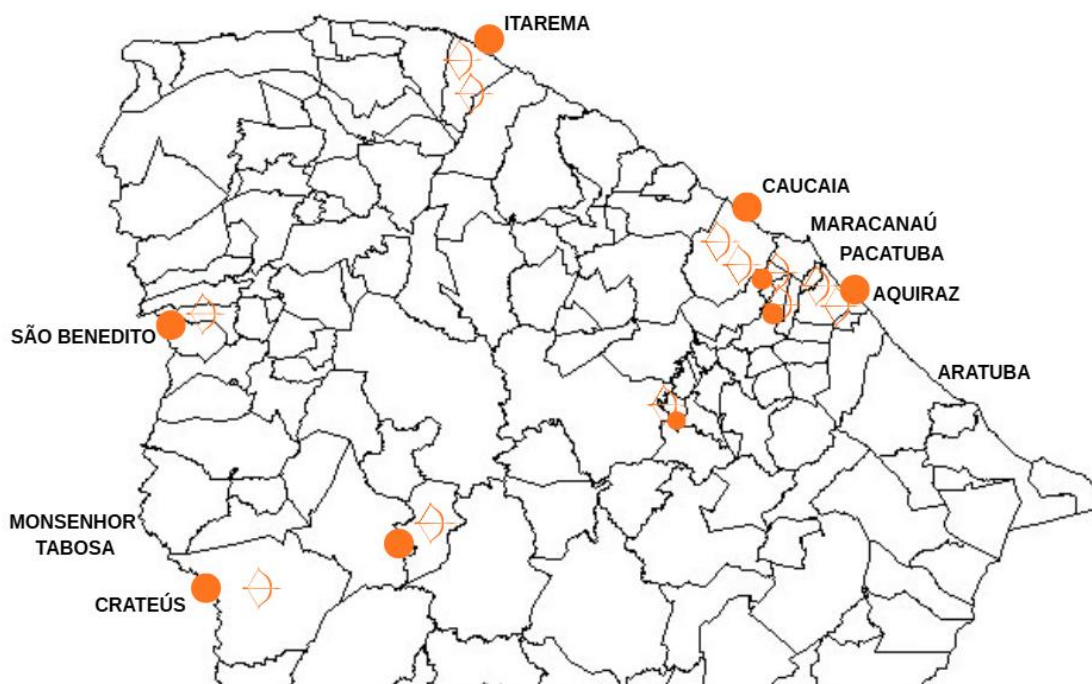
Quando a gente leva os jogos indígenas pra cidade, pra área urbana, na minha concepção, a gente perde (Entrevistado Jaqueira, organização).

O território é determinante também para a escolha das modalidades dos Jogos. Além da escolha das modalidades ser baseada no domínio das modalidades por parte dos povos, a eleição das modalidades se orienta pelo espaço geográfico, suas possibilidades e suas limitações.

As modalidades realizadas tem ligação com o nosso cotidiano na aldeia, muita das modalidades a gente pratica bastante. O futebol é predominante, mas tem arco e flecha, a corrida, a baladeira, puxa corda (Entrevistado Jurema Preta, atleta).

A gente acrescentou a corrida com a maraca, a baladeira, a inclusão dessas modalidades foi feita em reunião com o movimento indígena, tiramos o triathlon, porque a natação depende do território se tem onde nadar, o aluguel das bikes era muito difícil, e o povo não tem estrutura física pra competir no triathlon, sempre passavam mal, então tiramos e colocamos a corrida revezada e a corrida com a maraca, o caiaque também tiramos por questão de logística (Entrevistado Juazeiro, organização).

Figura 37 – Localização das cidades-sedes dos Jogos Indígenas do Ceará



Fonte: Elaborado pela autora.

A situação de violência contra os povos indígenas instalada desde as primeiras décadas de colonização que permanece nos dias atuais, é consolidada através de leis ineficientes, como denuncia Kaiowá (2023), e é modernizada de acordo com os processos de desenvolvimento das sociedades. Alguns entrevistados consideraram a segurança pública como uma barreira no acesso ao território e a outros direitos básicos.

Grupos criminosos diferentes em cada região e cada município é um problema pra execução dos jogos, pois limita a participação dos povos, principalmente da juventude (Entrevistado Carnaubal, liderança indígena).

Na edição em Itarema e na edição agora de São Benedito aconteceu algo envolvendo questão de segurança (Entrevistado Cajueiro, liderança indígena).

A avaliação que a gente tem dos territórios que tiveram um aumento de violência, são territórios que têm a ausência do governo através das políticas públicas, ausente em segurança pública, ausente na questão territorial. Qualquer território que tem ausência, são territórios que têm aumento de violências (Entrevistado Batiputá, organização).

Diante das violações percebidas, conclui-se que, além do texto constitucional não garantir a efetivação de direitos, o Estado não oferece condições básicas de execução de políticas públicas em territórios indígenas e como consequência desses fatores é percebida a fragilização dos Jogos Indígenas do Ceará. Dito isso, o racismo pode ser, mais uma vez, percebido através da ausência do Estado nos territórios indígenas e do distanciamento dos povos indígenas na gestão de seus próprios territórios.

## **5 “QUEM NÃO PODE COM A FORMIGA, NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO” - APONTAMENTOS CONCLUSIVOS**

O objetivo deste estudo consistiu em avaliar a política de esporte e lazer do Ceará voltada para os povos indígenas, a partir dos Jogos Indígenas do Ceará. Para isso, adotou-se a perspectiva avaliativa em profundidade que, baseado nos seus eixos analíticos, investigou o conteúdo da política, avaliando a coerência entre os objetivos com o planejamento, a execução e a avaliação dos Jogos, o contexto e a trajetória da política, evidenciando as forças políticas e as relações existentes que orientam a política em questão e o espectro temporal e territorial dos Jogos Indígenas do Ceará, destacando a dimensão cultural e social dos Jogos.

No decorrer do estudo avaliou-se de que forma os Jogos Indígenas contribuem com a promoção de esporte e lazer para os povos indígenas do Ceará. A investigação foi desenvolvida considerando a hipótese de que os Jogos Indígenas do Ceará são a principal política pública de esporte e lazer do estado voltada para os povos indígenas e que, além de fortalecer a cultura indígena, desenvolve o sentimento de pertencimento dos povos sobre o direito ao esporte e lazer.

Os resultados obtidos na análise de dados confirmaram a hipótese proposta ao evidenciar a ausência de outros programas, ações ou políticas de esporte e lazer específicas para os povos indígenas do Ceará, além dos Jogos Indígenas. Os dados também revelaram apreensões sobre a condução e os rumos da política, apontando silenciamentos e violências por parte do Estado e ainda sugeriram reinterpretações dos significados e dos sentidos para melhor orientação da política.

A análise de conteúdo da política dos Jogos Indígenas do Ceará permitiu identificar coerência entre os objetivos descritos nos documentos de Edital de Chamamento Público Nº 005/2024 e Regulamento Geral 2023 e entre as metas determinadas no Relatório de Execução do Objeto de 2025. Apesar de apresentar coerência, algumas metas não foram alcançadas devido a falhas na organização e ausência do Estado. Em relação à execução e avaliação dos Jogos, o conteúdo da política não conseguiu abarcar questões subjetivas e incluir, de forma expressiva, os povos indígenas na construção dos textos, na elaboração dos significados e na gerência dos Jogos.

O esforço dos textos normativos em priorizar a interação social e valorizar a cultura indígena, não foram suficientes para desenvolver estratégias de captação de mais participantes e de limitar a influência da cultura não indígena no evento. Sobre este último, a análise de dados nos mostrou que o diálogo com outras culturas não necessariamente significa

perca da identidade. Notou-se ainda, que os Jogos Indígenas do Ceará favorecem a manutenção dos territórios indígenas, contribuem com o acesso ao esporte e lazer e com o reconhecimento dos povos, no entanto nada disso está assegurado sem a prévia garantia do acesso ao território.

A análise de contexto e trajetória da política dos Jogos Indígenas do Ceará evidenciou as seguintes forças políticas em disputa, o Movimento Indígena, que ao mesmo tempo em que defende sua autonomia, busca manter um bom diálogo com as instituições governamentais, a Secretaria do Esporte do Ceará e a Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará. No caminho alguns nomes surgiram como importantes para a existência e continuidade dos Jogos, Weibe Tapeba, Kennedy Tapeba, Ezequiel Tremembé, Climério Anacé, entre outros. A política dos Jogos nasceu como um projeto interno dos povos indígenas do Ceará e, à medida em que mais povos foram participando, mais recurso era necessário, e para isso, mais parcerias e apoiadores. A parceria elencada como fundamental foi as prefeituras dos municípios que possuem população indígena, sobretudo dos municípios sedes dos Jogos.

Durante a análise da trajetória foi possível identificar racismo institucional por parte do Estado para com os povos indígenas do Ceará em alguns aspectos. O não cumprimento do texto Constitucional em relação à garantia dos direitos ao esporte e lazer, a negação de condições básicas para execução de políticas públicas nos territórios indígenas do Ceará, a negação das marcas advindas da colonização, desconsiderando a influência não indígena na condução dos Jogos, o não gerenciamento da política dos Jogos Indígenas pelos próprios indígenas e a não admissão de diferentes formas de condução da política. Tais aspectos foram determinantes para o desenho da trajetória dos Jogos Indígenas, que em 12 edições passou por 2 pausas, mostrando uma certa inconsistência e atualmente possui tensões sobre sua continuidade.

Na análise do espectro temporal e territorial dos Jogos Indígenas do Ceará, ficou evidente que a política de esporte e lazer depende da garantia do direito ao território. Não há esporte e lazer, tampouco Jogos Indígenas nas aldeias, sem os territórios nas mãos dos povos indígenas, física e simbolicamente. Por outro lado, a política dos Jogos Indígenas precisa estar em diálogo mais profundo com as especificidades de cada território. Na dimensão cultural, ficou compreendido a necessidade de retomar modalidades tradicionais, que estejam presentes no cotidiano e no trato com a terra, assim como retomar a questão ritualística e de trocas de saberes durante os Jogos Indígenas do Ceará.

Na dimensão social, valores da cultura não indígena, como a competitividade, foram elencados como barreira para a conexão integral dos povos durante os Jogos, impedindo

a interação social de forma plena, assim como a operacionalização e instrumentalização dos Jogos Indígenas do Ceará. No entanto, os Jogos Indígenas do Ceará mostraram-se ser resultado da interculturalidade dos sujeitos e dos territórios envolvidos. É coerente afirmar que as violências sofridas pelos povos indígenas desde a colonização são atualizadas e percebidas na ausência de segurança pública nos territórios indígenas e no uso de políticas como moeda de troca para controlar os povos indígenas. Apesar dessas violências, a resistência cultural e a luta dos povos indígenas do Ceará por direitos, são evidenciadas durante os Jogos Indígenas do Ceará.

Para a avaliação em profundidade desse estudo, o uso da oralidade foi fundamental na articulação dos dados empíricos com a teoria, buscando integrar a sabedoria indígena para uma aproximação fidedigna da política estudada. Com a escolha assertiva do tipo de avaliação, foi possível abarcar processos intersubjetivos, contextuais e relacionais da política, além de compreender as relações existentes entre o Estado e os povos indígenas. O trabalho se destaca, então, por fazer um diagnóstico crítico e contra-hegemônico que visa o aprimoramento da política de esporte e lazer para os povos indígenas do Ceará, sobretudo o aperfeiçoamento dos Jogos Indígenas, e o fortalecimento do protagonismo indígena.

Apesar de algumas lacunas existentes no trabalho (ausência de documentos, dados incompletos), esse estudo possui aplicabilidade no âmbito da gestão pública, pois aponta potencialidades e pontos de melhoria na organização e execução dos Jogos. Para o Movimento Indígena, esse trabalho fornece subsídios para reivindicações por maior protagonismo, mudanças e expansão do formato dos Jogos. Há relevância acadêmica, pois enriquece o campo da avaliação em profundidade, o campo da cultura corporal de movimento indígena e o campo de pesquisa com os povos indígenas do Ceará, tendo em vista a carência de estudos nessas áreas.

Além deste estudo como norte, algumas sugestões elencadas pela autora como importantes visam o fortalecimento da política de esporte e lazer em territórios indígenas, a saber: inserir os jogos indígenas de cada povo no calendário de eventos do estado, adicionar cota indígena em bolsas de esporte de alto rendimento, abranger os projetos vinculados às secretarias de esporte às aldeias indígenas, elaborar ações e atividades sistemáticas de esporte e lazer nos territórios indígenas, e por fim, cobrar o cumprimento da Lei nº 11.645/2008, que obriga o ensino de história e cultura dos povos indígenas no currículo regular.

Diante do exposto, conclui-se que o esforço empregado na construção deste trabalho, equivale à importância do tema. Encerro reafirmando que não me coloco como tradutora dos povos indígenas, e sim como pesquisadora que narra os fatos com profundo

respeito e ética, em constante defesa do esporte e do lazer como direito básico e fundamental a todos os povos. Parafrazeando Cacique Pequena (Cacique do Povo Jenipapo-Kanindé) “O branco entra aqui principalmente pra aprender”, assim sigo, aprendendo e fazendo dos meus aprendizados, grandes conquistas.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ADELCO, Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido. **Violação dos direitos indígenas no Ceará**: terra, educação, previdência, mulheres. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2018.
- ADELCO, Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido. **Situação dos Povos Indígenas do Ceará**: movimento indígena do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.
- ALMEIDA, Brunna Carvalho; PAULA, Sílvio Luiz. Política de esporte e lazer: a elaboração de um instrumento de avaliação. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 2, p. 249-266, 2015.
- ALMEIDA, Arthur José Medeiros; ALMEIDA, Dulce Maria Filgueira; GRANDO, Beleni Salete. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, 2010.
- ALMEIDA, Bruno Rotta; GOMES, Thais Bonato; SALLET, Bruna Hoisler. Racismo institucional e povos indígenas: das práticas assimiladas às estratégias de enfrentamento. **Revista Direito UnB**, Brasília, v. 5, n. 02, p. 153-182, 2021.
- ANTUNES, Ticiane de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Aedos**, Porto Alegre, v. 4, n. 10, p. 8-27, 2012.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; ALBUQUERQUE, Cristina Maria Pinto. Avaliação de impactos como modalidade de pesquisa qualitativa e problema de investigação: reflexões e resultados. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, Lisboa, v. 3, p. 519-523, 2016.
- APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Acampamento Terra Livre**, 2025. Disponível em: <https://apiboficial.org/> Acesso em: 29 dez. 2025.
- ANMIGA, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. **Marcha das Mulheres**, 2025. Disponível em: <https://anmiga.org/> Acesso em: 29 dez. 2025.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MAGALHÃES, Ywry Crystiano da Silva; ELICKER, Eliane; DALMAS, Leandro Casarin Dalmas; MELO, Eduardo de Lima; MASCARENHAS, Fernando. Análise e avaliação de políticas estaduais de esporte: uma proposta metodológica. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 1-20, 2022.
- BANIWA, Braulina Aurora. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. **Vukápanavo: Revista Terena**, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.
- BANIWA, Geana; CALEGARE, Marcelo. Fatores explicativos do suicídio pela visão indígena: uma revisão de literatura. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 41, p. e230084, 2024.
- BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Descolonizando Práticas e Mentes Indígenas: contribuições do I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas. In: GRANDO, Beleni Saléte; PINHO, Vilma Aparecida de; CAMPOS, Neide da Silva (Org.).

**Políticas públicas e povos indígenas:** contribuições a partir do fórum nacional de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil. Cuiabá: EdUFMT, 2016. p. 99-113.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Saberes indígenas e lutas territoriais: utopias e retomadas que inspiram vidas resistentes. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 31, n. 71, 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. **Fundamentos do direito do desporto na atmosfera econômica e empresarial brasileira**. 2022.413 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2022.

BENEDITO, Júnior César de Souza; MARTINS, André Luiz; TESTON, Elen Ferraz; GIROTTO, Edmarlon. Doenças crônicas não transmissíveis na população indígena brasileira: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, Ciências da Saúde, 2025.

BONALUME, Cláudia Regina. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2011.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 8-37, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio na população indígena no Brasil, 2015 a 2018. **Boletim Epidemiológico**, v. 51, n. 37. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2020/boletim-epidemiologico-vol-51-no37/view>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias de prevenção do suicídio em povos indígenas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/Estrategia\\_Prevencao\\_Suicidio\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/Estrategia_Prevencao_Suicidio_Povos_Indigenas.pdf). Acesso em: 29 dez. 2025.

CAMÕES, José Camilo. **Exercício Físico no combate e prevenção de doenças psicossociais**. 2025. 72 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

CAMPOS, Juliana Loureiro Almeida; SILVA, Taline Cristina da; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino (Org.). **Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia**. Recife: Nupeea, 2021. p. 95-112.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil. **Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2021.

CARVALHO, Alba. **Tu me ensinas a fazer renda que eu te ensino a namorar: Tecendo rendas na descoberta do mundo cada dia: reflexões sobre o ofício da pesquisa**, Mimeo. 2004.

CASTELLANI FILHO, Lino. As concepções de Educação Física no Brasil. **Horizontes - Revista de Educação**, Dourados, n. 2, v. 1, 2013.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **As firmas tomaram conta de tudo: território, agronegócio e questão agrária**. Curitiba: CRV, 2020.

CEARÁ. **Lei nº 16.624, de 11 de setembro de 2018**. Institui, no Calendário Oficial do Estado do Ceará, os Jogos Indígenas do Ceará e dá outras providências. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2018.

CEARÁ. **Manual Técnico de Orçamento de 2025**. Secretaria do Planejamento e Gestão. Fortaleza: SEPLAG, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.

DUMONT, Fernanda Moreira. **Lei Estadual de Incentivo ao Esporte: os editais de seleção de projetos esportivos**. 2024. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudo do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça. **Etno - desporto indígena: a Antropologia Social e o campo entre os Kaingang**. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

FÁVERO, Arnaldo; CENTENARO, Carla. Pesquisa documental: guia prático para iniciantes. **Revista Brasileira de Educação**, Fortaleza, v. 24, n. 1, p. 1-18, 2019.

FECHINE, Basílio Rommel Almeida (Org.). **Política e cultura em educação física, esporte e lazer**. Fortaleza: IFCE, 2020.

FEPOINCE, Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará. **Povos Indígenas do Ceará: defensores da vida, guardiões do futuro**. Fortaleza: Fepoince, 2024.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS, Angélica Kaingang. **Políticas indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020.

FERREIRA, Fabrício Gurkewicz; BENTO, Nargila Mara da Silva. Políticas públicas de esporte e lazer e povos indígenas: uma revisão bibliográfica. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 26, p. 1-22, 2023.

FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. Jogos dos povos indígenas: diversidades. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 65-80, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Políticas Públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 17-27, 2008.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. O método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

GRANDO, Beleni Saléte; PINHO, Vilma Aparecida de; CAMPOS, Neide da Silva (Org.). **Políticas públicas e povos indígenas: contribuições a partir do fórum nacional de esporte e lazer para os povos indígenas do Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2016.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GURKEWICZ, Fabrício; GRANDO, Beleni Saléte; ALMEIDA, Dulce Filgueira de. Elementos para pensar a questão indígena em Rondônia: as Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Tellus**, Campo Grande, ano 23, n. 50, p. 93-123, 2023.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 29-37, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censodemografico-2022.html?edicao=37417> Acesso em: 15 fev. 2023.

INGOLD, Tim; ALMEIDA, Rafael Antunes. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 222-228, 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na avaliação de políticas e programas sociais. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 117-142, 2016.

KAINGANG, Rosani de Fátima Fernandes. Povos indígenas e antropologia: novos paradigmas e demandas políticas. **Espaço Ameríndio**, v. 9, n. 1, p. 322-322, 2015.

KAIOWÁ, Álvaro de Azevedo Gonzaga. **Decolonialismo indígena**. 3. ed. Matrioska Editora: São Paulo, 2023.

KÖRÖSSY, Nathália. Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020.

LEJANO, Raul. **Parâmetros para análise de Políticas Públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Arte escrita Editora, 2012.

LIMA, Maria Juliana Vieira. **Uma escuta ética do cuidado na morte e no morrer**. Fortaleza: EDUECE, 2019.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

LUCENA, Luciana Leandro; MELLO, Ivan Maia. A cosmovisão indígena como poética originária: práticas artísticas e pedagógicas. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 13, p. e21286-e21286, 2025.

MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 88-98, 2017.

- MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Chaar (Org.). **Política pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no Estado do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2019.
- MEDRADO, Benedito; SPINK, Mary Jane Paris; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diário de campo na pesquisa qualitativa. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 33-45, 2014.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Caderno de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotto Maior; RAMOS, Elisa Urbano; JESUS, Genilson dos Santos de. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2161-2181, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.
- MORÉ, Claudia. Entrevistas qualitativas e análise de conteúdo na pesquisa em saúde. **Revista de Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 33-44, 2015.
- MURA, Claudia. SILVA, Wemerson Ferreira da. Entre a rua e aldeias: mobilidade, memória e retomada Pankaxuri (AL). **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 57, n. 1, e61344, 2025.
- NUNES, Renata; NASCIMENTO, João; ALENCAR, Sandra. Entrevista semiestruturada em pesquisa qualitativa: reflexões metodológicas. **Cadernos de Psicologia Social e Institucional**, v. 10, n. 2, p. 55-66, 2016.
- OLIVEIRA, Túlio César Pinheiro de. **Avaliação na política pública Areninha de Fortaleza: uma análise esportiva do entorno da Areninha do Campo do América**. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2009.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: ONU, 2008.
- PAULA, Luís Roberto de; VIANNA, Fernando de Luíz Brito. **Mapeando políticas públicas para povos indígenas: guia de pesquisa de ações federais**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2011.
- PAULINO, C. Apontamentos iniciais para uma pesquisa sobre dinheiro, riqueza, desigualdade e economia política entre povos indígenas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ETNOLOGIA GUARANI, II, **Anais [...]**, São Paulo, 2019.
- PATAXÓ, Karkaju Eujácio Batista Lopes Filho; BOAS, Fábio Souza Vilas; BARBOSA, Pablo Antunha. A diversidade nos Jogos Indígenas Pataxó em Coroa Vermelha-BA: emergência étnica e estratégias de reafirmação identitária. **Revista Territorial**, Goiás, v.14, n. 25, p. 203-222, 2025.
- PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. **Aninhá Vaguretê: reflexões simbólicas para a Educação Física no ritual do Torém dos índios Tremembé**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

- PINTOS, Ana Elenara; PEREIRA, Claudia Catarino; SALVADOR, Evilásio Silva; ATHAYDE, Pedro Avalone. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, p. 38-52, 2016.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1942.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- REZENDE, Rosana Meire Cazadei. **Análise de conteúdo e pesquisa qualitativa: caminhos para uma prática investigativa**. São Paulo: UNESP, 2019.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008.
- SESPORTE, Secretaria do Esporte do Ceará. **Editais de Chamamento Público Nº 005/2024**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/18/2024/07/EDITAL-ASSINADO.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Uma reflexão sobre o conteúdo teórico metodológico da pesquisa avaliativa. **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos**. São Paulo: Veras Editora: São Luis, MA: GAEPP, 2008.
- SILVA, Francisco Clailton de Lira; NASCIMENTO, Rita de Cassia Cruz do; SILVA, Sheiliana do Prado. **Etnobiografia de Ricardo Weibe Nascimento Costa**. 2023. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.
- SILVA, Leandro Araújo da; NETO, Joaquim Shiraishi. “Aldear a política”: processos de promoção da legitimidade política de Sonia Guajajara. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 66, p. 417-441, 2025.
- SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, p. 221-228, 2011.
- STUDART, Francisco Carlos. Os aborígenes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 77, p. 153-217, 1963.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.
- VALLADARES, Licia do Prado. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, p. 153-155, 2007.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.
- VIEIRA, Josênia Antunes. Uso do diário em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 5, p. 93-104, 2001/2002.

WERÁ, Kaká. **Tekoá**: uma arte milenar indígena para o bem-viver. Rio de Janeiro: BestSeller, 2024.

## **APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

### **TRABALHO DE CAMPO 1**

- 1) Qual a importância dos jogos indígenas para você e sua etnia?
- 2) Qual a sua compreensão sobre esporte e lazer?
- 3) Há alguma preparação para os jogos indígenas? O que muda na aldeia com os jogos indígenas do Ceará?
- 4) As modalidades realizadas durante os jogos dialogam com as práticas realizadas na aldeia?
- 5) Quais figuram se destacaram na construção dos jogos indígenas do Ceará?

### **TRABALHO DE CAMPO 2**

- 1) Como se dá a participação dos indígenas nos jogos indígenas do Ceará?
- 2) Como se dá a relação dos indígenas com as instituições organizadoras?
- 3) Os jogos indígenas favorecem o planejamento de políticas públicas de esporte e lazer dentro das aldeias?
- 4) Como você avalia as edições dos jogos indígenas?
- 5) Há alguns pontos de melhoria ou mudança que devem ser considerados?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa Avaliação em Profundidade da Política de Esporte e Lazer do Ceará para Povos Indígenas a partir dos Jogos Indígenas do Ceará. O projeto tem como objetivo avaliar a política de esporte e lazer a partir dos Jogos Indígenas do Ceará. Ressaltamos que sua participação é muito importante para nós, você está contribuindo para que possamos produzir conhecimentos que melhorem a qualidade do serviço prestado aos usuários da política.

Para compreender todos os procedimentos, leia as informações abaixo antes de expressar ou não o seu consentimento para participar da pesquisa.

1. A coleta de dados está sendo realizada, pois o projeto teve aprovação no comitê de ética da Universidade Federal do Ceará – Campus Pici.
2. Caso não deseje, você não é obrigado(a) a participar. Você tem toda liberdade para interromper o processo de avaliação quando assim desejar, sem sofrer nenhuma punição ou prejuízos.
3. A pesquisa para avaliação das políticas de esporte e lazer a partir dos Jogos Indígenas do Ceará é da Universidade Federal do Ceará (UFC), e orientada pela Prof<sup>a</sup> Celecina Sales. Quaisquer dúvidas ou eventualidades poderão ser esclarecidas por meio do telefone (85)989402576.
4. Oferecemos orientação e esclarecimento de quaisquer dúvidas que você tenha sobre a pesquisa.
5. Como a participação é voluntária, não implica em nenhum compromisso financeiro entre você e a equipe pesquisadora.
6. Os possíveis riscos gerados pela pesquisa são mínimos, como o desconforto dos participantes em avaliar a política.
7. Como benefício, você terá acesso à versão digital do estudo na íntegra e ao instrumento construído a partir dele, logo após a publicação.
9. Os resultados da pesquisa serão utilizados em trabalhos científicos, publicados ou apresentados oralmente em congressos, garantindo a privacidade e anonimato dos participantes.
10. Esse termo será entregue para você em duas vias, uma ficará com a equipe da pesquisa e a outra ficará com você.

Atenciosamente,

Orientador da Pesquisa: Profa<sup>o</sup>. Dra. Celecina de Maria Veras Sales, da Universidade Federal do Ceará.

Pesquisadora: Tatiana Vieira, mestranda do curso de Avaliação em Política Pública, da Universidade Federal do Ceará.

CONSENTIMENTO:

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos, com número do RG \_\_\_\_\_ fui bem informado (a) sobre a pesquisa “Avaliação em profundidade da política de esporte e lazer do Ceará para Povos Indígenas, a partir dos Jogos Indígenas do Ceará” antes falada e estou bem esclarecido para decidir participar dela, ficando claro de que minha participação é voluntária e confidencial, podendo vir a retirar este consentimento a qualquer momento sem prejuízos. Estou ciente do passo a passo da pesquisa, confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, declaro que concordo em participar de espontânea vontade desse estudo.

## **ANEXO A – DISCURSO DE ABERTURA DO JOGOS INDÍGENAS 2025**

Excelentíssimas e Excelentíssimos autoridades, Queridos povos indígenas do Ceará, atletas, técnicos, lideranças e comunidade em geral, é com imensa alegria e honra que me encontro neste território sagrado do Povo Tapuya Kariri, já expressando minha gratidão às lideranças locais, em especial à nossa parente, a vereadora e coordenadora da FEPOINCE, minha amiga Andréa Kariri. Este evento, que se consolidou como um marco em nosso calendário, é uma celebração vibrante da cultura, da força e da resistência dos nossos povos originários. Quero iniciar com uma saudação especial ao Excelentíssimo Governador do Estado, Elmano de Freitas, cuja sensibilidade e compromisso com os povos indígenas foram determinantes para o aumento significativo dos recursos destinados a esta edição dos jogos. Essa conquista é fruto da articulação incansável da Secretaria dos Povos Indígenas, que tem desempenhado um papel essencial na valorização e no fortalecimento das nossas comunidades. Em nome da Secretaria dos Povos Indígenas, manifesto minha profunda gratidão a todos os envolvidos na realização desta grande celebração. Destaco, ainda, a parceria indispensável com a Secretaria de Esporte do Estado do Ceará, que tem sido um alicerce no incentivo ao esporte e à cultura indígena. Também registro meu reconhecimento à Federação dos Povos e Entidades Indígenas do Ceará, por sua dedicação inabalável à defesa dos direitos e interesses dos nossos povos. Não poderia deixar de agradecer ao Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), que, como executor deste evento, demonstra um compromisso exemplar com os direitos humanos e com a causa indígena. Os Jogos Indígenas são muito mais do que uma competição esportiva. Eles são um espaço de celebração, de fortalecimento de laços, de troca de saberes e de reafirmação de nossa identidade. Por meio do esporte, honramos nossa história, preservamos nossas tradições e celebramos nossa ancestralidade. Que esta edição seja marcada pela alegria, pela confraternização e pela luta coletiva por um futuro mais justo e inclusivo. Que cada atleta dê o seu melhor, e que a amizade, o respeito e a união sejam os maiores vencedores desta jornada. Em nome do Governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas, a quem aqui represento, declaro abertos os XII Jogos Indígenas do Estado do Ceará!

Autoria: Jorge Tabajara – Secretário Executivo da Secretaria de Povos Indígenas do Ceará